

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL: PROJETO
NACIONAL, INDÚSTRIA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945).

LUCIANO CHEMELLO VESCOVINI

PORTO ALEGRE

2009

LUCIANO CHEMELLO VESCOVINI

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL: PROJETO
NACIONAL, INDÚSTRIA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

PORTO ALEGRE

2009

V575s

Vescovini, Luciano Chemello

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial:
Projeto Nacional, Indústria e Qualificação Profissional
durante o Estado Novo (1937-1945) / Luciano
Vescovini – 2009.

141f.; 29cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto
Alegre, 2009.

Orientação: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

1. Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (Senai
) . 2. Aprendizagem industrial. 3. Ensino profissional. 4.

Formação profissional. I. Título

*Quando nascem as sociedades,
os chefes de um Estado
são os que dão a este seu caráter especial.*

*Depois, este caráter especial
é o que forma os chefes de Estado.*

*Charles-Luis de Secondant - Barão de
Montesquieu (1689-1755)*

AGRADECIMENTOS

No decorrer de um trabalho de pesquisa sempre contamos com a colaboração de diversas pessoas, as quais se tornam fundamentais para que possamos atingir os objetivos propostos. O ofício do historiador, muitas vezes, é solitário, sendo que nos toma um tempo precioso da presença dos que são queridos para nós, mas em troca nos cede o conhecimento que valoriza nossa profissão. No decorrer deste trabalho contei com a compreensão, as sugestões e as críticas de pessoas que muito me ajudaram para a realização das atividades de meu ofício.

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao professor Dr. Luciano Aronne de Abreu, orientador deste trabalho, pela competência e pela interminável paciência em discutir, questionar e reler inúmeras vezes os mesmos textos.

Aos professores do curso de graduação e pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em especial ao professor Dr. René Ernaine Gertz, à professora Dra. Sandra Maria Lubisco Brancato e a professora Dra. Núncia Santoro de Constantino, pelos ensinamentos, pelo incentivo e pela inspiração a respeito do tema e do período de tempo estudado neste trabalho.

A professora Maria Beatriz Chemello, pela criteriosa revisão dos originais.

Aos colegas do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, pelo companheirismo e pela troca de idéias, em especial, Bruno Biazetto, Fernando Daniel Carapeços, Lucas Silva da Silva, Marcelo de Lima e Rafael Melo de Lima.

A Carla e Davi, funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História, pela dedicação e pela atenção ao longo desses dois últimos anos.

Aos funcionários do Núcleo de Informação da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul e da Biblioteca da Escola Visconde de Mauá do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Sul.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa pelo auxílio financeiro.

Agradeço muito aos meus familiares e amigos, em especial Maria Helena Chemello, Maria Inês de Oliveira Vescovini, Wilcy Terezinha de Oliveira Vescovini, Patrícia Cavedini, Diego Adegas, Liber Ernesto Peres e Pablo de Oliveira pela compreensão e pelo incentivo, ajudando muito a diminuir o fardo deste trabalho.

LISTA DE ABREVIATURAS

CFCE – Conselho Federal de Comércio Exterior

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

CNI- Confederação Nacional da Indústria

CSN – Conselho Siderurgia Nacional

CFESP – Centro Ferroviário de Ensino e Seleção de Pessoal de São Paulo

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas

ABPA – Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

CAO – Curso de Aprendizizes Operários

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em 1942, instituição responsável pela direção administrativa dos cursos profissionalizantes no Brasil, buscando encontrar os elementos do projeto de desenvolvimento nacional durante o regime de Estado Novo (1937-1945). Para a realização deste trabalho utilizamos os Relatórios Anuais do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Departamento Regional do Rio Grande do Sul referentes aos anos de 1944 e 1945. Para a análise proposta pedagógica, juntamente com a metodologia de ensino e a classificação dos cursos a serem criados fizemos uso das informações contidas no estudo sobre as Oportunidades de Preparação no Ensino Industrial do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e da Introdução aos Fundamentos do Ensino Industrial do Departamento Regional do Rio Grande do Sul. No primeiro capítulo, analisamos a historiografia referente à conjuntura do período de Estado Novo, que elucidasse sobre os elementos e as medidas tomadas nos campos da política, da economia e da educação. No segundo capítulo, teremos os trâmites para a criação do SENAI, as medidas administrativas junto com as adaptações necessárias para cada situação regional, a elaboração de uma legislação específica que garantisse a sua fiscalização. No terceiro capítulo, estudamos os elementos da proposta pedagógica, os métodos de ensino profissional e formação do corpo docente especificamente voltado para a educação profissionalizante.

ABSTRACT

This work has as its main objective to analyze the creation of the National Industrial Service of Learning process in 1942, the institution responsible for the administrative direction of the professionalizing courses in Brazil, seeking to find the elements of the national project development scheme during the new State (1937-1945). For the implementation of this work we used the Annual Reports of the National Service Industrial Learning Regional Department of Rio Grande do Sul relating to the years 1944 and 1945. For the pedagogical proposal analysis, plus the education methodology and the classification of courses to be created we have made use of information contained in the study on the opportunities of preparation for Industrial Teaching of the National Institute of Pedagogical Studies and the Introduction to the foundations of Teaching Industrial Regional Department of Rio Grande do Sul. In the first chapter, we analyzed the historiography on the situation in the period of New State that could clarify about the elements and the measures taken in the fields of politics, economics and education. In the second chapter, we will have the procedures for the SENAI's creation, the administrative measures and the necessary adjustments for each regional situation, the establishment of a specific legislation that would guarantee its supervision. On the third chapter, we studied the elements of pedagogical proposal, the methods of vocational education and training of teachers specifically geared to the professional education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 BREVE REVISÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O PROJETO NACIONAL-AUTORITÁRIO, A REFORMA EDUCACIONAL, A INDÚSTRIA, INSERINDO O SENAI	14
1.1 O ESTADO, PROJETO NACIONAL-AUTORITÁRIO E A INDÚSTRIA NACIONAL	14
1.2 A POLÍTICA ECONÔMICA E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL.....	22
1.3 A REFORMA EDUCACIONAL E O ENSINO PROFISSIONALIZANTE	35
2 ORIGENS, ESTRUTURA E INSPIRAÇÃO NA CRIAÇÃO DO SENAI	52
2.1 ORIGENS E ESTRUTURA DO SENAI.....	52
2.2 A INSPIRAÇÃO PARA O SENAI.....	72
3 PRÁTICAS E RELAÇÕES DE TRABALHO NO SENAI	90
3.1 ADMINISTRAÇÃO E VINCULAÇÃO AOS MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE E DO TRABALHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO.....	90
3.2 PROCESSOS DE MATRÍCULA, SELEÇÃO DOS APRENDIZES E PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	101
3.3 FORMAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA, PROPOSTA PEDAGÓGICA E METODOLOGIA DE ENSINO	111
3.4 FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	132
OBRAS CONSULTADAS	136
ANEXOS	140

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o processo de criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, com ênfase nos aspectos político, econômico e educacional do Estado Novo (1937-1945). Este processo desenvolveu-se por ocasião da necessidade industrial pela mão-de-obra especializada que melhorasse nos aspectos quantitativos e qualitativos a produção deste ramo da economia brasileira. Junto a esta medida procuramos analisar e encontrar, no desenvolvimento das atividades do SENAI, elementos que revelassem a presença de uma série de medidas que, ao longo do governo, foram sendo tomadas visando as metas do projeto nacional de desenvolvimento do país.

A escolha deste tema advém de nosso interesse em melhor compreender o Estado Novo que, apesar de ser objeto de outros estudos, não havia ainda sido analisado sob a ótica do SENAI e de suas importantes relações com o projeto de desenvolvimento do regime. Nesse sentido, também as relações do SENAI com o projeto de formação de mão-de-obra e de valorização do ensino técnico, conforme propunha o Estado Novo, não havia, portanto, contribuindo para o preenchimento dessas importantes lacunas em nosso conhecimento histórico.

Neste trabalho, quando procuramos estudar o começo das atividades no SENAI, buscamos entender como se deu a construção deste órgão responsável pelo gerenciamento dos cursos profissionalizantes em nível nacional. Para bem compreendermos essa problemática, julgamos necessário resgatar os aspectos que levaram a criação do SENAI, seus antecedentes e quais elementos da sociedade estavam por trás do surgimento deste órgão de ensino profissional.

Os objetivos a serem alcançados passaram pela contextualização da política e da economia brasileiras durante o governo de Getúlio Vargas no Estado Novo, juntamente com as conseqüências que a Segunda Guerra Mundial ocasionou ao país nestes campos. Sendo assim, procuramos investigar as definições do governo para combater as dificuldades geradas pela conjuntura externa que negativamente interferiam no desenvolvimento material do país.

Após isso, seria necessário identificar as metas a serem alcançadas segundo o que se pretendia com um projeto nacional de desenvolvimento, principalmente, para aquelas que eram voltadas para o aprimoramento do parque industrial

brasileiro. Tais metas, para serem alcançadas, passavam pela qualificação da mão-de-obra industrial, apesar de os dados levantados apontarem para um aumento surpreendente da produção em termos quantitativos. Então, o que desejavam o governo e os elementos empresariais da indústria ao fazer em investimentos no campo do ensino profissionalizante? A produção aumentou, porém, os produtos brasileiros não geravam a concorrência que fizesse páreo com os produtos das nações com tradição industrial que conseguiam produzir com mais qualidade e em quantidade, o que lhes garantiam maiores lucros nos mercados de consumidores.

A intenção de criar o SENAI passava justamente pelo motivo de qualificar a produção brasileira mais do que gerar maior interesse pela produção industrial do país. Numericamente, as fábricas e a produção cresciam de maneira constante, mas do ponto de vista dos índices e dos fatores de transformação, como a técnica, o transporte e os preços, os resultados eram praticamente negativos. Na realidade, tentaremos definir melhor os motivos que levaram os empresários e o governo, através de suas ações no campo da política e da educação, tentando melhorar a produção inserindo novas técnicas e novos métodos de ensino, aparelhando com isso as escolas de formação profissional. A partir daí, demonstraremos outro ponto considerado fundamental com relação às metas de desenvolvimento econômico, que era o de aumentar o mercado interno consumidor, elevando a renda *per capita* no Brasil, que acreditamos estar condicionada, de certa forma, às necessidades de consumo, que variam de acordo com a produtividade, e com o estágio de educação da população. Ou seja, se aliarmos os baixos salários dos trabalhadores do campo e da cidade à existência de uma ínfima classe média, o mercado consumidor permaneceria restrito. Por isso, acreditava-se que a criação de novos postos de trabalho, juntamente com a importância dada à especialização de um proletariado com maior capacidade técnica de trabalho e, conseqüentemente maiores salários.

A respeito da organização formal, este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, revisamos a historiografia das obras relativas ao período de Estado Novo, de 1937 a 1945, para apontar, por exemplo, que o governo contou com o apoio de diferentes segmentos da sociedade, tais como o Exército, as oligarquias estaduais, e as classes produtoras. Inclusive procuramos conceituar os princípios da centralização e o fortalecimento do Executivo durante o período, fatores que influenciaram oportunamente os campos não somente da política e da

economia, mas também da educação profissionalizante. Além disso, o Estado criará uma série de instituições, o SENAI seria uma delas, na tentativa de aproximar-se da sociedade, penetrando desta maneira em todas as esferas da vida social. Porém, no caso do SENAI, tomaremos o cuidado de definir essa isenção de maneira gradual, até por que, como demonstraremos mais adiante, o processo que levaria ao comando de suas atividades gerou o confronto entre os Ministérios da Educação e Saúde com o Trabalho, Indústria e Comércio que contavam com elementos dos ramos industriais.

Ainda no primeiro capítulo, mostraremos que a implantação do estilo autoritário não representou um corte radical com o passado, ou seja, muitas de suas instituições e práticas se integrariam, ganhando coerência no âmbito do novo regime. Tudo isso sem que houvesse grandes mobilizações, até porque a esta altura o movimento popular e os comunistas tinham sido abatidos e não poderiam reagir, sendo que a classe dominante aceitava o golpe como coisa inevitável e até benéfica. Com a instalação do regime, teremos a instalação da Carta de 1937, que entrava em vigor imediatamente e devia ser submetida a um plebiscito nacional, que nunca se realizou. Enquanto isso, o presidente Getúlio Vargas ganhava poderes, dentre eles o de expedir decretos-lei em todas as matérias de responsabilidade do governo federal. O Estado Novo concentraria a maior soma de poderes de forma centralizadora.

Procuramos fazer referência à aproximação entre a burguesia industrial e o governo Vargas, sobretudo através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), dirigida por Roberto Simonsen, da Confederação Nacional das Indústrias, sob o comando de Euvaldo Lodi. A aliança desses setores com o governo, como procuramos demonstrar, não significou uma identidade de opiniões. Ao contrário disso, veremos que a burguesia industrial, diferente dos técnicos governamentais, era menos radical no apoio ao intervencionismo do Estado e na ênfase contra o capital estrangeiro.

No segundo capítulo, utilizamos a documentação conhecida por Memória SENAI-MS, que tivemos acesso através do Núcleo de Informações e está localizado na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul. Esta documentação baseia-se nos Relatórios Anuais de 1944 e 1945 do Departamento Regional do Rio Grande do Sul do Departamento Nacional de Aprendizagem Industrial. Juntamente com ela utilizamos o estudo realizado em edição comemorativa realizada pelo

Departamento Nacional do SENAI, Divisão de Projetos Especiais de 1982 em comemoração pelos 40 anos de fundação. Dessas fontes procuramos retirar os elementos que demonstrassem as vias de criação do SENAI, sua manutenção para o começo das atividades de ensino profissional.

O estudo desses elementos possibilitaria definir a presença das metas pelo desenvolvimento de educação profissionalizante voltada, de maneira prática, pela forte presença do pensamento empreendedor do empresário. Sendo que ainda enumeraremos e definiremos os tipos de cursos sob a direção administrativa do SENAI, e seus papéis diante da proposta de ensino voltada para o desenvolvimento da indústria. Isso ficaria demonstrado, por exemplo, na presença de um modelo escola que já funcionava no Brasil antes do surgimento do SENAI, e que serviu de inspiração inicial, fornecendo os princípios básicos a respeito dos investimentos e da metodologia de ensino. Esta fonte de inspiração estava no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional do estado de São Paulo (CFESP), que desde 1934 era uma instituição com os elementos e os subsídios a partir do primeiro Curso de Ferroviários da Estrada de Ferro de Sorocaba, e tinha o engenheiro Roberto Mange como fundador, mais tarde, em 1942, também um dos principais idealizadores do SENAI.

Neste capítulo, trataremos a respeito da contribuição financeira para a realização das atividades e os investimentos realizados. A arrecadação oriunda do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários era usada com os devidos cuidados, já que o momento era de certa escassez de recursos devido à Segunda Guerra Mundial que encarecia a importação de produtos em falta no mercado brasileiro juntamente com as matérias-primas necessárias na indústria. Fechamos o capítulo discutindo a disputa entre os Ministérios da Educação e Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinham como aliada a Confederação Nacional das Indústrias, pelo controle administrativo do SENAI. No final, o presidente Vargas acabou pendendo para o lado do empresariado que intencionava uma proposta pedagógica mais pragmática, já que tal característica se fazia também presente entre as metas do projeto de desenvolvimento nacional.

Para o terceiro capítulo, utilizamos os Relatórios Anuais de 1944 e 1945 do Departamento Regional do Rio Grande do Sul do Departamento Nacional de Aprendizagem Industrial, juntamente com os estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Saúde, intitulado

Oportunidades de Preparação no Ensino Industrial, onde buscamos as informações sobre cursos de preparação de profissionais e técnicos especializados para os ramos da indústria, artesanato, transportes, comunicações e pesca. Juntamente a esta documentação utilizamos ainda a Coletânea de Leis Referentes à Aprendizagem Industrial, sendo esta encontrada junto à documentação da memória SENAI acima citada, o que nos possibilitou conhecer a legislação em vigor especificamente voltada para o nosso estudo.

Para este capítulo, reservamos a análise da realização das atividades de cunho pedagógico, metodologia de ensino, formação do corpo docente. Ao falar a respeito da proposta pedagógica dos cursos do SENAI jamais poderemos dissociar a teoria e a prática, pois, neste momento, tais elementos eram interdependentes. Para isso, os trabalhos práticos obedeciam a uma seriação metódica e a uma instrução relacionada (Português, Matemática, Ciências e Desenho) girando em torno das necessidades apontadas pela prática profissional. A elaboração dos programas era presidida pela análise ocupacional que, conseqüentemente, permitia que o estudo proporcionasse ao educando a completa compreensão das operações realizadas na oficina de forma concreta aos ensinamentos.

Quanto à formação do corpo docente enfatizamos a preocupação pela busca do modelo de professor pretendido, o qual deveria adquirir as características de instrutor especializado em ensino industrial. Para isso, foram contratados mestres oriundos de países com tradição no ramo industrial para formar outros professores aqui no Brasil para ensinar as técnicas industriais aos aprendizes. Entretanto, como observaremos a tarefa dos mestres estrangeiros não parece ter dado certo devido à falta de estrutura e de investimentos suficientes para que estes pudessem trabalhar na formação de um corpo docente eficiente, o suficiente como o desejado.

Por fim, gostaríamos de salientar que não tivemos como analisar mais informações baseadas em fontes primárias referentes os anos iniciais de 1942-43, que fizessem referência às atividades do SENAI, devido à falta dos relatórios nestes anos. Isso talvez tenha acontecido por ainda não terem se concretizado as definições administrativas e estruturais para o começo dos trabalhos no SENAI, o que, provavelmente, acarretou a falta de registro de muitos dados sobre as atividades escolares.

1 BREVE REVISÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O PROJETO NACIONAL-AUTORITÁRIO, A REFORMA EDUCACIONAL, A INDÚSTRIA, INSERINDO O SENAI

1.1 O ESTADO, PROJETO NACIONAL-AUTORITÁRIO E A INDÚSTRIA NACIONAL

Na manhã de 10 de novembro de 1937, começava a funcionar o regime do Estado Novo. Entrava em vigor a quarta constituição da história brasileira, outorgada pelo presidente Getúlio Vargas, no mesmo dia em que, por meio de um golpe de Estado, era implantada no país a ditadura do Estado Novo. De autoria do jurista Francisco Campos, então ministro da Justiça, obteve a aprovação prévia de Vargas e do ministro da Guerra, general Eurico Dutra. Essa Constituição ficou conhecida como “Polaca”, por ser inspirada na carta magna autoritária imposta aos poloneses depois de 1926 pelo general Józef Pilsudski. A essência autoritária e centralista da Constituição de 1937 a colocava em sintonia com os modelos fascizantes de organização político-institucional então em voga em diversas partes do mundo, rompendo com a tradição liberal dos textos constitucionais anteriormente vigentes no país. Sua principal característica era a enorme concentração de poderes nas mãos do chefe do Executivo. Do ponto de vista político-administrativo, seu conteúdo era fortemente centralizador, ficando a cargo do presidente da República a nomeação das autoridades estaduais, os interventores, a quem, por seu turno, cabia nomear as autoridades municipais.

Todavia, o Estado Novo não representou um corte radical com o passado, o que seria um engano de se pensar. De acordo com Bóris Fausto, muitas instituições e práticas vinham tomando forma no período 1930-1937. Porém, a partir de novembro de 1937, elas se integraram e ganharam coerência no âmbito do novo regime. Mas seria um engano pensar que uma leitura superficial da Carta de 1937 revelaria os princípios do Estado Novo, a qual continha dispositivos que nunca foram aplicados. (FAUSTO, 2003:365) Apesar de transitórias, as disposições gerais continham o segredo para a aplicação das leis. Os poderes repassados ao Presidente da república passariam a confirmar ou não o mandato dos governadores eleitos, nomeando interventores nos casos de não-confirmação. A Constituição

entrava em vigor imediatamente e devia ser submetida a um plebiscito nacional. O Parlamento, as Assembléias Estaduais e as Câmaras Municipais foram dissolvidas, compostas por representantes do povo eleitos mediante sufrágio indireto, devendo realizar-se eleições parlamentares somente depois do plebiscito. Enquanto isso, o presidente tinha o poder de expedir decretos-lei em todas as matérias de responsabilidade do governo federal. O artigo 186 das “disposições finais e transitórias” declarava em todo o país o estado de emergência, suspendendo assim as liberdades civis garantidas formalmente pela própria Carta constitucional. Outro preceito transitório, mais tarde prolongado indefinidamente, autorizava o governo a aposentar funcionários civis e militares, “no interesse do serviço público ou por conveniência do regime”.¹

Com o Estado Novo, foram abolidos os partidos e o Parlamento. Segundo o Regime, não haveria mais intermediários entre o Governo e o povo, que daqui por diante Vargas teria pela frente a necessidade de destruição de toda uma tradição política, com isso, surgindo um esquema de governo que teria como meta atender aos anseios da nação pondo fim à política liberal e, ao mesmo tempo melhorando a condição econômica do país. O discurso do novo regime revelava que a política brasileira passaria a se adaptar às circunstâncias de acordo com as necessidades do país, tendo o Estado daqui para frente o papel de decisão do que seria melhor para a nação. Vejamos este trecho de um discurso de Getúlio Vargas que de certa maneira definia como seria a política do novo Regime: “A adaptação às realidades próprias do Brasil passará pela integração todas as forças da coletividade num quadro de ordem, de coesão social e de autoridade de governo”. (VARGAS In: SILVA, 1980:100) Neste trecho, podemos encontrar uma síntese de como o governo dirigiria o país a partir da instauração do Estado Novo. No entanto, como veremos mais adiante, em alguns casos houve certa flexibilização da autoridade do Estado ao permitir a presença de outros setores da sociedade civil e empresarial na tomada de decisões nos campos da economia e da educação.

Com isso, surgiria um governo baseado num modelo de Estado, que apesar de ser autoritário, permitiria que, no poder central, a presença do poder privado. Caracterizava-se assim, uma visão ideológica, particular, de um modelo que buscava construir, a partir do proveito retirado das experiências de outros setores da

¹ Ver Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937.

sociedade, os elementos que contribuiriam para o avanço brasileiro, principalmente, no campo econômico. (GOMES, 2007:96) Isso pode ser visto a partir da associação entre os interesses dos industriários e do governo de dar um novo rumo à economia, procurando formular e difundir idéias que entrassem na pauta de discussões sobre novas diretrizes econômicas. Sendo assim, a burguesia industrial, por sua experiência, viria ter um papel importante, pois poderia contribuir com o estímulo às metas de industrialização. Segundo Ângela Maria de Castro Gomes,

trata-se, portanto, de uma participação em dois níveis, ou seja, não apenas de uma participação no sentido de estimular opções ideológicas mais coerentes com a meta da industrialização, mas também de uma atuação, cujos efeitos transcenderiam o nível simbólico, na medida em que a presença dos industriais em órgãos de formulação de política econômica, ao lado de técnicos, militares e representantes dos demais grupos econômicos, possibilitaria uma ação mais concreta do setor do setor na definição de alternativas de ação que, sob a forma de propostas e pareceres, seriam encaminhadas às instâncias governamentais superiores. (GOMES, 2007:118-119)

Essa atitude do governo lembra um pouco aquela idéia muito presente nos discursos pela união de forças na busca pelo interesse geral da nação. Mas é possível perceber nesta penetração proposital de elementos da burguesia industrial em instituições governamentais, que a intenção por trás da idéia de progresso, estava, obviamente, a intenção de impulsionar a industrialização. Isso, necessariamente, não quer dizer que se poderia incluir, como objetivo maior, o bem geral da nação, já que agora o país teria os homens certos contribuindo com suas experiências para o desenvolvimento econômico, mas, talvez, isso revelasse uma convergência entre certas concepções modernizantes defendidas pelos ideólogos do autoritarismo em certos aspectos da industrialização vista pelos empresários. Isto é, essa influência teria como consequência a criação de um clima mais propício para afirmar a analogia empresarial entre o crescimento industrial e o fortalecimento econômico, o que provavelmente contribuiria para certa independência econômica do país.

A autoridade suprema das forças da caserna era o general Góis Monteiro, principal articulador do golpe, tendo como braço direito o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra. O triunfo dessa dupla, associado ao General Mendonça Lima (ministro da Viação), representou a vitória definitiva com a instalação do Estado Novo também associada ao isolamento das facções liberais e de esquerda

do Exército, permitindo o domínio absoluto dos dois ministros militares do exército hierárquico do soldado-corporação até 1943. (CARONE, 1976:359) Além disso, o Estado Novo ainda viria a completar, levando às últimas conseqüências, um modelo visualizado por Góes Monteiro, o de eliminar totalmente a política partidária na sociedade, permitindo aos chefes a facção hegemônica militar eliminá-la também nas Forças Armadas. (CARVALHO, 2005:110)

A concepção de aumentar a influência política com o apoio dos militares, durante o Estado Novo, deu a Vargas a possibilidade de derrotar adversários e eliminar sua capacidade de reação pelo fechamento de mecanismos de participação, acarretando a intervenção da corporação nos assuntos de Estado. (HAYES, 1991:154) Após a consolidação participativa dos militares nos eventos políticos que fortaleceram a instauração do Regime, o Exército assumiu seu papel político garantindo-se como base social das elites tradicionais e, pelo lado econômico, a promoção dos interesses da burguesia industrial emergente. (CARVALHO, 2005:110) Esses fatores de participação política do Exército, que reforçavam uma definição do papel das Forças Armadas como agentes atuantes politicamente, provavelmente era de contribuir para a política de desenvolvimento econômico e na promoção das indústrias de base, já que o reforço bélico visando à proteção da integridade nacional dependiam desses fatores. Isso ainda levaria ao enquadramento das Forças Armadas no campo das circunstâncias políticas do autoritarismo legitimado pelo Regime que, em suma, fundamentava-se na eliminação das ameaças à tradição patrimonial dos setores ligados, principalmente, à elite empresarial, beneficiando o controle e a acomodação da situação política, social e econômica do país.

A intenção dos Generais Góis Monteiro e Gaspar Dutra era dar ao Exército um papel fora dos instrumentos dos chefes civis, algo fora das intenções de revolução social como desejavam os tenentes. Sua vontade era de transformar a principal instituição militar do país num exemplo de projeto modernizador que incluísse propostas nos campos econômicos e sociais (CARVALHO, 2005:105), ou seja, a intenção era a de contribuir, ao lado de Vargas, na melhoria circunstancial do Brasil principalmente sobre os setores considerados essenciais à segurança nacional. (SKIDMORE, 1982:69)

Porém, como era de se imaginar, havia aqueles que eram contrários aos dizeres autoritários do novo regime, mas que, de certa forma, não deixaram de se

aliar, provavelmente pensando nas vantagens angariadas para quem sabe adquirir um capital político. Ou seja, quanto mais avançasse o processo de institucionalização do Regime, juntamente com o aumento dos organismos do poder central e em toda a rede de empresas industriais ou comerciais que viviam em simbiose com esses organismos, mais garantida estava a dominação imediata, a qual permite uma maior duração da permanência dos detentores de postos através dos avanços da burocratização do regime. (BOURDIEU, 2001:194-195) Dentre os ministros, apenas dois não integravam de maneira nítida a tendência autoritária implantada com o novo Ministério: Fernando Costa, que, nomeado para a pasta da Agricultura, pertencia à oligarquia paulista da Primeira República; e Oswaldo Aranha, que, nomeado no início de 1938 para a pasta das Relações Exteriores, era um antigo “tenente civil” de posições mais liberais que havia inclusive se manifestado contra a “polaca”. (SEITENFUS, 2000:100) Considerado por alguns um oportunista (ROSE, 2001:154), Aranha até deu a entender que sua posição era inarredável de não aceitar a nova Constituição imposta sob um regime que não condizia com seu ideal político, mas aceitou por dialogar com o Presidente Vargas sobre sua importância política, aproveitando sua larga influência entre os opositores do regime, e lhe concede total liberdade de ação naquela que é a pasta mais importante da política externa brasileira. (SEITENFUS, 2000:100-103)

Havia muito a fazer para garantir a manutenção do poder conquistado, e as manobras políticas não poderiam parar na formação de um Ministério fiel e condizente com as intenções de tornariam o Brasil um país economicamente moderno e industrializado. Quando emerge do golpe de novembro de 1937, Vargas surgiria como representante supremo e protetor da Nação para isso, usou de sua larga autonomia para popularizar-se junto às emergentes massas trabalhadoras urbanas. Em sua gestão (até 1941), seria decisiva a ação do ministro do Trabalho, o cearense Valdemar Falcão de criar a legislação sindical corporativa (1939), de inspiração fascista, submetendo a vida sindical ao Ministério, segundo Ângela Maria de Castro Gomes o período que vai de 1937 a 1945, “inicia com a supressão dos mecanismos políticos que caracterizavam os sistemas democráticos e representativos”. (GOMES, 2007:605) Apesar disso se ampliavam as concessões às classes trabalhadoras (obrigatoriedade do salário mínimo, 1/5/1940; instituição da Justiça do Trabalho, para resolver questões entre patrões e empregados; ampliação das caixas de aposentadoria e pensões etc.). Embora a filiação dos trabalhadores

nos seus respectivos sindicatos fosse voluntária, havia a medida de que somente seriam admitidos aqueles que tivessem o reconhecimento do Estado em caso de “representação legal dos assalariados, tal como da assinatura de contratos coletivos de trabalho”. (GOMES, 2007:618)

A consolidação do Estado Novo exigiu a construção de um corpo burocrático, militar e político subservientes ao presidente e à sua semelhança, capacitados para o exercício do poder. Esses homens exerceriam função de interventores, ministros, secretários de Segurança, chefes de polícia. Era o momento de uma nova fase política e a Carta constitucional de Francisco Campos fazia face a isso, dando ao Presidente poderes de escolha dos membros que o cercavam segundo a sua aprovação. (FAUSTO, 2003:365) Os “homens fortes” de Getúlio eram recrutados entre militares, entre membros das elites locais e entre parentes de figurões e gente próxima dos círculos palacianos. Mas mesmo eles eram controlados, como no caso dos interventores estaduais, substitutos dos governadores que, por Decreto-Lei de abril de 1939, podiam ter suas ações monitoradas e desaprovadas pelo Presidente. Segundo Bóris Fausto, *o poder pessoal de Getúlio representava a instância decisiva nas resoluções fundamentais*, ou seja, durante a tomada de decisões ouvia-se os membros do círculo formado por elementos muito próximos de si, era, nada mais nada menos, a garantia da manutenção das medidas a serem tomadas de maneira a se alcançar as metas do governo. Embora a centralização e o fortalecimento do Executivo sejam as tendências desse modelo de governo, a relativa complexidade dos diferentes ramos políticos levando em consideração os diferentes interesses de grupos capazes de contribuir para a resolução problemática no sentido econômico e social trazem à tona segundo Ângela Maria de Castro Gomes,

[...] o controle do poder central sobre o processo decisório dever ser entendido num sentido relativo, ou seja, na medida em que a consolidação das tendências coercitivas e centralizadoras que, a partir da mudança de regime político, passa ser a tônica do aparelhamento estatal, implicaria não uma exclusão da influência, senão uma redefinição dos canais de acesso e de influência, através das quais a interferência dos diferentes grupos se faria sentir a partir de então. [...] Se o Estado teria certa autonomia, por outro lado, é também legítimo supor que a atuação desses grupos teria alguma relevância, impondo certos limites ao campo de ação do Executivo, reduzindo ou ampliando a margem de alternativas possíveis ou definindo cursos legítimos de ação. (GOMES, 2007:103)

A realidade desta ditadura não era baseada na centralização de uma maneira irreduzível, mas, sim, sob o reajustamento com a colaboração da elite nacional

mesmo que venha para atender certos interesses particulares, e desde que o alcance das medidas não categorizassem a predominância de uma sobre as outras. (GOMES, 2007:95) À medida que o governo reconhecia os inúmeros problemas nacionais e levava adiante suas realizações, revelava suas muitas faces (DUTRA FONSECA, 1989:253), que somadas às sugestões dos componentes dos diferentes grupos da sociedade, contribuíam para a solução dos problemas e a tomada de decisões rumo ao desenvolvimento.

Ainda a esse respeito, contribuindo para a retórica governista de que com o desenvolvimento econômico desapareceriam os problemas do país, a idéia da aglutinação em torno de si e da maioria da nação através da construção de uma nacionalidade que pusesse fim as desigualdades regionais. (DUTRA FONSECA, 1989:257) Além disso, haviam contradições internas, refletidas pela dependência externa, que mereciam maior atenção por parte de uma política de adequação dos recursos nacionais (materiais e institucionais) importantes para o projeto nacional. (DIEHL, 1990:84) Para isso, a idéia de nacionalização de todas as atividades do país, sejam elas da indústria ou do comércio, toma vulto, “com uma política de restrição de restrição à iniciativa estrangeira, tanto na política como na economia”. (CARONE, 1976:72) Sob um caráter pragmático, a tendência é aceita pelas camadas dirigentes que, embora tenha caráter representativo abala o avanço da ameaça capitalista estrangeira. (CARONE, 1976:72) Ao que tudo indica o resultado foi positivo, havendo a ascensão de empresas e capital nacionais e, mesmo seguindo uma linha indeterminada, o governo daria continuidade a esta política. (CARONE, 1976:72-75)

Outro aspecto das características do Regime foi o da construção da própria figura de Getúlio que passou a ser representada como a do homem que deu consistência ao aparato, que sob sua direção ocasionou as mudanças sociais e o crescimento econômico do Brasil. (SKIDMORE, 1982:54) Os meios para assegurar o andamento das metas nacionalistas do regime deveriam estar presentes na imagem pessoal do presidente. Sua imagem não somente devia transparecer ao povo brasileiro como a de um homem preparado para conduzir o país, mas de alguém com a capacidade e os poderes sobre um aparelho de Estado equipado de ferramentas apropriadas que fossem condizentes com suas idéias desenvolvimentistas e nacionalistas que assegurassem a defesa do território, das bases sociais, das fontes econômicas e de sua soberania continental. (SKIDMORE,

1982:58) Segundo Thomas Skidmore, a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) surge como umas das poucas instituições² capazes de transformar em resposta ao desafio de governar efetivamente e, rapidamente, transformar o país dando segurança suficiente ao poder pessoal de Vargas. (SKIDMORE, 1982:58) Para tal objetivo, o DIP exerceria, durante a sua existência, a função em diferentes meios de comunicação, não tratando apenas de passar a imagem de um presidente confiável, mas a de um Brasil rumo ao futuro tendo o progresso como horizonte. (FAUSTO, 2003:376)

Analisando isso, Vargas contava com um aparelho propagandístico eficiente, com o qual o novo regime trataria de dar ênfase ao caráter político centralizado e eficiente ao Estado brasileiro, configurando as condições favoráveis a um alto grau de autonomia em suas relações com a sociedade. Seguindo por essa linha de interpretação, as questões relacionadas com o fortalecimento da imagem do poder do Estado, que teriam num primeiro plano, o aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e supervisão das inúmeras esferas da vida social, em que a integração e consolidação do poder nacional se somariam aos seus mecanismos autoritários dentro da esfera proveniente da política desenvolvimentista. (SKIDMORE, 1982:58) No esforço de centralização político-administrativa, pela qual se mantém a autonomia do Estado, monta-se um complexo quadro institucional, que determina a padronização do governo e cria o sistema indispensável para viabilizar a intervenção governamental nos diferentes setores da realidade social brasileira. (GOMES, 2007:96)

Percebemos que a consolidação do Estado Novo exigiu, inicialmente, a construção de um corpo burocrático, militar e político subserviente ao presidente Vargas. Para isso, foi necessária a formação de uma equipe de governo formada à imagem e semelhança do próprio Vargas, capacitados para o exercício do poder durante o Regime, e que estivessem de acordo com as metas de desenvolvimento econômico brasileiro. Sendo assim, é necessário ver como será a busca pelas metas do desenvolvimento econômico do país realizada durante o regime. Pois, entre essas metas, estarão as adaptações que o campo da educação

² A existência da polícia secreta, chefiada por Filinto Müller, também teve o papel relevante para o desmantelamento de supostos levantes subversivos que desconfigurassem a imagem da ordem desejada.

sofreria, principalmente no ensino profissionalizante, para melhoria da produção industrial brasileira.

1.2 A POLÍTICA ECONÔMICA E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Após estudarmos o aparato político de apoio ao Estado Novo, veremos como se saiu o Governo Vargas no campo da política econômica que objetivava o desenvolvimento a partir de um plano de metas a serem alcançadas. Uma série de medidas seriam lançadas para alavancar a economia brasileira, principalmente, de maneira especial, voltadas para a melhoria do parque industrial do país, uma delas, por exemplo, era a de incluir a experiência dos empresários do setor nos principais conselhos econômicos. Entretanto, é preciso deixar claro, como será visto adiante, que não existiu um projeto de desenvolvimento nacional propriamente dito, ou seja, o que houve foi um conjunto de medidas que, ao longo do Regime, foram sendo tomadas na busca de melhorar a economia a partir de uma série de providências e atribuições geradas pelos inúmeros órgãos governamentais, que tinham como principal articulador o Governo.

A definição para tal situação, segundo Francisco Luiz Corsi, mostra que, “dificilmente poderia-se considerar a política econômica do período 1930-1937 como a expressão de um nítido projeto nacional de desenvolvimento. A partir desse momento, nota-se o amadurecimento da idéia da necessidade de o Brasil desenvolver suas indústrias”. (CORSI, 2000:49) E, realmente, o governo vai se utilizar desta experiência, no campo industrial, de homens experientes que unidos ao governo proporcionaram um diálogo mais freqüente, encurtando assim a distância que havia no passado com os industriários. (CARONE, 1976:69) A busca pelo propósito de fortalecer a industrialização nacional criou um via de relações de trocas que, segunda a análise de Edgar Carone, proporcionou “ao mesmo tempo o aumento dos pedidos de auxílio governamental, levando os industriais a cederem a muitas das exigências das autoridades, apesar do espírito de resistência em muitos pontos como o problema da sindicalização da classe”. (CARONE, 1976:69)

Apesar da consideração governamental por melhorias na política de industrialização, o contexto ainda era de relativa desarticulação da economia mundial, e o Brasil colocava-se do papel de exportador de produtos primários, como os demais dos países latino-americanos. (SCHWARTZMAN, 1983:554) Nessa conjuntura mundial, as economias da região eram impelidas a se fechar de maneira crescente sobre si mesmas e buscar saídas próprias para a situação. A condição de emergência gerada pela Segunda Guerra Mundial obrigava os governos, para evitar o colapso das economias, a experimentar novas políticas, que implicavam, seguindo uma tendência mundial, maior intervenção dos Estados na economia. (SCHWARTZMAN, 1983:554) Essas políticas procuravam defender o conjunto da economia e não apenas um setor. Apesar de, no Brasil, não se verificar a tomada imediata de medidas industrializantes, existia a consciência das falhas na herança industrial brasileira que gerava uma preocupação inicial a respeito da diversificação da atividade econômica e que, portanto, caberia aos empresários do momento, juntamente com a equipe econômica do Governo, tomarem as providências necessárias. (CARONE, 1976:59-61) Apesar de o Brasil se achar em fase de expansão durante a Segunda Guerra, era preciso achar mecanismos que consolidassem a melhoria da produção industrial com o consumo do mercado interno para os produtos brasileiros, para não ficar na dependência dos mercados exteriores, cujas oscilações eram constantes com a guerra.

Pensando nisso, foi criado o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), criado em 1934, esse órgão seria reorganizado (Decreto-Lei nº 74 e Decreto-Lei nº 1.163) tendo suas atribuições ampliadas e passando a funcionar como um organismo de planejamento econômico. (FAUSTO, 2003:366) Com o andamento das necessidades e seu âmbito de atuação ampliado, o órgão transformou-se em um membro de assessoria do governo nas mais variadas questões de política econômica, constituindo-se em uma das principais vias de acesso ao poder por parte dos grupos privados, especialmente industriais. (GOMES, 2007:118-119) O CFCE foi o principal exemplo, no campo da economia, de articulação entre os setores público e privado, que contavam com as atuações de Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi. (CARONE, 1976:82) Durante as reuniões do CFCE, as discussões afloravam os conflitos latentes entre defensores do protecionismo e do livre-cambismo, políticas incompatíveis com as mudanças em andamento previstas pela superação do status de economia primário-exportadora (GOMES, 2007:100), por

isso a atenção maior recaia sobre os interesses dos industriários que estavam mais interessados nas medidas protecionistas já em andamento do governo. Para Corsi, o CFCE foi uma das primeiras tentativas do governo Vargas de estabelecer uma política baseada em pesquisas e análises de conjuntura, destinada a coordenar e centralizar a ação estatal na área da economia, com a intenção de contornar a realidade da falta de diversificação econômica a partir de trabalhos apresentados pelo órgão: “Um dos eixos das discussões travadas nessa época no CFCE foi a questão da diversificação da economia e do desenvolvimento do mercado interno”. (CORSI, 2000:47) Mais adiante ele analisa: “o conjunto da política econômica implementada pelos meados da década de 1930, parece que o objetivo do governo Vargas era combater a crise a partir da diversificação da economia e do fortalecimento do mercado interno”. (CORSI, 2000:48)

O fortalecimento desse mercado interno, criado a partir dos anos 30, proporcionará no país um momento de importantes transformações na sociedade brasileira, principalmente, no que tange às regiões urbanas onde se formarão os grandes parques industriais. A classe operária e a classe média urbanas sofrem as consequências deste cenário, porém, é a partir dele que Vargas pretende que elas se tornem presenças importantes no campo político econômico, ou seja, as melhorias das classes urbanas aumentariam a renda das famílias de classe média e, conseqüentemente, o consumo dos produtos brasileiros. Contudo, como podemos observar o Estado Novo é um período em que ainda no Brasil temos a existência de um mercado interno bastante restrito. Para se ter uma idéia, por exemplo, a renda per capita, no Brasil, é 25 vezes inferior à dos Estados Unidos da América. (CARONE, 1976:62) Os trabalhadores, tanto do campo como da cidade, convivem com os baixos salários perante uma existência de “ínfima classe média, tornando assim o mercado consumidor restrito”. (CARONE, 1976:62) A solução então é a formação de um proletariado com maior capacidade técnica de trabalho e de produção o que, provavelmente, elevaria a procura por melhores profissionais, contribuindo para o oferecimento de melhores salários para a manutenção destes trabalhadores. Esses seriam os fatores que provenientes, segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca, “da crença de que, com o desenvolvimento econômico os grandes problemas do país desapareceriam: a miséria, as desigualdades regionais, a incipiência do mercado interno, a exclusão e demais questões da nacionalidade se encontrariam finalmente”. (DUTRA FONSECA, 1989:257) Deste modo, havia a

necessidade de o Estado criar e estimular o desenvolvimento deste mercado interno e da própria produção industrial, deixando com isso o Brasil de ser apenas um exportador de produtos primários. Em vista disso, é que a função do aparelhamento econômico deveria ser mais eficiente tecnicamente, o que por sua vez, depende dos recursos disponíveis para seu custeio. (CARONE, 1976:62)

Diante disso, o governo decidiu adotar uma série de medidas com a intenção de revigorar e estimular o desenvolvimento da economia. Para isso, segundo Bóris Fausto, o plano era “primeiro decidir por uma política de substituição de importações pela produção interna e de estabelecer uma indústria de base. Os defensores (empresários do ramo industrial e Exército) dessa perspectiva ganharam força, tanto pelos problemas críticos do balanço de pagamentos, que vinham desde 1930, como pelos riscos crescentes de uma guerra mundial que imporia, como realmente impôs, grandes restrições às importações”. (FAUSTO, 2003:370) Era uma tentativa, dentre muitas, de experimentar novas maneiras de expandir a economia nacional, que a partir de agosto de 1937, havia se esgotado com uma crise cambial³ ocasionada pela liberalização do câmbio, adotada desde 1935. (CORSI, 2000:69) De acordo com Corsi, “o Banco do Brasil decide por controlar de maneira mais rígida as importações e as remessas ao exterior, na busca de obter maior equilíbrio no balanço de pagamentos. Nesse sentido, o monopólio cambial e a moratória da dívida externa eram medidas complementares, pois visavam a uma drástica redução do fluxo de capitais para o exterior”. (CORSI, 2000:69) Para entendermos a maneira como isso foi realizado utilizamos a explicação de Marcelo de Paiva Abreu ao dizer que o regime cambial obrigava os bancos a repassarem 35% das cambiais de exportação à taxa oficial para o Banco do Brasil; estas divisas seriam usadas para pagamento de compromissos do governo. Os 65% residuais das cambiais de exportação seriam negociados no mercado “livre”; também no mercado “livre” seriam adquiridas todas as cambiais necessárias ao pagamento de compromissos no exterior, exceto os do governo. (ABREU In: FAUSTO, 1995:22) Para Antonio Flavio de Oliveira Pierucci, as medidas do governo a respeito da dívida externa e do câmbio contribuíram no controle e aumento das divisas econômicas:

³ Em início de 1935, em vista de gravidade de crise cambial aparentemente causada pela liberalidade na concessão de licenças para remeter lucros, foi proposta pelo Banco do Brasil a suspensão do pagamento do serviço, já reduzido, da dívida externa, na tentativa de manter-se o nível das importações.

O controle cambial e de importações depois de 1937 tornou-se, a exemplo do que havia ocorrido na primeira metade da década, o principal instrumento de política comercial. Na prática, a aplicação dos controles de importação resultou ser um instrumento mais eficaz para conter ou reduzir o nível agregado de importações do que para discriminar em favor das importações definidas como essenciais. (PIERUCCI, 1995:14)

Ao que parece, a equipe econômica brasileira demonstrava ter competência no gerenciamento de medidas cambiais que beneficiavam a manutenção do plano de política de substituição de importações, que a princípio seriam para beneficiar a importação de equipamentos (maquinário mais avançado), matérias-primas (ferro, aço, juta, grafite, chumbo, etc.) e combustíveis fósseis, no momento ainda inexistentes no país. Contudo, o país ainda se beneficiaria com as medidas de cunho nacionalista tomadas para restringir a iniciativa estrangeira, e com isso fazer face à crise, tornando o setor industrial o carro-chefe da expansão econômica. Entretanto, com o advento da segunda guerra mundial, Inglaterra e França rompem relações com os países do Eixo e passam a dar início ao bloqueio naval, que se torna mais intenso em 1940. (CARONE, 1976:66) A guerra passa a ser o fator de impedimento de importação de maquinário e de bens necessários como ferro e aço, mas não é só com relação aos produtos que o Brasil precisaria arrumar mais uma saída. O conflito mundial gera a diminuição dos recursos para financiamento de compras no exterior devido à queda das exportações, embora cresça a venda de matérias-primas minerais e de tecidos manufaturados. (CARONE, 1976:66) As dificuldades externas e internas, devido à guerra, provocaram o encarecimento ou desaparecimento de muitos produtos, alguns fundamentais, como ferro e aço. A importação de bens necessários à indústria brasileira era impedida pelos bloqueios navais no Atlântico cometidos pela Alemanha e Itália, o que interrompeu também as exportações brasileiras, apesar de ter havido o crescimento da exportação de matérias-primas minerais e de tecidos manufaturados. (CARONE, 1976:66)

Pensando nisso, o Governo passa a incentivar a instalação de firmas nacionais destes setores, que antes eram quase inexistentes no país, tais como a Companhia Nacional do Papel e Celulose (1943), fábricas de cimento e mármore, Usina de Material Ferroviário (1943), de Alumínio (1945), de Máquinas de Costura (1942). (CARONE, 1976:66) O conflito mundial provocaria ainda um fenômeno na produção interna, isto é, com o acréscimo substancial da renda de exportação dos

produtos brasileiros que, apesar de ficarem retidos pelos países aliados, é pago pelo Governo aos produtores, em moeda nacional. (CARONE, 1976:67)

Estes fatores vieram a contribuir para a retomada industrial, pois com eles surge a necessidade de melhor ampliar a produção e, para isso era preciso aprimorar o maquinário industrial, com isso, finalmente, o Governo aceleraria, no possível, os planos para a produção de ferro e aço. (CARONE, 1976:66) Com isso, contribuía para alimentar os sonhos de Vargas e dos militares, - estes muito mais devido à vontade de criar uma fábrica de armamentos bélicos que dessem ao exército brasileiro o equipamento para o reforço das tropas, em nome da política de segurança nacional, de instalar uma usina siderúrgica em território nacional.

Mas o papel do Estado não terminou por aí, o CFCE elaborou um plano para defender a economia e os aspectos referentes ao comércio exterior. Para isso, criou-se a Comissão de Controle e Abastecimento subordinada ao Ministério da Agricultura e à Comissão de Defesa da Economia Nacional, um apêndice do próprio CFCE. (GOMES, 2007:138) Os problemas crescentes gerados pela guerra mostraram a complexidade do controle da economia neste momento, fazendo o governo criar, em setembro de 1942, a Coordenação da Mobilização Econômica que ampliou, segundo análise de Angela Maria Castro Gomes, “suas funções, incluindo desde o controle de preços até o controle da produção e comercialização de vários produtos, conferindo-lhe o poder de intervenção e coordenação de diferentes setores da atividade econômica”. (GOMES, 2007:138) Foi um momento difícil para a economia brasileira e alguns setores necessitavam de políticas de amparo, principalmente os que estavam em formação e consolidação. Mas ao que parece, alguns grupos industriais sofreriam com a falta de hierarquias das instituições entre os principais órgãos consultivos que pecavam pela falta de coordenação e a superposição de funções de vários deles, gerando um desequilíbrio entre os setores produtivos nacionais. Isso conseqüentemente gerou um quadro incoerente, marcado pela coexistência de setores, livres e regulados, sem coordenação entre si. (GOMES, 2007:138)

Portanto, a dificuldade de concretizar um plano de desenvolvimento econômico racionalizado pela intervenção do Estado na economia residia na dificuldade da complexa estrutura de poder. (GOMES, 2007:139) Portanto, era difícil para o Governo acomodar entre vários grupos dominantes, seguir uma trajetória unidirecional. “Oscilando ao longo de várias posições possíveis, dentro dos

limites impostos pelos interesses representados na estrutura de poder, o novo Governo revelaria certa ambivalência, refletindo ora as tendências mais conservadoras, ora as mais inovadoras. Através desse jogo de pressões, os impulsos renovadores freqüentemente seriam contidos e até anulados”. (GOMES, 2007: 139) Não havia a coerência necessária que marcasse em definitivo a coexistência entre os órgãos criados para minimizar as conseqüências na economia brasileira advindas do conflito na Europa e ao que parece as dificuldades não cessaram. Segundo Edgar Carone, existiam ainda alguns empecilhos, nesse sentido:

[...] ainda é preciso importar produtos básicos – petróleo, ferro – e secundários – tecidos, papel. Esta dependência recíproca torna o país vulnerável e preso a mecanismos de mercado, cujas oscilações são permanentes e se tornam mais agudos com a guerra. Quando se trata de indústria, o que domina é a ligação entre produção e mercado interno. Mas não há campo nenhum onde a auto-suficiência seja completa, havendo sempre dependência da importação de produtos mais acabados. (CARONE, 1976:61)

Portanto, apesar de o país se achar em fase de expansão durante a Segunda Guerra Mundial, ele ainda depende em grande parte da exportação de matérias-primas. Ainda por cima, a indústria brasileira conta com uma quase inexistência do mercado interno para seus produtos por fatores como baixos salários e de uma classe média muito pequena. Provavelmente, ao que parece, esta era também uma preocupação dos industriários da época, que apesar de viverem um momento de expansão necessitavam de materiais importantes para a fabricação e manutenção de máquinas, além dos combustíveis para os veículos de transporte de seus produtos. Segundo Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria, para a produção industrial brasileira melhorar ela necessitava de elementos que viriam da iniciativa e do investimento de áreas ainda não muito exploradas, principalmente, da produção de aço e de combustíveis:

Produzir, na era da superprodução e conseqüente competição, importa em construir grandes mercados, pelo menos internos e mesmos externos. Tais problemas trazem no bojo outros problemas, também altamente complexos, de que são exemplo, entre outros, o da fabricação, em grande escala, do aço no país, o da exploração dos combustíveis, o da realização de uma imprescindível rede de transportes, o do preparo intenso de técnicos. (LODI In: CARONE, 1976:318-319)

A preocupação com o processo de industrialização como um todo – entendido como transformação de estrutura e pré-condição para a afirmação internacional do Brasil – era mais clara entre os técnicos ligados ao aparelho de Estado que entre os próprios empresários. Além disso, a principal atuação dos industriários nos vários Conselhos desencadeou a campanha para obtenção de crédito capaz de atender às necessidades dos recursos a médio e longo prazo para aquisição de máquinas e equipamentos. A fundação da carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do banco do Brasil, em 1937, viria a atender a esta reivindicação. (GOMES, 2007:126) Após algumas reformulações, a CREAI passou a atuar quase como um banco de desenvolvimento industrial, financiando a implantação de novos setores, como a metalurgia de alumínio e a produção de celulose em grande escala. (SCHWARTZMAN, 1983:546) Grupos destes setores amplificaram suas atividades, vindo a se tornarem indicadores de uma nova dimensão política do Governo, que tinha a preocupação de garantir as suas auto-suficiências. Corsi parece não concordar totalmente com o Governo a respeito da CREAI como sendo a solução na área de financiamento da produção, segundo o autor, “ela foi a tentativa de contornar a situação de falta de capital nacional. Contudo, a CREAI não foi uma solução para os problemas na área industrial, pois a carência de financiamento a longo prazo continuaria sendo uma das principais questões da industrialização”. (CORSI, 2000:81)

Ao que tudo indica, a tentativa de gerar desenvolvimento industrial, a partir do capital nacional não teve a afirmação desejada pelo governo. A CREAI do banco do Brasil foi uma tentativa de criar um esquema de financiamento tanto público quanto privado para sustentar o desenvolvimento baseado no capital nacional, no entanto, por não haver uma definição clara do Governo de continuar nesse rumo, ou seja, devido à postura ambígua do Presidente Vargas de ora considerar essencial o capital nacional ora o estrangeiro, demonstrava falta de convicção do Presidente por adotar medidas efetivas de caráter nacionalista, o que certamente interferia numa definição para o projeto de desenvolvimento autônomo da economia nacional. (CORSI, 2000:83) Para Corsi, “o governo Vargas ao mesmo tempo que adotava um discurso nacionalista e tentava criar um esquema de financiamento baseado no capital nacional para sustentar o desenvolvimento, continuava considerando essencial a contribuição do capital estrangeiro sem adotar medidas efetivas de nacionalização, tais como a de submeter o capital estrangeiro às leis do país,

contribuindo para o desenvolvimento do país, sendo investimento preferencialmente em setores ligados à industrialização”. Para o autor, “a postura ambígua de Vargas sugere que ele não estava convicto quanto ao rumo a ser adotado”. (CORSI, 2000:83-85)

No entanto, a partir do controle governamental da economia, ao que parece não conseguiu expandir sua proposta econômica para os demais setores sobre aqueles mais tradicionais da economia que caracterizavam o país por sua produção. Segundo Carone, “setores tradicionais (têxtil, alimentos, bebidas e fumo) representavam, em 1939, 60% do total do valor adicionado pela indústria, diminuindo a sua participação, que, em outros tempos dos idos do começo do século XX, fora de 72%”. No entanto, outro setor parece ter dado algum motivo de orgulho para os criadores do Estado Novo que, ao que parece, estava em vias de ganhar uma oportunidade, o dos bens intermediários (metalurgia, siderurgia, etc.). Para Carone, houve uma expansão rápida das indústrias básicas, metalurgia, mecânica, cimento e papel. Segundo ele, “entre 1929 e 1939, o setor de minerais não metálicos expandem-se seis vezes, o metalúrgico, quatro vezes, e o de papel, oito vezes. Acelerou-se a substituição de importações nos setores básicos. A indústria de cimento atende em 1937 a quase 90% do consumo, a de ferro gusa, a 99%, a de aço em lingotes, a 75% e a de laminados, a 14%”. (CARONE, 1976:62-63)

Porém, devemos considerar que estes investimentos políticos de desenvolvimento econômico, sobretudo os militares de promoverem a industrialização do país sem provocar grandes abalos sociais. A intervenção estatal direta ou indiretamente esteve, em suma, dentre os fatores que resultaram na industrialização do Brasil, acrescidos pela substituição das importações, a manutenção da procura interna pelo auxílio aos cafeicultores e os investimentos particulares dos exportadores destinados ao mercado interno. (SKIDMORE, 1982:70) A burocracia civil defendia o programa de industrialização por considerar que era o caminho para a verdadeira independência do país. E parece que esta política tinha o apoio dos industriários da época como Eivaldo Lodi:

Ao definir o sentido da planificação do Brasil, no setor das atividades industriais, a Segunda Comissão Especial, encarregada do assunto, fixou conceitos da mais alta relevância, ou seja, o de que a sua colaboração deve ser feita à margem do autoritarismo do estado, que nelas deve colaborar como órgão predominantemente incentivador. (LODI In: CARONE, 1976:319)

A responsabilidade estatal, no setor econômico, cresceria sem uma exigência popular e sem uma pressão trazida à tona pelo setor industrial, ou seja, foi antes uma reação que partiu de uma elite política que, com um único grupo considerado importante, amparava maciçamente a industrialização a partir de um grupo de militares superiores, que desejavam urgentemente uma indústria siderúrgica. Os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia – componente importante de segurança nacional; os industriais porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado. Seria então uma política de industrialização imposta de cima para baixo como analisou Skidmore:

O crescimento da responsabilidade estatal no setor econômico não resultou de exigência popular, nem de pressão trazida à tona pelo setor empresarial; foi, antes, a reação da elite política. O único grupo importante que amparou maciçamente a industrialização foi constituído pelos militares superiores, que desejavam urgentemente uma indústria siderúrgica. A medida justificava-se por uma lógica composta de argumentos baseados em considerações de economia, segurança nacional e nacionalismo emocional. (SKIDMORE, 1982:70)

Esta política econômica esteve fortemente ligada a esta concepção e influência militar de segurança nacional, segundo ao que se refere Bóris Fausto, a influência das Forças Armadas exercida diretamente por meio de participação nos organismos técnicos do Estado Novo, através dos estados-maiores do Conselho de Segurança Nacional (CSN), o qual teve um *papel importante nas decisões econômicas* através de estudos de todas as questões de segurança nacional. (CARVALHO, 2005:110) No caso da siderúrgica, por exemplo, apesar de nem todos os seus representantes terem acolhido as recomendações para o rápido andamento das negociações, de certa maneira, foram as Forças Armadas as responsáveis pela instalação de uma siderúrgica no Brasil, pois o seu fortalecimento material, visando a defesa interna e externa do país, passava pelo desenvolvimento da indústria nacional, o que viria a ser promovido pela indústria de base. Segundo Carvalho a participação dos militares era consideravelmente de apoio:

Dois dias antes do golpe, Vargas escreveu a Osvaldo Aranha, então embaixador em Washington, sobre o plano de reformas do regime. O plano punha ênfase na defesa interna e externa, no fortalecimento das Forças Armadas, no desenvolvimento econômico, na promoção das indústrias de base, na exportação. Mesmo dando o devido desconto para a retórica, não há como negar que por trás do autoritarismo do regime, em parte como

justificativa deste autoritarismo, havia um projeto de desenvolvimento nacional sob a liderança do Estado e com apoio das Forças Armadas. A participação militar no esforço tornara-se mais fácil pelo fato de que oficiais tinham passado, desde 1930, a ocupar posições na administração civil. (CARVALHO, 2005:109-110)

Além disso, deve-se também considerar outras medidas adotadas pelo governo no sentido de promover o desenvolvimento econômico e industrial do país. Inicialmente, o governo providenciou a moratória da dívida externa acompanhada de um regime de monopólio de câmbio, visando à manutenção do crescimento da economia similarmente a situação era priorizar os compromissos externos. (CORSI, 2000:41) Como medida complementar, a moratória veio junto com a observação do encaminhamento da questão de remessas ao exterior de maneira a alcançar o equilíbrio na balança de pagamentos. (CORSI, 2000:44) Essa medida, provavelmente, fora tomada com a intenção de reorganizar o comércio exterior, tendo como objetivo incentivar alternativas à exportação do principal produto brasileiro, o café, que seria vendido com taxas em vigor no mercado livre, superior às do mercado oficial, isso denotava o começo de uma certa preocupação com a industrialização nacional.

Diante desta condição, o CFCE autorizou, em meados de 1937, a tomada de uma medida voltada para a política cambial brasileira, a de adotar uma taxa única desvalorizada com a intenção de abandonar parcialmente a sustentação de preços esperando uma redução das receitas cambiais. Isso determinaria perante a escassez de divisas conseqüente da substancial elevação das importações que chegaram a 40% em valor entre 1936 e 1937, compelindo a assumir o monopólio cambial baseada em uma taxa desvalorizada. (PIERUCCI, 1995:22-23) Ao que parece a aplicação dos controles de importação, na prática, resultou ser um instrumento mais eficaz de redução do nível importações do que discriminar em favor das importações definidas como essenciais, já que se buscava uma significativa substituição de importações de bens de consumo por importações de matérias-primas. Somado a isso, o governo viria a comprar os excedentes de café, gerando uma fonte de déficit de financiamento que evitou o colapso da procura interna pelo produto em conjunto com a desvalorização progressiva da moeda que, a grosso modo, foi suficientemente rápida para a manutenção das importações que reduzidas viriam a ser o estímulo poderoso para o crescimento da indústria leve nacional. (SKIDMORE, 1982:66) Como resultado desta política, os consumidores

passariam a procurar produtos brasileiros contribuindo para o avanço industrial brasileiro que, segundo Skidmore alavancou a iniciativa industrial da elite local:

O surto de industrialização “espontânea” foi auxiliado, em fins da década de 30, por uma política consciente de intervenção estatal, à medida que o repúdio do Estado Novo ao liberalismo político trazia consigo a determinação de se afastar do liberalismo econômico. Os empresários particulares eram estimulados a prosseguir com os seus próprios esforços, enquanto o governo federal ampliava a sua autoridade para dirigir a economia [...]. (SKIDMORE, 1982:66-67)

Segundo Skidmore a mudança de postura em relação à política cambial, associada ao propósito de criar uma política comercial mais independente constituiu um forte indício do amadurecimento de um programa de desenvolvimento no início do Estado Novo. A implantação do monopólio cambial e a suspensão da dívida pública externa aparecem como um indicativo de que a política do Governo Vargas passara a considerar o projeto nacional desenvolvimentista, intensificando daí em diante, a adoção de outras medidas visando melhorias econômicas para o país.

Para isso, o Governo, pensando no desenvolvimento econômico brasileiro, precisaria dar início a uma atitude que ampliasse a indústria nacional em detrimento da diversificação e melhorias dos produtos, isso o levaria a começar a buscar pelo apoio dos setores sociais mais interessados num plano de industrialização e que tivessem a experiência de já trabalharem no ramo industrial. Apoiado por setores nacionalistas civis e militares, o empresário e presidente da recém-criada Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, Guilherme Guinle propõe ao Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1937: “a solução dos problemas da siderurgia e da exportação de minérios propondo a organização da indústria estatal, como o meio mais eficiente da defesa econômica; acentuação, na impossibilidade da realização da indústria estatal, do regime semi-estatal; abolição, no que concerne à siderurgia e à exportação, do regime de concessão, como contrário aos interesses nacionais”. (GUINLE, In: CARONE, 1976:79) Nesse sentido, em relação à questão siderúrgica, Vargas criou, em 1938, a Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico, entregando-a ao coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, que logo mantém entendimentos com o governo alemão, para concessão de empréstimos. (SEITENFUS, 2000:256)

Com vistas na intervenção do Estado no setor de matérias-primas e bens intermediários, o governo concentrou suas manifestações com maior interesse na

produção de ferro. A criação de uma siderúrgica nacional não girava apenas entorno das vontades do empresariado e do exército, mas da necessária participação de um convênio com capital estrangeiro que, em sua primeira instância, não era bem visto pelo militares brasileiros apesar de ambicionarem a modernização nesse setor, por isso que o governo acabou por sozinho ao tratar das negociações. (SEINTENFUS, 2000:256) Ciente das negociações anteriores entre brasileiros e alemães a respeito da implantação do projeto siderúrgico no Brasil, o presidente norte-americano Franklin Roosevelt oferece, através do Export and Import Bank, um empréstimo de 20 milhões de dólares para a construção de uma grande siderúrgica, em Volta Redonda. Segundo Seintenfus o Governo teria feito o seguinte acordo com o empresariado:

Guilherme Guinle e Jesse Jones firmam um instrumento que prevê a concessão de auxílio técnico e financeiro para a construção de uma usina siderúrgica no Brasil. O acordo prevê um investimento inicial de 45 milhões de dólares, dos quais 20 milhões seriam financiados pelos Estados Unidos e garantidos pelo Banco do Brasil, ao passo que os 25 milhões de dólares restantes são de responsabilidade do Tesouro brasileiro. O acordo prevê a abertura de um escritório em "Pittsburgh ou em um outro centro importante" dos Estados Unidos, no qual engenheiros brasileiros e norte-americanos formariam uma equipe, constituindo assim o núcleo central do ambicioso projeto. (SEITENFUS, 2000:256-257)

Em troca ainda, como garantia, os norte-americanos queriam que o Governo brasileiro fornecesse a possibilidade de instalação de bases militares norte-americanas em território nacional, consideradas essenciais para formar a linha de comunicação com o norte da África, tendo em vista sua posição estratégica para eventual travessia do oceano Atlântico. (SKIDMORE, 1982:68) O fornecimento de matérias-primas estavam incluídas no negócio tais como, borracha natural, quartzo (essencial para comunicações radiofônicas), o fornecimento do aço produzido pela nova siderúrgica por cinco anos. Ao que tudo indica, foi um acordo com o qual o Getúlio conseguiu consideráveis vantagens como equipamentos militares desejados pelo Exército Brasileiro, assistência técnica e financiamento para a formação da usina. Além disso, estabelecia sua aliança como principal parceiro latino-americano dos Estados Unidos na guerra, abrindo as portas para o estabelecimento precedente de tal apoio para sua industrialização de base. (SKIDMORE, 1998:171)

Portanto, paralelamente, foi colocado em ação um programa de diversificação da economia brasileira, o que tanto implicava uma busca de saídas para o

desenvolvimento capitalista nacional quanto atendia aos interesses das oligarquias agrárias e dos representantes de outros setores da economia, como comerciantes e industriais. A crise de 1929 e as medidas do governo para proteção do café trouxeram ao país, novamente, um período de dificuldades para importar. Desvalorizações cambiais sucessivas proporcionavam, na prática, uma certa proteção para a indústria, na medida em que se elevava o preço dos manufaturados estrangeiros, mas por outro lado também ficavam mais caras as importações de bens de capital e de matérias-primas. Entretanto, as necessidades crescentes de mão-de-obra especializada para as fábricas, visando uma circunstancial melhoria da produção industrial levava o governo a criar um órgão para dirigir e administrar o ensino de formação profissional. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, criado especialmente para este fim em 1942, inseria-se desta forma, num projeto mais amplo de industrialização do país, que demandava, no início da década de 40, escolas de aprendizagem industrial vinculadas ao SENAI seriam instaladas, inicialmente, nos grandes centros industriais do país.

1.3 A REFORMA EDUCACIONAL E O ENSINO PROFISSIONALIZANTE

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, modificou as condições do comércio exterior brasileiro. O café experimentou uma alta significativa nos preços e no volume de vendas, e também diversificou-se a pauta das exportações do país, passando a figurar nela produtos manufaturados, como têxteis. Tais alterações trouxeram para o Brasil um aumento da receita decorrente das vendas para o exterior, mas permaneceram restringidas às fontes externas de suprimento de bens de consumo e combustíveis. O clima de euforia ante as condições de reposta da economia nacional face à demanda excepcional de gêneros primários e industrializados proporcionada pelo conflito mundial, parecia contrastar com as conseqüências que ocorriam internamente no país. O conflito mundial traria consigo o aumento do custo de vida e também o aumento da produção industrial. A questão que se colocava era a de que, findo o conflito e reduzida a demanda internacional, restaria como alternativa pra a colocação dos produtos industriais o mercado consumidor brasileiro. Pois então, novos problemas passaram a ser colocados em

pauta pelos empresários e pelo Governo, como por exemplo, a questão da preservação do nível da vida do mercado de consumidor, o ensino industrial e as necessidades das indústrias locais em termos de melhora na produção.

Além destas questões, deve-se ainda referir de que modo o Estado Novo concedeu sua política educacional, diretamente ligada também às idéias de autoritarismo, nacionalismo e desenvolvimento do país. Embora o ministro Gustavo Capanema tenha promovido uma reforma do ensino secundário, era significativo o crescente interesse do governo Vargas em promover a industrialização do país, por isso sua maior preocupação se concentrou em organizar o ensino técnico-industrial, com o objetivo de preparar a mão-de-obra qualificada para a indústria. (FAUSTO, 2003:62) Além disso, se conseguisse aumentar o mercado consumidor interno do Brasil a partir da capacitação técnica de trabalho do proletariado, conseqüentemente, esses teriam maiores salários. (CARONE, 1976:62) Segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca, o foco dado pelo governo Vargas ao ensino industrial, vai um pouco além da preocupação com a melhora na produtividade, sob dois aspectos que parecem indissociáveis para as diretrizes educacionais do momento:

A necessidade de ensino profissional e de moral civismo. A primeira justificativa pela necessidade de preparar para o trabalho, qualificar a mão-de-obra e aumentar a produtividade – entendidos como verdadeiro pré-requisito para o aumento de salários e melhor distribuição da riqueza. A segunda, por seu turno, revestia-se de forte cunho ideológico, como despertar a juventude para o nacionalismo e para o amor à pátria, revivendo os valores de tradição, de família e de religião, visando ao fortalecimento moral dos cidadãos. (DUTRA FONSECA, 1989:300-301)

Amparado nesses dois aspectos que, a partir da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelo Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942 (MEMÓRIA SENAI 1346:3), surgiria o aparato legal necessário para, a partir da remodelação e ampliação das escolas industriais, de destinar o ensino profissional ao menor operário. (SCHWARTZMAN, 1983:365) Subordinado ao Ministério da Educação, o SENAI ficou sob a direção da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, ao mesmo tempo, subordinado às federações industriais dos estados, encontrou-se com isso a dupla estratégia de atuação na área industrial que constituíam os meios de adequar o ensino profissional de cada região de acordo com suas necessidades industriais, agrícolas e comerciais, priorizando as metas do projeto de desenvolvimento nacional. Neste aspecto estava contida a política que já

vinha sendo praticada no Estado Novo, a de manter a união entre a iniciativa privada e o Estado, na busca de soluções dos problemas de produção industrial do país. (DUTRA FONSECA, 1989:300)

Nesse sentido, é importante definir de que modo se deu esta dupla vinculação do SENAI, destacando os projetos educacionais e industriais do Estado Novo que, daqui para frente, deveria ter planejamento, reconhecimento oficial e regulamentação. (DUTRA FONSECA, 1989:302) Entretanto, deve-se considerar que no campo educacional muitas das instituições criadas e das medidas tomadas já estavam em andamento antes da instauração do novo regime. Todavia, o que ocorreu foi que algumas delas tiveram seus poderes ampliados, o que acarretou uma modificação em suas políticas de enquadramento com objetivos definidos, a partir de estudos e pesquisas sobre problemas educacionais em diferentes graus e ramos, sob extensos serviços de estatística nacional fornecendo o conhecimento da situação educacional do país. (SCHWARTZMAN, 1983:359) A criação do Ministério da Educação e Saúde, teve a finalidade de coordenar e impulsionar, em todo o país, o desenvolvimento dos trabalhos referente às áreas da educação e da saúde voltada para a nacionalização do ensino. (BADARÓ, 2000:271) Para esse objetivo, deram-se ao novo Ministério todos os princípios elementares de ação para a realização de atitudes de alcance nacional. A aplicação da política de ensino inaugura-se com a aplicação de recursos financeiros aos serviços de educação, pela União, pelos estados e pelos Municípios. A comparação de dados anteriores a instauração do Estado Novo, tomando a década de 1930, segundo Schwartzman, “remete a números referentes aos gastos em educação equivalentes a 6% das despesas gerais com todos os serviços públicos do país, enquanto que em 1946 sobe para 10%”. (SCHWARTZMAN, 1983:355)

Em relação ao Ministério da Educação e Saúde, este não devia agir de forma tão pragmática para atingir os objetivos nacionais e de desenvolvimento do regime e não poderia ser um departamento burocrático demais. Neste sentido, o ministério criou um centro nacional de estudos e pesquisas sobre o problema da educação nos seus diferentes ramos e graus, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938), que teria pela frente a realização de uma obra significativa para a educação nacional. Por outro lado, efetuou a construção de bases novas e mais seguras na busca de tornar possível o conhecimento da situação do ensino no país, a partir da coleta de dados mais extensos e serviços mais completos sob os inúmeros aspectos

da escolaridade brasileira. (SCHWARTZMAN, 1983:359) Mais tarde, como meio de registro dos projetos e da orientação dos objetivos alcançados e documentados, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1939), receberia também de veículo de escoamento doutrinário do regime voltada especificamente para os profissionais do magistério no sentido de mobilizar as intelectualidades locais dos estados em nome das suas participações no projeto estadonovista, contribuindo para a organização da sociedade e a reconstrução nacional. Entretanto, havia para cada estado brasileiro uma revista do ensino para divulgação de dados referentes ao andamento do processo educacional em todo o país. Segundo Maria Helena Câmara Bastos, “a Revista do Ensino tinha o objetivo de analisar como nela se articularam o projeto de reconstrução nacional do Estado Novo e a proposta político-pedagógica de renovação educacional, privilegiando a questão do novo e do nacional no discurso pedagógico”.⁴ (BASTOS, 2005:25) Com isso, o Ministério conseguiu reunir as informações necessárias, sob mais um meio de estatística e de controle educacionais, tornando possível, assim, o conhecimento da situação nos estados brasileiros, não apenas sob os seus múltiplos aspectos no campo educacional, mas também refletidos sensivelmente no ponto de vista concernente ao campo social, veiculando valores e normas de conduta elaboradas pela intervenção das representações sócias governamentais nos estados. (BASTOS, 2005:27) A partir disso, de acordo com Gustavo Capanema, o papel da educação no estado Novo seria o de colocar-se “ao serviço da nação”, ou seja, “longe de ser neutra [a educação], deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema de diretrizes morais, política e econômicas, que formam a base ideológica da Nação, e que, por isto estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado”. (CAPANEMA In: SILVA, 1980:25)

Esta mesma idéia pode ser também percebida pelo ponto de vista de Francisco Campos, que dizia:

A educação não tem o seu fim em si mesma; é um processo destinado a servir a certos valores e pressupõe, portanto, a existência de valores sobre alguns dos quais a discussão não pode ser admitida. A liberdade de pensamento e de ensino não pode ser confundida com a ausência de fins sociais postulados à educação, a não ser que a sociedade humana fosse

⁴ A Revista do Ensino, da qual se refere Maria Helena Câmara Bastos, era a divulgada no estado do Rio Grande do Sul. Para isso ver: BASTOS, Maria Helena Câmara. *A revista do ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista*. Pelotas: Seiva, 2005.

confundida com uma academia de anarquistas reduzidos a uma vida puramente intelectual e discursiva. (CAMPOS, 2001:66)

Foi pensando desta maneira, que os idealizadores do novo regime viam, de maneira parcial, o papel da educação nacional tal como um meio importante de divulgar as realizações, a doutrina e as propostas político-pedagógicas como o principal aparato de um governo discricionário, que ia desde o combate ao comunismo (BADARÓ, 2000:301) até a campanha de nacionalização intensa nos estados da região sul do país, onde habitavam descendentes de alemães, italianos, poloneses e japoneses.⁵ Em contrapartida, a renovação educacional dependia da eficiência do programa escolar que igualmente dependia da adequada divulgação junto aos diferentes envolvidos (BASTOS, 2005:81), leia-se ministro da educação, interventores dos estados, prefeitos, pensadores, professores, comunidades e alunos.

De acordo com a constituição de 1937, sua orientação fundamental era pela reconstrução educacional no Brasil visando à manutenção e ao desenvolvimento dos sistemas de ensino através da fixação de um plano nacional de educação que, como assinalou Fernando Azevedo, intelectual da época que defendia a tese de uma educação igualitária (desde que estivesse sob total responsabilidade do Estado), “fosse compreendido por todos os graus e ramos, mesmo que comuns e especializados, fiscalizando e coordenando a sua execução em todo território. Para isso, entra a perspectiva centralizadora e autoritária, a União fixou as bases e determinou os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes de ensino”. (AZEVEDO In: PIERUCCI, 1995:391) Nesse sentido, além dos princípios legais e da reforma das diretrizes e bases da educação nacional, de acordo com as orientações gerais do regime pode-se citar ainda a reformulação de institutos especializados na formação de docentes; a seleção dos professores por concurso; a criação das Delegacias Regionais de Ensino para possibilitar um maior acompanhamento das escolas e dos professores no interior dos estados; a elaboração de programas curriculares mínimos a serem seguidos, a criação de um Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e a publicação de uma Revista do Ensino forma outras medidas no sentido de ser buscada uma modernização e uma mobilização em torno

⁵ Para isso ler o capítulo *Nacionalização* In: GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

da educação brasileira, tudo isso para, segundo Murilo Badaró dar margem ao projeto de formação do cidadão ideal:

Segundo o Plano Nacional, a educação tinha o objetivo principal “formar o homem completo, útil à vida social, pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas”, dentro de uma concepção voltada para o “espírito brasileiro” como resultante do resguardo das “tradições cristãs e históricas da pátria” e da “prática da justiça e da fraternidade entre pessoas e classes sociais, bem como nas relações internacionais”. (BADARÓ, 2000:306)

Tais questões, porém, devem ser relacionadas não só ao autoritarismo, mas também ao nacionalismo do regime, sobretudo no que tange ao ensino primário. A integração, como fator de unidade e independência nacional, passou a ser justificada pela proposta simples de eliminar as diferenças étnicas que, de uma maneira ou de outra, existiam na população brasileira. E, a partir daí, criar uma nação homogênea, com uma única língua e uma única cultura. Assim, nas regiões coloniais, qualquer perigo de formação de um Estado dentro do estado era afastado e, mais, contribuía-se para a ampliação de um verdadeiro mercado nacional, com uma mesma língua, hábitos e gostos. Tanto que, para René Gertz, a política de nacionalização tornou-se costume nas escolas através de inúmeros eventos durante o Estado Novo, dando como exemplo o estado do Rio Grande do Sul:

Nos regimes autoritários, patriotismo e festas cívicas costumam estar muito presente no dia-a-dia. No Brasil de Vargas de 1937 a 1945 não foi diferentes. Um extenso livro de 350 páginas editado em 1944 pelo Diretório Regional da Liga de defesa Nacional dá uma idéia da intensidade das atividades promovidas durante o ano anterior no Rio Grande do Sul. Escolas, alunos e professores tinham sido profundamente envolvidos nessas atividades. Além das atividades internas nas escolas, realizava-se, em geral no domingo, a grandiosa “Parada da Pátria” ou “Parada da Mocidade”, com desfiles e demonstrações de educação física, que tentavam refletir intensa dedicação, harmonia e disciplina. (GERTZ, 2005:103)

Nesse sentido, Vargas buscava, com a política de nacionalização, a constituição de um Estado único, onde as diversidades regionais passassem a ser atores coadjuvantes, ao lado do protagonismo reservado à identidade brasileira. Utilizou-se da manipulação intelectual, ideológica e legislativa para introduzir na população brasileira a idéia de amor e pertencimento a uma nação. A política autoritária e centralizadora de nacionalização propõe como estratégia a assimilação forçada das minorias, bem como a interrupção das atividades de organização

política estrangeira em solo brasileiro. Por outro lado, o Ministério da Educação, através de Gustavo Capanema, utilizaria outros meios de propagar o ímpeto nacionalista, dando fiel demonstração das dimensões adquiridas por sua influência no meio acadêmico e cultural a ponto de tornar seu ministério o principal instrumento da revolução cultural do país. (BADARÓ, 2000:263) Segundo Lúcia Lippi Oliveira, o governo passará agir através dos adeptos da restauração cultural que se interessassem pela idéia de progresso nacional:

O novo regime instaurado em 1937, como já mencionamos, procura se apresentar na pena de seus intelectuais como “novo” e “nacional”. É “novo” na medida em que procura modernizar o país. É novo porque, pela primeira vez, se apresenta voltado para as verdadeiras raízes da nacionalidade. Ao se implantar um novo regime autoritário, recusamos os modelos liberais importados e deixamos de imitar outras sociedade e culturas. (OLIVEIRA In: BOMENY, 2001:47)

A partir de 1937, a nacionalização se desenrolou no campo educacional com o objetivo de moldar a sociedade, utilizando-se dela o governo fez mão de um instrumento construtor da unidade nacional, contribuindo para a centralização desejada, possibilitando o afastamento dos localismos e manifestações políticas regionais. É partir disso que, “tanto a nível nacional como regional, teremos o aumento das medidas de nacionalização, chegando ao ponto de um fechamento progressivo de escolas estrangeiras, de associações esportivas, culturais e sociais e de jornais. Essa ação nacionalizadora envolveu diferentes grupos migratórios estrangeiros (...)”. (BASTOS, 2005:49) Com isso, a partir da instauração do Estado Novo, Vargas que teve seus poderes ampliados pela Constituição de 1937, promoveu a campanha de nacionalização cultural em todo país através da criação de aparatos legais que proporcionassem a sua aplicação. Ao que parece, havia o fortalecimento desta idéia algo que já vinha sendo solicitado por diferentes setores da intelectualidade do modernismo brasileiro (em especial renovadores da educação) a bastante tempo, o incentivo através de diretrizes de orientação político-ideológicas em nome da expansão da brasilidade. (PAIVA, In: BASTOS, 2005:50) Apesar de haver preocupação maior com os estados da região sul onde se encontravam a população em sua maioria de origem estrangeira. Para Maria Helena Câmara Bastos, “a campanha nacionalizadora apresentava os componentes motivadores de ordem econômica e cultural, caracterizando a ação das autoridades governamentais em dois níveis: o educativo e o repressivo”. (BASTOS, 2005:50) É

por isso que a busca de uma nacionalização envolvia o conteúdo transmitido em sala de aula e pelos demais meios de formação educacional, na busca pela padronização do sistema escolar na perspectiva da homogeneização e centralização das minorias étnicas, pela língua e cultura.⁶

Sobre estas questões, José Luiz Werneck da Silva diz que:

A política estado-novista baseava-se nos princípios da integração da nacionalidade e da brasilidade: um só mercado, um só povo, uma só língua, uma nação enfim, e era impossível que no sul do país existissem quistos onde a língua estrangeira não era apenas falada mas ensinada nas escolas, difundidas por uma imprensa local estrangeira e alardeada em anúncios comerciais, cartazes de loja, etc. (SILVA,1991:138)

A homogeneização brasileira pretendida pelo Estado e por aqueles que a defendiam, deveria passar por todos os campos da sociedade que estivessem ao alcance da população. Logo, para isso, o governo podia contar com os diferentes veículos de informação que circulavam, sejam eles cartilhas escolares, jornais, revistas e para a maioria que não sabia ler surge o emprego de recursos visuais tais como cartazes e anúncios informativos coloridos. Tudo isso, provavelmente, para aproximar a população em torno da integração nacional que não se dirigisse apenas aos trabalhadores, mas à população em geral “na construção da imagem de um regime, que formava a opinião pública a seu favor, censurando a comunicação e elaborando sua própria versão da história do país”. (FAUSTO, 2003:375)

Ao encontro com esta política nacionalizante estava o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP),⁷ que apesar de não fazer parte do Ministério da Educação e Saúde, estava autorizado a fazer a supervisão dos livros didáticos das escolas, sendo mais um dispositivo na maneira efetiva de governar através da transmissão de valores populares através do meio escolar. (LEVINE, 2001:94) O ministério chefiado por Gustavo Capanema não trabalhou apenas pelo aumento dos números positivos da educação, mas também pela propagação dos valores do

⁶ Decreto-lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, que dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros; no art. 1º diz que “essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum”.

⁷ Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado em 1939 diretamente subordinado ao presidente da República, que escolhia seus principais dirigentes. O DIP exerceu funções bastantes extensas, incluindo cinema, rádio, teatro, imprensa, “literatura social e política, proibiu a entrada no país de “publicações nocivas aos interesses brasileiros”; dirigiu a programação diária do programa radiofônico “Hora do Brasil”. Para isso ver: FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 376.

regime, criando novos órgãos, como, por exemplo, o Instituto Nacional do Livro (INL), para disseminar o patriotismo. Segundo Robert M. Levine:

Os currículos escolares foram alterados para que pudessem estimular o orgulho nacional, a disciplina, bons hábitos de trabalho, valores relacionados à família, hábitos de economia e moralidade. A história, a geografia e a literatura do Brasil receberam uma nova ênfase. Pedia-se que as escolas produzissem cidadãos cujas atitudes conduzissem ao desenvolvimento nacional. (LEVINE, 2001:93)

Outras áreas de ação do Ministério da Educação e Saúde e da política de educação do Estado Novo, de acordo com seu espírito nacionalista e autoritário, foram a educação física e do ensino cívico em todas as escolas primárias, secundárias e normais a do país. Em abril de 1939, é criada a Escola de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, destinada a formar professores desta disciplina, cujo modelo é dado pela escola de Educação Física do Exército. (SCHWARTZMAN, 1983:372) Ao mesmo tempo, surgem a Comissão Nacional de Desportos (1939), inúmeros centros de recreação, parques infantis, instituições destinadas ao preparo de jovens, como a Juventude Brasileira (1940), e à regulamentação do lazer operário, como o Serviço de Recreação Operária (1943), encarregado da educação física e moral dos trabalhadores, cujo lazer estaria à mercê das mais contraditórias influências, por vezes nefastas e prejudiciais ao progresso do organismo social.⁸

Mas não há dúvida de que algumas medidas importantes para a institucionalização e para a regulamentação do ensino em geral foram tomadas nesse período, da mesma forma que ocorreram uma expansão física e uma mobilização de professores, administradores e intelectuais em torno do assunto. René Gertz, diz que “o ensino básico recebeu a maior atenção e para isso foram perseguidos três objetivos fundamentais: ampliação da rede de escolas e do número de professores para aumentar os índices de alfabetização entre a população; definição de uma política pessoal, com a elaboração de um plano de carreira para o magistério; elaboração de normas e critérios para o funcionamento das escolas”. (GERTZ, 2005:98) Mas ao que parece, o governo junto com o Ministério da Educação, estavam levando a sério o ritmo com o qual deveria crescer o ensino primário no Brasil para isso Schwartzman diz:

⁸ Revista *Educação Física* n.º5. In: *Nosso Século: A era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 198.

Mediante a celebração do Convênio Nacional de Ensino Primário, assinado no Rio de Janeiro a 16 de novembro de 1942, entre a União e os estados é que veio a ser atingido o primeiro objetivo. De acordo com uma das cláusulas, os convênios estaduais assinados entre os estados e os municípios, prosseguiram após o Convênio Nacional. Paulatinamente todos os estados e municípios foram forçados por todo o sistema convencional, até o limite considerado satisfatório, tendo suas próprias dotações de ensino primário. (SCHWARTZMAN, 1983:306)

A instituição do auxílio financeiro federal permanente para o ensino primário foi “alcançada com a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário, pelo Decreto-lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942”. (SCHWARTZMAN, 1983:361) Houve um significativo avanço no aumento do auxílio para o ensino inicial, quando por decreto, “a partir da criação de uma taxa de cinco 5% sobre as taxas de consumo que passou a incidir sobre as bebidas”. (SCHWARTZMAN, 1983:361) Fato que segundo Schwartzman, através de dados numéricos contribuiu para o aumento dos investimentos:

O resultado desses convênios fez-se logo sentir: em 1943, os gastos com o ensino primário realizados pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, eram de 308 milhões de cruzeiros; em 1944, esses gastos subiam a mais de 480 milhões de cruzeiros. Logo no primeiro ano de aplicação do sistema convencional, as despesas com a educação primária, nas órbitas estaduais e municipais, acusavam um aumento de mais de 100 milhões de cruzeiros. (SCHWARTZMAN, 1983:361)

As esperanças do educador de certo modo viriam a confirmar-se: a expansão da rede de escolas públicas de ensino secundário ganhou grande e crescente impulso nas décadas seguintes e acabou por determinar ou menos por criar as condições para uma radical transformação de todo o ensino de nível médio e, por extensão, de toda a organização formal do sistema escolar no país. (BEISIEGEL, 1974:394)

Assim como o ensino cívico, também os trabalhos manuais passaram a ser obrigatórios em todas as escolas normais, primárias e secundárias, que só poderiam ser reconhecidos caso satisfizessem essa exigência. Os ensinos pré-vocacional e profissional passaram a ser considerados como o primeiro dever educacional do Estado que, por sua vez, ficava incumbido de fundar escolas de ensino profissional e subsidiar as de iniciativa dos Estados, dos municípios e de entidades particulares, o que se relacionava também com a questão do desenvolvimento industrial pela educação como formadora de mão-de-obra.

Nesse sentido, o Estado passou a estimular as indústrias e os sindicatos que deveriam criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizagem destinadas aos filhos dos seus operários ou associados. Ao Estado cabia também o dever de fundar instituições e auxiliar as fundadas por entidades civis, tendo ambas um objetivo comum: organizar períodos de atividades voltados para o desenvolvimento pessoal e técnico que contribuíssem para as metas desenvolvimentistas nacionais. Tanto os trabalhos no campo ou nas fábricas deveriam atender tais objetivos, dando aos adolescentes assim a idéia de promover seus “adestramento moral e cívico”.⁹ No campo da educação, a política orientou-se no sentido de atender às demandas do processo de industrialização e do crescimento vertiginoso da população urbana, tendo com isto o Ministério da Educação de reestruturar o sistema educacional brasileiro, notadamente voltado para o ensino profissional desta maneira ampliou e consolidou as transformações através da profissionalização industrial, comercial e agrícola. Focado no ensino industrial, dada a sua importância diante do contexto do processo de desenvolvimento no Brasil, Jailson Alves dos Santos assinala que:

O ensino industrial passou a assumir um papel importante na formação da mão-de-obra, sendo que a partir das transformações que se operaram, principalmente a partir de 1942, verificamos que ele pode ser dividido em dois ramos: um que compreendia a aprendizagem que ficava sob o controle patronal, ligado ao Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI), e um outro ramo que estava sob a responsabilidade direta do Ministério da Educação e da Saúde, que era constituído pelo ensino básico industrial. (SANTOS, In: LOPES; FARIA FILHO e VEIGA, 2000:215-216)

Era claramente declarada, como tarefa de extrema urgência, dar sentido às diretrizes políticas e às regras uniformes da educação como o mais poderoso instrumento a se utilizar, no fortalecimento da estrutura moral do trabalhador urbano e da eficiência econômica do país. A educação era encarada como sendo a fórmula que permitiria, dentro do universo ideológico da cúpula do poder, resolver se não todos os problemas nacionais, pelo menos quase todos. A melhor qualificação profissional suprimiria a restrita existência do mercado interno de consumo através de melhores remunerações consagradas a uma melhor qualificação técnica e, também, com o investimento na eficiência técnica, poderia, dentre outros fatores,

⁹ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. In: Almeida, Fernando H. Mendes. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1971. pp. 462-471.

“despertar nos industriais e no governo a consciência do impasse da indústria brasileira, principalmente quando viesse a se dar o fim do conflito – Segunda Guerra Mundial - e a recuperação da produção mundial” que, no momento, impede a importação de maquinário automático. (CARONE, 1976:63-64) A partir daí, a escola tinha a capacidade de conferir à maioria da população certo nivelamento pela uniformização, não só do pensamento, mas também da capacidade física. Azevedo Amaral, um dos ideólogos do Estado Novo, refere-se à missão educativa do Estado, definida esta em sentido amplo, ou seja, não só restrita ao campo do ensino propriamente dito. Diz ele:

A ideologia do Estado Novo envolve a determinação de certas finalidades para onde deve encaminhar-se a Nação, o que implicitamente acarreta para o Estado uma função educativa no sentido mais amplo de tal expressão. E, se o Estado tem como uma das suas mais importantes atribuições orientar a formação mental e moral dos elementos componentes da coletividade, e isto não apenas na restrita acepção pedagógica da função educadora, mas no sentido de plasmagem de uma consciência cívica caracterizada pela identificação com a ideologia do regime, é claro que o papel reservado à elite espiritual da Nação é, em tais circunstâncias, de inexcusável relevância. (AMARAL, 1981:158)

Era interesse do Estado fazer melhorias que agregassem significativas parcelas de progresso nas metas do plano de desenvolvimento brasileiro, mas para isso deveria contar com a maior parcela da população que pudesse mobilizar, principalmente urbana, pois é nos grandes centros urbanos que se encontram as indústrias, fábricas e comércio. Pretendia-se, através da educação, uniformizar as diretrizes educacionais ditadas pela centralização política através da coesão nacional realizada pelo Estado autoritário através da intervenção dos governos estaduais.

Nesse sentido, Francisco Campos definiria os objetivos de uma educação nacional para todos em consonância com as metas da educação para com a nação:

Nos termos em que a carta constitucional define esse conjunto de normas para educação, a escola integra-se no sentido orgânico e construtivo da coletividade, não se limitando ao simples fornecimento de conceitos e noções, mas abrangendo a formação dos novos cidadãos, de acordo com os verdadeiros interesses nacionais. (CAMPOS, 2001:66)

Havia na população, provavelmente, o desejo pelo progresso e isso foi notoriamente trabalhado sob de que todos tivessem um papel fundamental nas

metas e diretrizes do novo regime. O ensino, por esta razão, constituiu o imperativo categórico dessa época mecânica e industrializada, sob a necessidade premente de garantir a estrutura da civilização brasileira e a sua vontade de modernização. Por isso, a exigência verdadeira para pautar as normas de conduta que preparassem os brasileiros para viver realisticamente sem prejuízos, e com potencial de adaptação, estariam nos programas de estudos e métodos de ensinar, e nos critérios para administrar as escolas.

O Ministério da Educação e Saúde, portanto, compreende os reclames das justas proporções dos elementos determinantes da marcha do movimento evolutivo criado pelas exigências dos mercados e das sociedades. Havia o consentimento por objetivos concretos pelo desenvolvimento industrial relacionados com a formação técnico-profissional. Mais que um elemento doutrinador, a educação deveria representar junto com os elementos do Estado Novo, um meio de representar não só os interesses do setor agrário da burguesia, mas também os do setor industrial e, para isso, o ensino profissionalizante torna-se perfeitamente compreensível. O investimento educacional e, sobretudo, a profissionalização de pessoal, teriam sido demonstrações de interesse do Estado no setor industrial tendo em vista a necessidade de melhorar a qualidade da produção, o aumento da renda per capita urbana dos grandes centros de consumo, e, ao mesmo tempo, que desse ao país as características de nação no rumo do desenvolvimento, ou seja, de uma pátria no caminho do progresso em competição com outras nações desenvolvidas. O processo de industrialização, desencadeado a partir de 1930, passou a requerer maiores contingentes de mão-de-obra especializada, dessa forma, surge a explicação para a valorização desse tipo de instrução diretamente ligada aos elementos que, até 1942, não tinham propriamente uma demanda prática sob o caráter dos mecanismos que garantissem a divulgação e a solidificação dos valores do Estado autoritário.

Os elementos da ideologia nacional estavam alinhados a essa modalidade de instrução requerida insistentemente aos valores que a compunham. A chamada Reforma Capanema abrangia o curso secundário e o ensino técnico-industrial e continha a formulação legal da ideologia educacional do regime. A Lei Orgânica do Ensino Secundário demonstrava os pressupostos ideológicos em que o seu autor se baseara. Através dela, instituiu-se a educação militar, que era dada aos alunos do sexo masculino, e pré-militar aos menores de 16 anos, tendo suas diretrizes

pedagógicas traçadas pelo Ministério da Guerra. Dava-se o tom significativo à educação moral e cívica de seus alunos que deveriam ter em mente que a finalidade do ensino secundário era formar indivíduos condutores com a capacidade de desenvolver a iniciativa e o poder de decisão com atributos fortes.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial, por seu turno, cuidava de estabelecer as bases da organização e do regime, do ramo de ensino secundário destinado à preparação profissional de elementos ligados à indústria, às atividades artesanais, aos transportes, às comunicações e à pesca. O ensino industrial abandonou seu modelo infrutífero de planejamento, com uma base na obra de Nilo Peçanha¹⁰, os liceus, que não vinham crescendo com as exigências das indústrias. O Governo Federal realizou uma obra caracterizada no teor do ensino que buscasse o sentido vital e funcional de comunicação direta com as múltiplas necessidades do trabalho. (SCHWARTZMAN, 1983:364)

Sob estes aspectos, que se pode constatar algo além do real interesse pelo desenvolvimento da nação, mas que traria certa parcela de vantagem por sua realização, já que ambas as partes, governo e industriários, pareciam tirar proveito da situação brasileira estando inseridos num momento de encolhimento da economia mundial. Na tentativa de explicar isso, exporemos alguns interesses das partes envolvidas, primeiro do governo que desejava demonstrar a sua atuação em ajudar o proletariado urbano e com isso conquistar os votos necessários no caso do Estado Novo venha a ter os seus dias contados; dos industriários seria o de aperfeiçoar e ampliar a produção, dando continuidade aos meios de produção podendo contar com uma mão-de-obra doutrinada. Com isso, esta parceria veio para dinamizar a produção em um momento de necessidade econômica brasileira, ao mesmo tempo que permitia que a direção e a representação do SENAI ficassem nas mãos da CNI, enquanto que a participação governamental ficava a cargo do aparato legal e a autoridade necessários para sua criação, não excluindo desta maneira, os meios de se fazer presente em um projeto nacionalmente significativo.

Para tanto, os técnicos educacionais tinham um grande papel a desempenhar na escola nacional e, para tal, moldariam um aparato institucional genuíno que prevalecesse, de maneira enérgica, voltado para nossos interesses e satisfizesse

¹⁰ Nilo Procópio Peçanha (1867-1924) foi um político brasileiro. Assumiu a presidência da república após o falecimento de Afonso Pena, em 14 de junho de 1909, e governou até 15 de novembro de 1910. Criou o ensino técnico junto com o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria.

nossas necessidades. A ação administrativa estadual e a iniciativa particular criaram estabelecimentos remodelados que obtivessem equiparação e reconhecimento mediante o projeto nacional de desenvolvimento. (SCHWARTZMAN, 1983:365) O Ministério da Educação, tal como havia feito os demais órgãos administrativos, buscou estabelecer uma parceria com os agentes que dominassem e tivessem a capacidade de contribuir para o objetivo almejado: o estímulo pelo movimento de nossa indústria, melhorando nossas finanças e ajudasse a formar uma nova mentalidade no povo brasileiro. Segundo Schwartzman:

Enfim, tamanho esforço para o desenvolvimento da rede escolar foi acompanhado de iniciativas as mais diversas e adequadas no sentido de dar ao ensino industrial do país método e clareza, flexível estrutura e funcionamento ativo, em correspondência com a forma, o sentido e o vigor do trabalho nos estabelecimentos. (SCHWARTZMAN, 1983:365)

Por isso, que do ponto de vista técnico e modernizador, a indústria não necessitava apenas de operários especializados, mas também daqueles que dariam o aparato teórico voltado para o procedimento técnico, para isso contaria com a presença de engenheiros (LOPEZ, 1982:71) e técnicos que conhecessem os métodos de produção. Surgiu com isso, “diante da necessidade por sua notória deficiência de meios e de infra-estrutura indispensável, a necessidade do governo de recorrer às entidades patronais através da CNI, uma maneira de prestar a especialização necessária ao ensino industrial”. (BADARÓ, 2000:310) Entretanto, para obter uma produção sob os padrões exigidos pelo mercado, havia o imprescindível preparo técnico adequado para o tipo novo de maquinário utilizado mais moderno, o que levou inicialmente a vinda de estrangeiros para serem os instrutores e formarem outros para o SENAI. (LOPEZ, 1982:71) A entidade achava-se subordinada diretamente à Confederação Nacional da Indústria e era administrada por um Departamento Nacional e Departamentos Regionais. Destinava-se a organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários. O pensamento a respeito da criação da instituição estava associado intimamente ao pensamentos dos homens da indústria, tal como estava registrado nas palavras de Lodi:

A atenção geral voltou-se para o magno problema da mão-de-obra, dentro de um alto espírito de solidariedade humana. Se algum destaque devemos estabelecer entre os problemas da máquina, dos transportes, do

combustível, das indústrias de base e o da mão-de-obra, - será justamente para dar a este um plano destacado, por construir o fator humano o verdadeiro cérebro da produção. Não se limita este problema ao aspecto quantitativo, já de si tão importante; mas complica-se pela variedade e qualidade dos técnicos especializados indispensáveis à instalação e ao manejo de um equilibrado parque industrial. Administradores e engenheiros de um lado, e operários qualificados de outro, constituem os pólos desse conjunto. (LODI, In: CARONE, 1976:320-321)

A Reforma de Capanema revolucionou não só os objetivos que teve em vista, de educar a mocidade pelo trabalho, como também nos meios que adotou para atingi-los, e que constituiriam transformação radical na estrutura do ensino profissional. Foi feliz pela ligação orgânica da teoria e da prática, assegurada pela aplicação imediata das lições ao campo de trabalho e pela organização do mesmo, nos campos e nas oficinas, e pela colaboração obrigatória, das indústrias e do Estado na preparação de operários qualificados.

A Reforma foi no âmbito da educação, o reflexo das transformações econômicas e políticas que se operaram no Brasil a partir de 1930. O aceleração do processo de industrialização e a instalação do estado autoritário tiveram na mesma sua expressão máxima. Com Capanema a frente do Ministério da Educação e Saúde, o sistema educacional passou a ter dois vetores principais: o momento econômico pelo qual o Brasil passava (incremento do processo industrial); a tentativa de enquadrar a educação no universo ideológico do Estado Novo. Com isso, o Brasil consagrou o novo espírito sob a tendência de racionalização administrativa com uma maior projeção nacional dos serviços do Ministério e a compreensão das funções da educação escolar e extra-escolar.

Nesse sentido, portanto, o SENAI se insere na política industrial e educacional do Estado Novo sob uma perspectiva autoritária e nacionalista. A seguir veremos, então, como o SENAI se organizou para atingir as metas do Estado Novo, através de uma análise que busque compreender, a partir das relações de relativa autonomia da CNI e de uma relativa dependência do governo de Getúlio Vargas com relação às metas do regime. Nesse sentido, se fará uma análise mais detalhada do SENAI que era, ao mesmo tempo, um organismo técnico e político na busca de se constituir como mais um agente a agregar e a legitimar através de sua estrutura e propostas pedagógicas. Diante disso, portanto, é que se verá uma instituição importante, que tinha por trás, o poder político interessado em promover o

plano de desenvolvimento nacional e, pela frente, o espírito empreendedor dos industriários.

2 ORIGENS, ESTRUTURA E INSPIRAÇÃO NA CRIAÇÃO DO SENAI

2.1 ORIGENS E ESTRUTURA DO SENAI

A implantação da ditadura do Estado Novo, já analisada por nós no capítulo anterior, resultou da situação depressiva em que se encontrava a agricultura e da viabilidade do setor industrial. Um poder executivo forte exprimia, assim, a salvação da agricultura e, de certa maneira, o patrocínio da industrialização. O papel ativo desempenhado pelos militares na articulação do golpe expressava a necessidade de acabar de vez com a instabilidade política e econômica da década de 1930 e que se manifestava de forma bastante grave no interior das Forças Armadas. Não significando a hegemonia de nenhuma classe em particular, o Estado Novo desenvolveu-se atendendo os interesses dos dois setores da burguesia: o agrário e o industrial. Pois então, que dentro desse novo contexto que a educação deveria ser examinada. As modificações ocorridas a partir de 1937 foram resultantes de uma gradativa evolução das estruturas econômica e política iniciadas em 1930. O Estado Novo, embora sem grande consistência ideológica, procurou traçar certas diretrizes para a educação profissionalizante. Por isso, neste capítulo, analisaremos como tais diretrizes influenciaram na constituição organizacional e administrativa do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) a partir de sua criação no ano de 1942.

Este foi o ano que marcou o início das atividades do SENAI, criado pelo decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, para organizar e administrar, em todo o Brasil, centros de formação profissional. A instituição surgiu da própria necessidade da indústria, que se via às voltas com a situação de emergência motivada pelo conflito mundial de 1939-45 e que, por isso, ansiava por trabalhadores capacitados para renovar a sua mão-de-obra e, principalmente, para o desempenho de funções que exigiam formação especificamente técnica. Denominado, inicialmente, Serviço Nacional dos Industriários e, depois, modificado para Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, ramificou-se o SENAI por todo país, determinando a gradual nacionalização da mão-de-obra fabril, nacionalização também obediente a uma imposição da última Grande Guerra, que não só ativou o

desenvolvimento da indústria nacional como suspendeu a imigração de operários estrangeiros – clássico material humano de que dispunham as empresas (FARIA, 1969:15)

Que motivos levaram à criação do SENAI? Quais objetivos a instituição teria que alcançar com relação às metas de desenvolvimento industrial? No capítulo anterior, falamos no processo de intensificação da industrialização e na consolidação de uma política de educação profissional, demarcadas nitidamente por um processo de mudanças estruturais na ordem política, econômica e social do Brasil durante o Estado Novo. A opção do governo Vargas e dos grupos industriários, pela busca de um modelo de desenvolvimento fundamentado na industrialização em larga escala, em substituição ao modo de produção agro-exportador, que havia sofrido fortes impactos, devido à crise do capitalismo internacional (1929), aderiu às medidas que promovessem a articulação da formação profissional da população urbana e rural. Por isso, o discurso da época era da busca de soluções para o problema econômico interno, para se ter uma idéia, segundo Murilo Braga de Carvalho, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) do governo estadonovista, “a crise econômica teria obrigado, ainda mais, o país a buscar novos meios para restabelecer o equilíbrio econômico perdido e, pouco a pouco, o Brasil foi fazendo o que precisava: abandonar sua imagem de mero fornecedor de matérias-primas para assumir uma posição definida no mercado internacional”. (CARVALHO, 1949:5)

O fortalecimento do processo de industrialização teria entrado em um processo de desenvolvimento de altas taxas na década de 1930, gerando um incremento do modelo industrial a ponto de colocar o Brasil entre as dez maiores economias do mundo. (SANTOS, 2000:216) Um modelo que, com certeza, provocou mudanças na estrutura econômica do Estado, imprimindo uma nova forma de organização e de articulação, fazendo as instituições técnicas governamentais se adaptarem a essa nova lógica, levando-as a adotar novas estratégias na preparação da força de trabalho necessária. Mas então, como surgiu, no Brasil, a preocupação pela formação de mão-de-obra qualificada para a indústria nacional? Até 1930, a principal atividade econômica do país era a agricultura, especialmente voltada para a cultura (para exportação) do café. A partir daí, começou-se a diversificar a economia, unificando-se então o período de industrialização com o aparelhamento de uma mão-de-obra qualificada: era necessário produzir aqui tudo o que se

importava dos países mais desenvolvidos, criando um mercado interno maior, barateando o custo dos produtos industrializados, organizando o país sob novas bases econômicas para iniciar, de fato, seu desenvolvimento. Era necessário, portanto, qualificar a mão-de-obra existente no país para as novas funções do novo processo de trabalho industrial que se almejava.

Assim sendo, com a intensificação processual da expansão industrial do Brasil, com base na substituição de importações, entrelaçando-se também com a mudança do perfil da sociedade brasileira, que vinha se tornando gradativamente urbana e motivada pelo regime, as próprias características da industrialização transformaram os grandes centros urbanos avançados do país. (SANTOS, 2000:215) O Governo queria que a implantação de um sistema industrial não proporcionasse apenas a fonte de renda a uma parte da coletividade do país, mas que trouxesse a renovação de valores operados pelas mudanças nos vários setores da vida individual e coletiva. Para isso, elaborou-se a revisão da estrutura econômica nacional, com necessária e inevitável repercussão sobre o mercado interno e a posição brasileira no comércio internacional, construídas sob as bases de uma sociedade industrializada e renovada de valores produzidos pela nova ordem proporcionada pelo regime do Estado Novo.

Nesse sentido, a política no campo da educação teria a orientação de atender às metas perante as demandas ocasionadas pelo processo de industrialização, entrelaçadas com o crescimento vertiginoso da população que vinha se tornando cada vez mais urbana. (SANTOS, 2000:215) Para isso, o Ministério da Educação e Saúde iniciou uma reestruturação no sistema educacional brasileiro sob o âmbito do ensino profissionalizante, e logo tratou de assumir sua importância na formação da mão-de-obra, a partir das transformações que se operaram em dois ramos que, segundo Jailson Alves dos Santos, seriam: “um que compreendia a aprendizagem que ficava sob o controle patronal, ligado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e um outro que estava sob a responsabilidade direta do Ministério da Educação e da Saúde, que era constituído pelo ensino industrial básico”.¹¹ (SANTOS, 2000:215-216)

¹¹ Este ramo, do qual se refere Jailson Alves dos Santos, que estava sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde, era aplicado dentro das escolas públicas e particulares compreendidos pelos cursos de artesanato e artes.

Ao que tudo indica, além, da motivação de ordem econômica, o estabelecimento do SENAI teve também motivações de ordem política e ideológica a julgar pelas palavras do próprio ministro da educação e saúde, Gustavo Capanema, presentes nos Anais do Ministério da Educação e Saúde em 1942, dizendo que “acoletividade verá de perto os benefícios que o sistema trará ao país criando uma nova mentalidade das classes trabalhadoras, para que melhor exerçam suas atividades, sem ressentimentos e sem desarmonia, num justo equilíbrio de ação, para maior estabilidade e grandeza da vida nacional”. (CAPANEMA In: SILVA, 1980:34) O discurso estadonovista, ao que parece, era favorável à diversificação da economia, para isso, deu à educação o papel de fundamentar a formação do cidadão como um elemento necessário e participativo do plano desenvolvimentista. Francisco Campos, ideólogo do regime define o papel do ensino da seguinte maneira:

O ensino é, assim, um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam. Ao mesmo tempo, prepara as novas gerações, pelo treinamento físico, para uma vida sã, e cuida ainda de dar-lhes as possibilidades de prover a essa vida com as aptidões de trabalho, desenvolvidas pelo ensino profissional, a que corresponde igualmente o propósito de expansão da economia. (CAMPOS, 2001:67)

Mas o que pensavam a respeito disso os principais interessados na formação da mão-de-obra industrial? Como exemplo disso, temos o discurso de Euvaldo Lodi, empresário industrial e presidente da CNI, no Congresso Brasileiro da Indústria de 1944, enfatizando a importância de pessoal qualificado em detrimento das necessidades econômicas do país:

A atenção geral voltou-se para o magno problema da mão-de-obra, dentro de um alto espírito de solidariedade humana. Se algum destaque devemos estabelecer entre os problemas da máquina, dos transportes, do combustível, das indústrias de base e o da mão-de-obra, - será justamente para dar a este um plano destacado, por construir o fator humano o verdadeiro cérebro da produção. Não se limita este problema ao aspecto quantitativo, já de si tão importante; mas complica-se pela variedade e qualidade dos técnicos especializados indispensáveis à instalação e ao manejo de um equilibrado parque industrial. (LODI, in CARONE, 1976:320-321)

Para os pensadores e interessados nos planos do governo do Estado Novo, o discurso aparecia afinado com as diretrizes pregadas durante o regime, ou seja,

tudo que falasse a respeito de diversificação da economia, qualificação da mão-de-obra, valorização do operário como mais um agente da grande obra nacional pelo desenvolvimento brasileiro e metas alcançadas, consagrariam o Brasil como a grande nação sobre os trilhos do desenvolvimento. Para Marlene Couto Dal Ross, o governo Vargas “queria que a escola profissional fosse aquela que, além da formação geral, se preocuparia em fornecer ao aluno conteúdos que qualificassem para uma função no mundo do trabalho”. (ROSS, 1991:86) Portanto, o SENAI, criado por decreto-lei pelo Governo Vargas em 1942, estaria conveniado com o setor industrial e representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), e teria nascido das impertinências da expansão industrial brasileira, que exigiam uma formação mínima do operariado, preferencialmente, por vias rápidas e práticas. Pois é baseado neste contexto, que é importante ressaltar, as participações pelas iniciativas de criação daquela que seria a maior instituição de ensino profissional do país que vieram, em parte, do Governo e dos industriários brasileiros, tendo contribuído ambos os setores para sua formação pedagógica e estrutural.

Contudo, segundo Simonsen, outro incentivo para criação do SENAI foi A Segunda Guerra Mundial, que viria a exercer um impacto decisivo sobre o processo de industrialização do país, acentuava-se nitidamente o início de um impulso para níveis mais altos de produção industrial e de progresso econômico. Embora o segundo conflito mundial tenha provocado um decréscimo geral no ritmo de desenvolvimento, a guerra acabaria por renovar as idéias e os esforços dos industriários imediatamente, ou seja, era a indicação de que, por exemplo, a qualificação da mão-de-obra e o aumento da renda dos trabalhadores brasileiros mereciam maiores atenções. (SIMONSEN, In: BOLOGNA, 1969:8-10) Prosseguindo por esta linha, a iniciativa particular desenvolveu em São Paulo, na década de 1930, nos setores de tecnologia, trabalhos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e da Organização Racional do Trabalho (IDORT) que, mais tarde, em 1940, fundaria a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e em 1943, Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes (ABPA), instituições resultantes da necessidade de orientar racionalmente o novo surto de industrialização previsto pelos teóricos do Estado Novo. Os acontecimentos econômicos mundiais que afetavam diretamente o Brasil, também, surgem como precedentes dos motivos para o surgimento do SENAI, criado para qualificar e formar operários, na busca da produção exigida pela indústria brasileira.

Apesar disso, é importante assinalar para a participação do governo Vargas, no período de 1930-1940, por demonstrar a preocupação pelo problema do ensino industrial. Época também, da criação do Ministério da Educação e Saúde, um órgão cujas idéias procuravam renovar o quadro educacional do país. Estas idéias repercutiriam na Constituição de 1937, com a introdução das disposições relativas à educação profissional, inclusive quanto à cooperação entre a indústria e o Estado, dando lugar, em 1938, à primeira tentativa de implantação de cursos de aprendizagem nos estabelecimentos industriais. Perdurava, todavia, a referência ao ensino profissional destinado às classes menos favorecidas.¹² De qualquer modo, decidida a criação de órgão de ensino profissional, restava ainda definir como isso seria feito e qual seria sua vinculação institucional se o Ministério da Educação e Saúde ou o Trabalho Indústria e Comércio. Todavia, havia ainda uma questão relevante com relação à educação democrática tão exaltada pelo discurso governista, que era a falta de flexibilidade que recaía sobre o aspecto condizente ao nível de escolaridade determinante para os cursos técnicos, ou seja, pela limitação destinada aos vários ramos de ensino profissional e entre estes e o ensino secundário, pois aos alunos formados nos cursos técnicos estava interdita a candidatura irrestrita ao curso superior, já que os seus egressos somente poderiam se inscrever nos exames vestibulares dos cursos que se relacionassem diretamente com os estudos realizados. (SILVA, 2000:218)

É o SENAI uma entidade de direito privado, mantida e administrada pela própria indústria, dispondo de administração central de planejamento, coordenação e controle articulada com os Departamentos Regionais, que são os órgãos de operação. A presidência do Conselho Nacional cabe ao presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a dos Departamentos Regionais, aos presidentes das Federações das Indústrias dos Estados. A instalação dos centros de formação profissional seria feita onde se registram as maiores concentrações industriais (FARIA, 1969:15) e os cursos foram escolhidos conforme as necessidades qualitativas e quantitativas da mão-de-obra empregada pelas empresas em cada região, trabalho esse que resulta de levantamentos ocupacionais, que tinham por objetivos:

¹² Da Constituição de 1937, Art. 129 – O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiado os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

- Determinar as indústrias típicas da região;
- Conhecer as necessidades de mão-de-obra qualificada em cada indústria;
- Verificar o grau de preparo dos diferentes tipos de mão-de-obra;
- Identificar as máquinas, ferramentas e materiais empregados. (FARIA, 1969:16)

A partir disso, o próximo passo era realizar a classificação geral do ensino profissional do Brasil que, após análise da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que optou por manter o modelo considerado ideal a ser instalado, o da Resolução nº 76, de 1938. Esta resolução determinava as normas adotadas pela Diretoria de Estatística do Ministério da Educação e Saúde, firmando conceitos, definindo denominações convenientes, uniformizando oficialmente a nomenclatura adequada aos múltiplos aspectos do ensino no país. Esta medida de classificação dos tipos de ensino técnico brasileiros foi aprovada com a intenção de promover com clareza o trato nos assuntos relativos ao ensino em todo o território nacional, afastando o inconveniente de uma confusa multiplicidade de denominações usadas e interpretadas não uniformemente, ou seja, veio para padronizar os cursos em nível federal, estadual, municipal e particular. Com isso, ainda poderia determinar os tipos de ensino profissionais em nível não especializado ou geral, semi-especializado e especializado, visando, a partir disso quais conteúdos seriam aplicados nos cursos. (CARVALHO, 1949:23)

Porém, devemos estar atentos para o detalhe de que o SENAI era um órgão no começo de suas atividades com a escassa experiência em ensino técnico no Brasil, apesar de ter a sua frente comando das atividades empresários experientes do ramo industrial. Por isso, a padronização destas especificações, acima mencionadas, ganharam significativas proporções a partir das antigas escolas de Aprendizes e Artífices que viriam a ser transformados em liceus industriais, apesar disso, um amplo programa de edificações veio a modificá-las sistematicamente diante das circunstâncias conjunturais no período de Estado Novo, principalmente devido a Segunda Guerra Mundial. (SCHWARTZMAN, 2000:248) Para Simon Schwartzman, o ensino profissional perdeu, com o advento do Estado Novo, a visão determinista de ser uma educação caritativa, destinada a tirar da ociosidade os

pobres, para introduzir uma maior significação mais ampla sob o ponto de vista econômico e social. E ainda, segundo o autor,

A partir da década de 1930 outras concepções começariam a emergir e ganhar força, culminando em um intenso conflito de bastidores entre o Ministério da Educação e saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinha por detrás, principalmente, a Federação Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias de São Paulo. (SCHWARTZMAN, 2000:248)

O Ministério da Educação e Saúde passa a perceber a importância política do sistema educacional que estava sendo gestado e que teria como meta, segundo o ministro Gustavo Capanema, atingir a grande maioria da população do país. Este aspecto gerava a expectativa de dar maior sentido ao ensino profissionalizante, principalmente, sob o ponto de vista econômico e social sob uma significativa amplitude social e, com isso, também, intencionava-se tirar a marca de uma educação destinada apenas a tirar os pobres da miséria. Para tanto, dava-se ao sistema de ensino profissional maior abrangência, a partir de uma perspectiva mais radical dentro do Ministério da Educação e Saúde que, em grande parte, seria endossada por Rodolfo Fuchs,¹³ por ser ligado profissionalmente ao ensino industrial e que teria participação ativa nas diversas comissões, grupos de trabalho e outras atividades de assessoria ao ministério para este assunto. Com Fuchs a frente da elaboração do sistema de ensino viria uma proposta mais inclusiva, pois, para ele, o ensino industrial deveria ser obrigatório para todos, devendo ainda sofrer uma mudança significativa que eliminasse a idéia de um ensino voltado apenas para o trabalho manual, industrial e agrícola. Segundo Schwartzman, “o sistema proposto seria tão abrangente, que seriam criadas escolas profissionais de nível médio, normal (para formação de professores e mestres) e tudo culminaria com a Universidade do Trabalho. Todo este sistema de ensino deveria estar vinculado à exigência de diplomas para o exercício do trabalho profissional em todos os níveis, de forma tal que a passagem pelo ensino industrial se tornasse inevitável e obrigatória”. (SCHWARTZMAN, 2000:248-249)

Diante dessa nova situação recaindo sobre o projeto de uma escola técnica modelo, ou seja, além de uma regulamentação específica teria ainda uma atenção

¹³ Rodolfo Fuchs participou da Comissão Interministerial composta com os representantes dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde, para resolução dos problemas referentes à matéria legislativa brasileira ligada às áreas da educação e do trabalho, que terminou por apresentar ao Governo Vargas os passos e os atos seguintes para a efetivação do ensino técnico no Brasil a partir de 1939.

maior dada pelas circunstâncias que exigiam instituições de ensino profissionalizante mais sistemática que atendessem às expectativas geradas pela busca de mão-de-obra especializada. Entretanto, era preciso ainda que houvesse um acordo comum pela proposta pedagógica de ensino entre os Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde e, principalmente, pela efetivação para o começo dos trabalhos nas escolas do SENAI levando em consideração as prioridades em detrimento das necessidades e precariedades impostas pela conjuntura. Por isso então, que os principais Ministérios envolvidos começariam o que Schwartzman vai chamar de “conflito de orientações” (SCHWARTZMAN, 2000:251) pelas questões de administrativas relativas ao ensino industrial, resultando na determinação de critérios mais pragmáticos para o andamento das atividades dos cursos profissionalizantes. Pois então, como ficou a questão de vinculação entre os Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde a respeito dos detalhes para a proposta administrativa do SENAI?

Para responder esta questão devemos considerar a conjuntura anterior a criação do SENAI quando, no Brasil, ainda na década de 1930, ampliava-se a importância da educação sob o ponto de vista do desenvolvimento a partir do seu capital humano (ROSS, 1991:85), ou seja, os indivíduos se qualificariam constantemente e cada vez mais isto implicaria no desenvolvimento do país (progresso tecnológico, melhor distribuição de renda, etc.). Dando continuidade a esta análise, segundo Marlene Couto Dal Ross, seja qual fosse a ênfase, investir em si mesmo, melhor se qualificando, implicava maior tempo de escolaridade por parte de cada indivíduo. Como a raiz social da diferenciação dos indivíduos lhes confere uma posição de classe definida na sociedade, é importante destacar que as camadas privilegiadas podiam dispor de um tempo maior para a sua qualificação; as menos privilegiadas caberia a busca de um tempo menor, oferecido em geral pela escola profissionalizante. (ROSS, 1991:85-86)

Para isso, então, que a Reforma Capanema abrangeu, através da Lei Orgânica do Ensino Industrial, a sistematização em nível nacional ao ensino profissionalizante, tendo sido este preterido pelas propostas mais pragmáticas dos industriais, defendidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e pelas instituições que representavam o empresariado, isto é, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do estado de São Paulo

(FIESP). Entretanto devido à centralização político-administrativa que caracterizou o regime político no Estado Novo, os debates e conflitos em torno do tema foram promovidos pelo Estado e mediados no interior da burocracia estatal. Convém, então, notar que a intervenção dos industriais sobre o processo de organização do ensino industrial ocorreu através de pareceres, substitutivos e estudos encaminhados à comissão interministerial composta por três representantes dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde para elaborar a regulamentação dos cursos técnicos. A participação de equipes incumbidas pelos industriais de criarem um órgão para aprendizagem industrial, com autonomia necessária, daria lugar, em 1942, ao Decreto-lei 4.048, em 22 de janeiro, e a Lei Orgânica do Ensino Indústria, Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro. (LOPES, 1982:146)

Tal como a educação secundária que, de todas as áreas do grande plano educacional, o ensino profissionalizante foi aquele em que o ministério Capanema deixaria sua marca mais profunda e duradoura, ou seja, a importância dada a ele era atribuída à modelação do ser humano. A prioridade dada ao ensino vocacional e, seguramente, ao SENAI, passava pela prioridade de reafirmação de princípios da concepção educacional do Ministério da Educação. Segundo Schwartzman, o trabalho de recuperação das propostas da década de 1930 obedeceria ao que Capanema chamava de uma educação a serviço da Nação, “na qual o sistema educacional deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho. A educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos, assim, a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional, e a educação feminina”. (SCHWARTZMAN, 2000:205)

O modelo educacional proposto pela Reforma Capanema tinha a proposta de marcar, profundamente, as diferenças entre o ensino secundário e outras formas de ensino médio. O conteúdo essencialmente humanístico que deveria ter o ensino secundário, e que estaria automaticamente presente no plano pedagógico do SENAI, seria um dos motivos que estariam ligados ao conflito com os empresários, que desejavam um conteúdo com fundamentos mais pragmáticos e limitados. Para isso, uma corrente mais ligada à FIESP, tratava de implantar um sistema de aprendizagem industrial mais diretamente ligado à indústria e suas necessidades

práticas. (SCHWARTZMAN, 2000:250) Provavelmente, o que contribuía para este conflito pela proposta de ensino era decorrente da eventual necessidade de atender as prioridades de formar e qualificar o maior número possível de alunos e trabalhadores do ramo da indústria, o que implicava na questão do tempo que exigia maior eficiência na realização dos cursos. Tal proposta destoava dos objetivos de Capanema que desejava o aumento do número de escolas técnicas especializadas, desde que oferecesse um operariado numeroso, variado e competente que contribuísse para a formação de uma indústria moderna qualificada, só que tal proposta custaria mais disponibilidade de tempo, e este fator parecia aos empresários fora de cogitação devido ao momento de pós-crise e de Segunda Guerra Mundial.

Seguindo nesta discussão é que surgem dois projetos de regulamentação do ensino profissional, um oriundo do Ministério da Educação e outro do Ministério do Trabalho. Vargas, ao que parece, opta pelo do Ministério do Trabalho, o que Capanema viria a contestar, assumindo ser contrário ao artigo 125 da Constituição de 1937, que fixa o princípio de que a educação é dever dos pais e do Estado, e que o ensino profissional é o primeiro dever do Estado (Constituição de 1937, Art. 125) Apesar disso, Capanema dá a entender que o governo deveria insistir em querer participar necessariamente do ônus da criação do ensino profissional pelo menos, por implicação, de sua fiscalização e controle o que, para Schwartzman,

não deixa de ser curiosa esta defesa aparentemente incorporativa do ensino público pelo Ministério da Educação, em um momento em que as idéias corporativas atingiam no país seu prestígio mais alto, concentrando-se exatamente nas áreas de relações do trabalho. Na realidade, o que o Ministério da educação defende não é a livre circulação da mão-de-obra, mas que seu controle fique nas mãos de um Estado ordenador e orientado para fins supostamente mais nobres, e não à mercê dos interesses mais imediatistas dos industriais. (SCHWARTZMAN, 2000:252-253)

Embora a indústria já tivesse dado sinais de que não ia querer abrir mão de seu controle sobre a proposta de ensino industrial especializado, acabou colocando de lado sua ideologia liberal, aceitando as disposições defensivas do ministro Capanema e, de mal grado, aceitar assumir os custos, porém sob seu controle. (SCHWARTZMAN, 2000:253) Diante desta situação, Vargas decide por enviar a

carta-protesto de Capanema a Francisco Negrão de Lima,¹⁴ o qual, de maneira explícita, elabora um parecer enviado ao Ministério da Justiça, que diminuísse as diferenças de posição entre os dois ministérios, e que definisse com clareza as diferenças de posição entre os dois ministérios.

Quando colocados lado a lado, os dois projetos revelam que, enquanto decreto assinado previa que apenas estabelecimentos com mais de 500 empregados ficavam obrigados ao ensino profissional, no projeto do Ministério da Educação eram incluídos todos os estabelecimentos industriais, empresas de serviço público, de mineração, estaleiros, empresas de transportes etc., qualquer que fosse o número de empregados. Por outro lado, no entanto, o Ministério da Educação restringia este ensino a aprendizes entre 14 e 18 anos, e obrigava a indústria a contratar parte deles; o projeto do Ministério do Trabalho ampliava os participantes a todos os empregados, filhos, irmãos, etc., mas sem obrigação de contrato posterior. (SCHWARTZMAN, 2000:253-254)

Com isso, o Ministério do Trabalho previa que os cursos seriam isolados, sujeitos apenas a instruções gerais a cargo do Ministério da Educação, e a cargo das próprias indústrias. Já Capanema, defendia a criação de um órgão burocrático federal para administrar o sistema de ensino industrial em todo o país, e uma participação significativa do governo em seus custos. (SCHWARTZMAN, 2000:254) Negrão de Lima, autor do parecer, observa que a organização proposta pelo Ministério da Educação era custosa, chamando para o exagero, tendo em vista o estado do progresso industrial brasileiro. Ela diria que “talvez seja mesmo exagerada, tendo-se sem vista o estado de nosso progresso industrial. A do decreto assinado, mais modesta, mais de acordo com as necessidades de nosso meio, e menos cara”. (LIMA, 1941, In: SCHWARTZMAN, 2000:254) Entretanto, aceita a tese de Capanema sobre a obrigação do Estado pelo ensino profissional, o qual não poderia ser totalmente abandonado, desde com a finalidade de diluir ao máximo a participação governamental na forma de facilidades e auxílios indiretos, tais como, isenções, redução de ônus gerais, relevações de penalidades etc. Todavia, esta linha de conciliação já teria sido proposta por Capanema, prevendo ainda uma quota governamental para subvenções ao ensino profissional, a ser fixada anualmente pelo presidente da República e movimentada pelo Ministério da Educação. (SCHWARTZMAN, 2000:254)

¹⁴ Francisco Negrão de Lima foi chefe de gabinete no novo ministro da justiça, Francisco Campos. nos anos seguintes, assumiria algumas vezes a direção interina do Ministério durante os período de ausência do titular.

Quanto aos industriários coube dar atenção para o detalhe da sua participação a respeito desta flexibilização concedida ao SENAI, no que se refere aos métodos de ensino para início das atividades, isto é, o SENAI tornaria-se-ia uma instituição dotada de autonomia nos órgãos regionais que o integravam e o formavam, isto é, os órgãos operacionais que controlavam as atividades de formação e desenvolvimento profissional, administração e contabilidade e finanças. Inicialmente, parece ter havido uma uniformização de padrões e normas de comportamento e de ação válidos para todos os Departamentos Regionais. Se considerarmos que havia uma filosofia para a realização inicial dos trabalhos, esta era proveniente do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional de São Paulo, logo, o modelo de funcionamento estendia-se aos demais Departamentos Regionais instalados no país. (LOPES, 1982:73) Quanto aos cuidados estruturais dos órgãos regionais, João Lüderitz,¹⁵ então diretor nacional, gerou, por meio de Instruções de Serviço a unificação do sistema de ensino industrial. Para se ter uma idéia, por exemplo, a Instrução de nº 1, de 31 de agosto de 1942, regulava o movimento de fundos a cargo de órgãos do SENAI (receita e despesa), tendo sido criada, para isso, a Nota de Despesa (ND), ainda utilizadas na sua forma original até hoje. (LOPES, 1982:74) Isto demonstra quanto a participação de engenheiros e empresários experientes era mais eficiente devido a visão mais prática da maneira como certos trâmites administrativos deveriam funcionar para melhor controlá-los a partir de seus departamentos e direções.

Mas a participação dos industriais, segundo a documentação utilizada para este trabalho, ia um pouco além da criação de instruções de serviço, podendo, diante das circunstâncias, apreciar e conduzir os trabalhos iniciais nas escolas do SENAI, tendo a presença *in loco* dos industriais, o que de certa forma, sugere também uma autonomia de atuação dos mesmos nos locais de ensino. (MEMÓRIA SENAI 538, 1944:4)

A participação mais abrangente dos industriais, sobre a estrutura administrativa e educacional do SENAI, surge como mais uma evidência de controle

¹⁵ João Lüderitz havia sido nomeado em 1908, engenheiro-chefe do então Instituto Técnico profissional, depois Instituto Parobé, da Universidade do Rio Grande do Sul, cumulativamente com as funções de professor da Escola de Engenharia. Em 1919, foi designado para organizar um projeto do programa dos cursos das Escolas Industriais Elementares, estações de Agricultura e Criação, e Estações de Zootecnia, Indústria e Comércio, a fim de reorganizar o ensino técnico profissional federal, sendo por último, dirigente do SENAI no Departamento Nacional de 3 de agosto de 1942 a 25 de novembro de 1947.

da categoria industrial mostrar o quanto de autonomia poderiam contar para alcançar suas metas na formação de empregados especializados. Não podemos esquecer que inicialmente inúmeras escolas do SENAI foram instaladas dentro das fábricas e estavam sujeitas a serem monitoradas constantemente pelos seus principais investidores que, como tal, estavam preocupados com o retorno em forma de mão-de-obra especializada e eficiente voltada para a produção de seus respectivos setores. Porém, o Ministério da Educação surgiria para um último embate com relação ao ensino industrial, quando tenta criar um amplo sistema de regulamentação do exercício profissional nos diferentes domínios da vida industrial, na tentativa de recuperar terreno no campo da participação governamental quesito gerencial para o andamento das atividades. Para isso, Capanema criou a regulamentação de um sistema que objetivava aos diplomas de 14 cursos técnicos em nível de segundo ciclo do ensino médio, fossem aceitos em detrimento de beneficiar os portadores dos diplomas, na tentativa de aumentar a participação do Ministério da Educação na criação e organização do SENAI. (SCHWARTZMAN, 2000:259) No entanto, a regulamentação não fora aceita pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, segundo Schwartzman, “devido ao fracasso do grande projeto corporativo nacional que havia sido, em boa parte, substituído por um tipo de corporativismo muito mais pragmático e realista, que delegava o ensino e o emprego industrial à indústria para conduzi-lo conforme, tão-somente, as necessidades e interesses da economia nacional”. (SCHWARTZMAN, 2000:260)

Com isso, podemos observar a existência da confluência de interesses que relacionavam o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio com os industriários, refletindo na organização administrativa do SENAI, ou seja, ambos desejavam a formação de funcionários especializados a baixo custo e em menos tempo possível, já dentro do Ministério existiam, como já vimos, elementos corporativos influentes para criação de medidas que contribuíssem para alavancar a economia nacional. Portanto, a indústria contava com o apoio governamental, para aprovação de leis e projetos, sendo que era de interesse do Estado aumentar a demanda de empregos com melhores remunerações o que alavancaria o consumo interno de produtos brasileiros. Diante desta situação, pela defesa dos interesses, para as melhorias necessárias da produção brasileira, é que Vargas amparou a proposta de autonomia pelo controle do SENAI como órgão máximo administrativo dos cursos técnico do país.

Quais os tipos de ensino industrial foram criados e em qual deles o SENAI se incluía? Quais os tipos de estabelecimentos faziam parte do sistema de ensino industrial brasileiro? Diferente das demais, as Escolas do SENAI, de aprendizagem industrial, eram geralmente localizadas nas fábricas ou nas suas proximidades destas. Nelas formavam-se os Operários Qualificados, Especializados e Técnicos. Com relação aos estabelecimentos de ensino industrial, segundo a modalidade dos cursos que ministravam e de acordo com o sistema de ensino de que fazem parte, são chamados Escolas Técnicas, do Ensino Industrial, Oficial ou Oficializado, de Padrão Federal, que ministravam cursos técnicos, além dos industriais, de mestría e pedagógicos, para formação de Técnicos, Artífices, Mestres de Ofício e Professores de Ensino Industrial, de 30 de janeiro de 1942. (CARVALHO, 1949:32) Tal como nas Escolas Técnicas, as Escolas Industriais, do Ensino Industrial Oficial ou Oficializado, de Padrão Federal, ministravam cursos industriais, para formação de Artífices, bem como os de mestría, para formação de Mestres de Ofício. Nas Escolas Artesanais, do Ensino Industrial Oficializado, ministravam-se cursos artesanais, isto é, cursos de formação profissional de singela estrutura. O Ensino Industrial de Padrão Estadual era realizado sob legislação estadual, nos liceus de artes e ofícios ou escolas profissionais dos Estados. Já o Ensino Profissional Livre, era ministrado por entidades ou estabelecimentos particulares autônomos, não oficializados, que estruturavam seu ensino por regulamentação arbitrária.

O Ensino Industrial de Padrão Federal era um sistema que abrangia o ensino destinado à juventude estudantil em idade apropriada e se realiza nas Escolas Artesanais, Industriais ou Técnicas, dando acesso ao grau superior, pois era de grau médio, abrangendo os dois ciclos ou de grau elementar (supletivo), destinados a vida civil. Este tipo de ensino depois de concluído poderia levar aos cursos pedagógicos ou de especialização considerados de grau superior pela Lei Orgânica do ensino industrial. Anteriormente, de maneira restrita, o acesso aos cursos superiores ficara restrito exclusivamente pelo curso secundário, sendo os demais ensinados considerados apenas formadores de profissionais de nível mais elementar. A Lei Orgânica expedida em 1942, não apenas estruturava esse tipo de ensino, imprimindo-lhe um cunho mais técnico e compatível com as exigências atuais do momento, como introduziam certa flexibilidade na articulação do ensino em geral, ou seja, o Curso Secundário não era mais o único caminho a percorrer para se ingressar nas faculdades. Já o sistema de Aprendizagem Industrial, abrangia o

ensino destinado aos trabalhadores das indústrias, transportes, comunicações e se subdivide em dois grandes setores:

- Aprendizagem no SENAI – para os que trabalham ou aspiram a trabalhar nos estabelecimentos de empresas particulares. O ensino se efetua nas Escolas do SENAI.
- Aprendizagem nos Estabelecimentos Industriais Oficiais – para os que trabalham ou aspiram a trabalhar nos estabelecimentos oficiais. O ensino se processa nas escolas dos referidos estabelecimentos. (CARVALHO, 1949:28)

A origem e a estrutura, do SENAI, criado pelo Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, foram reflexo do significativo interesse dos industriários, que de um lado necessitavam de mão-de-obra qualificada, e do governo de Getúlio Vargas em promover a industrialização do Brasil que, de quebra, visava também transmitir a ideologia do regime. Mas para isso, o sistema oficial de ensino profissional precisava de uma estrutura que desse condições educacionais para a formação da mão-de-obra necessária aos planos da área industrial. O Ministério da Educação e Saúde promulgou a partir da Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 30 de janeiro de 1942, a organização desse ramo de ensino que ficou dividido em dois ciclos: o primeiro, chamado de fundamental, era ministrado em três ou quatro anos. Havia também o ciclo básico, que compreendia o curso de mestria de dois anos; o segundo ciclo, com duração de três a quatro anos, destinava-se à formação de técnicos industriais. Este fator tornava mais interessante a articulação do ensino brasileiro neste momento em que a área técnica ganhava maior importância, já que os alunos ao terminarem o curso primário teriam diante de si mais possibilidades de escolha.

Por isso, além do curso ginasial, poderiam ingressar em outros cursos básicos do grau médio (primeiro ciclo), onde estudavam matérias de cultura geral e especializada, obtendo uma qualificação profissional. A partir da conclusão, esses cursos ainda possibilitavam reconsiderar suas carreiras escolhidas devido ao encaixe que a referida lei oferecia para o acesso aos cursos do segundo ciclo médio. Tais cursos proporcionavam uma preparação técnica, artística ou docente e, embora a lei não estabelecesse livre articulação entre todos os ramos do ensino, asseguravam aos alunos o direito de ingressar nas faculdades e escolas superiores que ministravam o ramo de ensino relacionado com o curso feito. Era oferecido

ainda, nesse mesmo ciclo, o curso de formação pedagógica, com intuito de habilitar professores para lecionar no ensino industrial. A lei ainda definia que todo trabalhador considerado *menor* seria aquele que se encontrasse na faixa etária entre 14 e 18 anos de idade, dos estabelecimentos industriais. (CARVALHO, 1949:25)

Todavia, para complementar a regulamentação da instituição, visando sua estruturação, outros dois decretos-lei seriam baixados: o de nº 4.481, de 16 de julho de 1942, com disposição sobre a obrigação de os estabelecimentos industriais empregarem aprendizes e menores¹⁶ num total de 8% correspondente ao número de operários neles existentes e matriculá-los nas escolas mantidas pelo SENAI. Neste caso a lei ainda exigia prioridade para os filhos, inclusive os órfãos e irmãos, dos operários empregados. O outro decreto-lei, de número 4.436, de 7 de novembro de 1942, ampliava o âmbito da ação do SENAI, determinando que sua rede de escolas profissionais atingisse também o setor dos transportes, das comunicações e da pesca. Determinava ainda que essas escolas passassem a ministrar, além dos cursos de aprendizagem, o ensino de continuação, aperfeiçoamento e especialização, buscando uma ampliação de duas ordens: em primeiro lugar, quanto aos setores de produção, para qualificação de pessoal em várias áreas de trabalho, tendo como consequência uma diversificação maior dos seus cursos; em segundo lugar, a ampliação, quanto aos níveis de cursos, com a inclusão do aperfeiçoamento e especialização e, portanto, com a possibilidade da reciclagem profissional e da formação de professores. (SANTOS, 2000:217)

Seguindo por esta linha de dupla participação, a rede de ensino assumiria, dentro do campo de ação empresarial, um caminho paralelo ao sistema oficial implantado com vistas a organizar e administrar as escolas de aprendizagem industrial em todo território brasileiro, oferecendo cursos de curta duração, sob a direção da CNI, com objetivo de promover a preparação dos aprendizes menores para se inserirem nas indústrias (SANTOS, 2000:215-216) e cursos de formação continuada para trabalhadores não sujeitos à aprendizagem, os quais poderiam, em todo o país, manter, além dos cursos rápidos, o objetivo de preparar os aprendizes menores dos estabelecimentos industriais. (ROMANELLI, 1998:166) Contudo, foi Gustavo Capanema que gerou a preocupação com a formação profissional da juventude, “propondo a Vargas a Lei Orgânica do Ensino Industrial, em 30 de janeiro

¹⁶ O trabalhador considerado *menor* é todo aquele que se encontra na faixa etária entre 14 e 18 anos de idade, dos estabelecimentos industriais.

de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Comercial, em 28 de dezembro de 1943, recorrendo o governo, em face de sua notória insuficiência de meios e infra-estrutura indispensável à prestação de ensino altamente especializado, as entidades patrimoniais através da CNI". (BADARÓ, 2000:310) Tal inquietação do ministro em legislar os ensinos industriais e comerciais, provavelmente recaía sobre os currículos escolares propostos, sendo que estes eram estabelecidos em leis e os programas das disciplinas com as correspondentes instruções metodológicas, fixados nacionalmente por portarias ministeriais. A intenção de Capanema talvez fosse a de elaborar um instrumento básico disciplinar educacional em conjunto preferindo encarar vários graus ou ramos em leis orgânicas separadas, cuja edição atribuída à ação do governo federal, a direção centralizada que imprimiu de certa maneira a evolução do ensino consolidada pelas disposições previstas em lei.

A quase simultaneidade dos decretos que definem a Lei Orgânica de Ensino Industrial provenientes das idéias e propósitos da área do Ministério da Educação; e a criação do SENAI, conforme as aspirações da indústria e do Trabalho, trariam a fórmula encontrada pelo ministro Capanema de ter o SENAI como encarregado da formação profissional dos aprendizes, sendo delegado à Federação Nacional das Indústrias, vindo a constituir um amplo quadro de ensino profissional estabelecido pela lei orgânica. (SCHWARTZMAN, 2000:254-255) Segundo a análise de Schwartzman, "a Lei Orgânica do Ensino Industrial é uma grande declaração de intenções, acompanhada de um amplo painel da organização à qual o ensino industrial se deveria ajustar. Uma de suas características principais, no espírito do Ministério da Educação da época, é a uniformidade que trata de impor este tipo de ensino em todo o país". (SCHWARTZMAN, 2000:255)

Contudo, a interferência do Estado aprofunda-se no processo de industrialização, assumindo o encargo de promover a industrialização relativa do setor básico.¹⁷ Decidiu-se então por compelir, através do decreto-lei 4.984, de 21 de novembro de 1942, as empresas, que possuíssem mais de 100 empregados, a manterem, por conta própria, uma escola ou um sistema de escolas de aprendizagem destinadas à formação profissional de aprendizes, e ao ensino de continuação, aperfeiçoamento e especialização de seus demais trabalhadores,

¹⁷ A implantação da Usina de Volta Redonda e a forma de sua constituição ficaram definidas em julho de 1940. Ela foi financiada por créditos americanos, concedidos pelo Export-Import Bank, e por recursos do governo brasileiro.

podendo essas escolas, para efeito de administração de seu ensino, articular-se com o sistema de escolas do SENAI.¹⁸ Embora tenha iniciado oficialmente, a educação profissional tinha muito que fazer para promover o ensino profissionalizante, ou seja, o ensino fabril ainda era debilitado, considerando-se a realidade de que muitas indústrias não conseguiriam atingir as metas propostas pelo Ministério da Educação, principalmente nos grandes centros urbanos.

Mas havia outros problemas que o Ministério da Educação e Saúde tinha a resolver, como o de promover uma reforma no ensino secundário brasileiro. Havia a dificuldade em dissociar o curso secundário e o ensino técnico-industrial, concretizados pela ideologia educacional do Estado Novo. Por já estar em andamento, desde a promulgação da Constituição de 1937, as diretrizes educacionais, através da reforma e suas linhas mestras de inúmeros elementos do nacionalismo e da ação de mecanismos de solidificação dos valores do Estado autoritário mesclados via formulação legal dos ideais do regime, como por exemplo, o de promover a disciplina moral e o adestramento físico, preparando os alunos para o cumprimento dos deveres para com a economia e a defesa da nação.¹⁹ No seu livro, *Introdução aos Fundamentos do Ensino Industrial*, Joacy de Abreu Faria diz “que, com o ensino sistematizado, procura o SENAI dar aos seus jovens aprendizes uma educação sadia, baseada em sólidos princípios morais, e proporcionar-lhes conhecimentos de determinada especialidade, habilitando-os a progredir na vida, a melhor cumprir sua função na sociedade e a cooperar, desse modo, para o engrandecimento da Pátria”. (FARIA, 1969:18) Ao que parece, o SENAI não era apenas uma instituição com fins de formar mão-de-obra industrial, mas também com o intuito de difundir os conceitos ideológicos do Estado Novo, como veremos melhor adiante.

Fora questões político-ideológicas, havia outros baseados na sua organização estrutural. Dentro de uma estrutura geral, o chamado ensino industrial²⁰ é o ramo de ensino de grau médio, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da

¹⁸ Toda legislação pode ser encontra na Coletânea de leis referentes à aprendizagem industrial. Memória SENAI MS - 1346. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

¹⁹ Para isso ver Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). *Art. 132 da educação e da cultura*.

²⁰ Deve-se levar em consideração que na Lei Orgânica do Ensino Industrial, o substantivo *indústria* e o adjetivo *industrial* tem sentido amplo, referindo-se a todas as atividades relativas aos trabalhadores das indústrias, artesanato, transportes, comunicações e pesca.

indústria, e abrangia o ensino nas escolas oficiais ou oficializantes²¹ e a aprendizagem industrial. Entretanto, a diretoria do INEP reconhecia haver o surgimento de novos problemas com o andamento do ensino industrial, principalmente com a variação necessária das possibilidades de escolha oferecidas pelas profissões a respeito da possível preparação adequada, oportunidades de emprego e remuneração, juntamente a isso, a extensão dos cursos que constituíam o Ensino Industrial, e que davam origem à questão do encaminhamento dos jovens na escolha de um aprendizado compatível com as suas condições pessoais capaz de lhes assegurar uma profissão que os conduzisse à integração social. (CARVALHO, 1949:10) Para isso, em caráter supletivo, o ensino industrial padrão federal também incluiria, em sua estrutura, cursos de grau elementar: os Cursos Extraordinários de Continuação, isto é, aqueles destinados a dar qualificação profissional, e dar preferência na matrícula aos empregados da indústria, portadores de carteira profissional, maiores de 17 anos. Os cursos podiam ser ministrados por qualquer estabelecimento de ensino industrial, salvo os destinados ao aperfeiçoamento e à especialização de professores. Na aprendizagem industrial, o ensino de nível elementar realiza-se nos Cursos Extraordinários para menores e para trabalhadores adultos não-qualificados. Entretanto, no grau superior, alguns ramos do ensino industrial davam acesso a cursos nas Faculdades de Química, Engenharia, Arquitetura e Belas Artes. (CARVALHO, 1949:26)

Portanto, a década de 1940 apontava para uma grande atenção do governo voltada para o problema do ensino industrial brasileiro. A idéia era renovar a educação do país e tinha, a partir da constituição de 1937, a introdução das disposições relativas à educação profissional, inclusive quanto à cooperação entre a indústria e o Estado, dando lugar, em 1938, à primeira tentativa de implantação de cursos de aprendizagem nos estabelecimento industriais. Em 1939, o Governo Federal, preocupado com o problema da formação de mão-de-obra industrial, passou a ter como objetivo a criação de cursos de aperfeiçoamento de trabalhadores maiores e de formação para aprendizes menores. A criação destes cursos passaria pela experiência realização em São Paulo dos cursos do Centro ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, com isso, deu-se início a um processo

²¹ Curso oficializante, como era também chamado, compreendia, em nível de padronização de ensino, a equiparação estrutural oficial das instituições de ensino técnico com validade nacional ou equiparada à estrutura oficial e com validade em nível estaduais.

de amadurecimento de idéias e experiências que haveria de levar a profundas transformações do sistema educacional brasileiro.

2.2 A INSPIRAÇÃO PARA O SENAI

Em 1939, o Governo federal discursava, preocupado com o problema da formação de mão-de-obra industrial e com isso acabou por constituir uma Comissão Interministerial incumbida de regulamentar o Decreto-lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939, que dispunha, entre outros objetivos, sobre cursos de aperfeiçoamento profissional para trabalhadores. Essa comissão, deslocada inicialmente para São Paulo, maior centro industrial do país, tomava conhecimento das realizações do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, em plena expansão nas estradas de ferro brasileiras, sob a direção do Engenheiro Roberto Mange,²² na tentativa de generalizar a experiência paulista para todo o país. (SCHWARTZMAN, 2000:251)

No mesmo ano de 1939, realizava-se a XXV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, nela figurava, pela primeira vez, a questão do ensino técnico e profissionalização de aprendizes, de cuja discussão participou, como um dos representantes do Brasil, o engenheiro Francisco Montojos, então Superintendente do Ensino Profissional do Ministério da Educação. Durante a Conferência aprovou-se a recomendação que contribuiria para estimular o desenvolvimento da formação profissional nos países membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Os dois acontecimentos, juntamente com os resultados da atuação do Centro Ferroviário, deram início a um processo de amadurecimento de idéias e experiências que haveria de levar a profundas transformações do sistema educacional brasileiro, a fim de ajustá-lo à evolução sócio-econômica do país e torná-lo instrumento de preparação dos recursos humanos para o desenvolvimento. A partir disso, em síntese, surgia a iniciativa governamental e dos industriários brasileiros, os traços

²² Roberto Mange (1885 - 1955), engenheiro suíço, veio para o Brasil aos 28 anos, para lecionar na cátedra de Mecânica Aplicada às Máquinas da Escola Politécnica de São Paulo. Seu nome inscreveu-se na História da Psicologia no Brasil por seu trabalho pioneiro em instrução profissional racional e seleção de pessoal com base na Psicotécnica.

marcantes de um movimento educacional que tomavam corpo e iriam conduzir às transformações operadas em 1942 e consubstanciadas na legalização do Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial) e o Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, criando o SENAI.

Inicialmente, para uma organização mais abrangente, que estivesse em consonância com cada setor específico da produção industrial, levou-se em consideração a proximidade entre os maiores centros de produção, necessitados de mão-de-obra especializada. A opção pela organização, por região, passava também pelo critério de proximidade entre os conselhos regionais constituídos a partir da existência das federações das indústrias, para, a partir daí, criar delegações para execução de serviços regionais nas unidades federativas onde não houvesse federação das indústrias (Instrução de Serviço, 1942, In: LOPES, 1982:62-63) Entretanto, somente pela Instrução de Serviço nº 12, de 19 de maio de 1944, o Diretor do Departamento nacional, João Lüderitz estabeleceu a divisão do país em 10 Regiões assim discriminadas:

1ª Região	Delegacia Regional do Ceará, compreendendo os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.
2ª Região	Departamento Regional de Pernambuco, compreendendo os Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Território de Fernando de Noronha.
3ª Região	Delegacia Regional da Bahia, compreendendo os Estados da Bahia e Sergipe.
4ª Região	Departamento regional do Rio de Janeiro, compreendendo os Estados do Espírito do Santo e Rio de Janeiro, e o Distrito Federal.
5ª Região	Departamento Regional de Minas Gerais, compreendendo o Estado de Minas Gerais.
6ª Região	Departamento Regional de São Paulo, compreendendo o Estado de São Paulo.
7ª Região	Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, compreendendo os Estados do Paraná e Santa Catarina, e o então Território de Iguaçú.
8ª Região	Departamento Regional do Rio Grande do Sul, compreendendo o Estado do Rio Grande do Sul
9ª Região	Delegacia Regional do Pará, compreendendo os Estados do Pará e Amazonas, e os Territórios do Acre, Amapá e Rio Branco.
10ª Região	Delegacia Regional do Mato Grosso, compreendendo os Estados de Mato Grosso, Goiás e os Territórios de Ponta Porã e Guaporé. ²³

Quadro 1

²³ O Território do Iguaçú foi um território federal brasileiro criado em 13 de setembro de 1943, de acordo com o Decreto-Lei lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943, durante o governo de Getúlio Vargas e extinto em 18 de setembro de 1946 pela Constituição de 1946. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial o governo decide desmembrar seis territórios estratégicos de fronteira do país para administrá-los diretamente: Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguaçú e o arquipélago de Fernando de Noronha.

Contudo, houve a necessidade de mesclar a 9ª e a 10 regiões que não tiveram instaladas as delegacias regionais previstas, nos respectivos Estados do Pará e Mato Grosso. Sendo a primeira administrada pela Delegacia Regional do Ceará e a segunda, pelo Departamento Regional de São Paulo. Com tal medida, os Departamentos e Delegacias Regionais ficaram limitados a oito em todo País, até que começaram a constituir-se novos departamentos regionais, com a criação da Federação das Indústrias no Estado, o que iria suceder, com freqüência destacada, já que o total das receitas de arrecadação em muitos Estados não era suficiente para a instalação de escolas técnicas. Lopez faz uma crítica a respeito deste assunto ao dizer que, “se tivesse havido uma administração autônoma, no início, em cada Estado, somente com muita lentidão é que teriam, sido construídas e montadas as escolas de aprendizagem, sendo que algumas só viriam a ser implantadas a partir da década de 1950”. (LOPEZ, 1982:64)

No que diz respeito à admissão, a matrícula dos menores era precedida de provas preliminares e, futuramente, seriam aplicados testes que possibilitassem a verificação de condições essenciais, tais como a aptidão para o ofício industrial, (CARVALHO, 1949:29) – além da escolaridade primária completa – para ingresso e conseqüente escolha do curso pretendido. Estudos do mercado de trabalho²⁴ condicionavam a colocação dos menores e sua permanência nos empregos, bem como acusavam as necessidades decorrentes do meio industrial no que tange à preparação de seus operários. Tudo isso, acompanhado do objetivo de proporcionar formação, aperfeiçoamento e treinamento da mão-de-obra para o parque industrial brasileiro, mas também com a finalidade de orientar e assistir o industrial nos trabalhos de preparação de seus aprendizes e operários no próprio posto de trabalho ou no centro de formação profissional. (CARVALHO, 1949:83)

O procedimento criado para efetuar as matrículas na primeira série de qualquer dos cursos de padrão federal, os candidatos teriam que ter condições de saúde e preparo intelectual. Para isso, deveriam apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estarem vacinados, também deveriam possuir a capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que deveriam ser

²⁴ O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão técnico do Ministério da Educação, considerava em seus estudos realizados o balanço geral das oportunidades, um trabalho de levantamento e apresentação de matérias sob a responsabilidade da Secção de Orientação Educacional e Profissional, sob a chefia do técnico de Educação Zenaide Cardoso Schultz.

realizados, juntamente com a apresentação de documento que comprovasse a idade exigida para o curso pretendido. Deviam provar ter os estudos básicos necessários e serem aprovados nos exames de seleção. Outro aspecto interessante sobre o ensino industrial oficial e equipado, bem como do SENAI e dos Estabelecimentos Industriais Oficiais, era com relação à gratuidade dos cursos e, além disso, o dever das empresas de garantir, assistência médica e alimentar, pois a maioria das escolas tinham regime de internato ou semi-internato para seus aprendizes.

Entre estes encargos, havia o aproveitamento dos profissionais considerados mais adiantados, que eram aproveitados na formação de um contingente de nível mais elevado, dos quais seriam tirados os contramestres do futuro que, na organização industrial moderna, são os principais elementos da produção. Nesse sentido, o SENAI selecionava, em todo o país, entre os melhores operários, transportando-os para os centros industriais da especialidade a que se destinavam, onde estagiavam nos principais estabelecimentos do ramo, enquanto freqüentavam cursos intensivos de aperfeiçoamento e especialização. Havia ainda, a Instituição das Bolsas de Estudo para todo o país, concedidas a partir de uma taxa adicional de 20% sobre a contribuição dos empregadores de mais de 500 empregados, destinadas aos aprendizes ou aos operários de nível mais elevado, salvo em casos de apadrinhamento.

Havia, então, a consciência perante os elementos do regime que desejava do Estado Novo, que deveriam ser incluídos, nos currículos de ensino, e que deveriam despertar os sentimentos de solidariedade a serem implantados junto ao projeto de industrialização. Isso repercutia no modelo de trabalhador desejado pelos industriários, o que, claro, passava pelo princípio de uma formação adequada que seguissem as exigências do processo de trabalho industrial. Havia por parte dos empresários, que pressionavam o governo, pela responsabilidade de total formação do operário. Todavia, o governo propunha efetivar tal proposta em conjunto com a categoria empresarial. Diante disso, depois de cumpridas as prerrogativas do processo de negociação, foi criado o SENAI, baseado na experiência do CFESP, que tinha a proposta de atuação na formação de dois tipos de trabalhadores: os ligados diretamente à produção (torneiro, soldador, etc.), necessidade mínima para as indústrias em formação, e aqueles de forma indireta à produção, isto é, técnicos que supervisionassem os demais trabalhadores nas diferentes etapas da produção. De acordo com Ross, “essa necessidade tinha em vista o desenvolvimento das

empresas e, portanto, a complexidade do trabalho dentro da indústria". (ROSS, 1991:91)

Diante disso, como veremos a seguir, a estrutura implantada sofreria modificações, ganhando setores encarregados da coordenação e fiscalização, subordinados tanto ao Ministério da Educação e Saúde, quanto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. De acordo com o Regimento de 1942, a organização inicial do SENAI dava significado para os organizadores da instituição de ensino industrial a respeito do conceito de Região e de Administração Regionais. Surgiriam órgãos de representação com poderes e responsabilidades mais amplos, designados para coordenar, administrar e fiscalizar o SENAI, quanto aos aspectos de escolha de cursos específicos por região e construção de instalações.

Para isso, a organização do SENAI foi constituída de uma administração nacional destinada ao planejamento, coordenação e controle de administrações regionais encarregadas da execução direta e da fiscalização das escolas e cursos. A administração nacional compreenderia 2 órgãos: o primeiro, o Conselho Nacional do SENAI, com intervenção sobre o segundo, o Departamento Nacional do SENAI. (FONSECA, 1986:30) Contudo, na documentação apresentada no Relatório do Departamento Regional do Rio Grande do Sul de 1945, teremos a presença de elementos que dão margem a certos cuidados a respeito da originalidade do projeto de organização do SENAI, sugerindo que método de administração da instituição ainda seguia os meios do CFESP, como por exemplo, do sistema de arrecadação utilizado. Sendo que, como base para os cálculos de investimento os industriários gaúchos deduziram os preços, por aluno-ano, observados no Centro Ferroviário de São Paulo, considerando suas arrecadações iniciais e prováveis arrecadações nos anos consecutivos, foi verificado a conveniência de concentrar os recursos nas principais cidades industriais, fato que se manteve como medida inclusive para os anos seguintes na área de investimentos do SENAI para os maiores centros industriais. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:2)

Como se pode observar, o SENAI procurou manter a base de administração da distribuição dos seus investimentos, tendo como modelo os princípios oriundos do CFESP, já que era o modelo de experiência mais próximo do qual queriam alcançar os organizadores e empresários. Contudo, ainda era preciso organizar a estrutura administrativa do SENAI, e ao que parece, seria feito de maneira a constituir, burocraticamente, pela presença dentro dos setores, em nível de

representatividade, com a participação dos industriários e do Governo. Para isso, criou-se o Conselho Nacional que seria formado pelo Presidente da Confederação Nacional da Indústria, por um ou mais representantes de cada Conselho Regional, pelo Diretor do Departamento Nacional do SENAI, pelo Diretor da Divisão do Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde, e por um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designado pelo respectivo Ministro.

Estipulava-se ao Conselho Nacional, e ao Departamento Nacional a tarefa de tratar dos Conselhos e Departamentos Regionais, tendo aqueles a constituição diferente conforme estivessem ou não, no Estado, federadas às indústrias. Assim, o Distrito Federal, ou em Estado ou Território, em que houvesse federação das indústrias, o Conselho Regional seria constituído dos seguintes membros: o presidente da federação das indústrias ou seu representante, três presidentes dos sindicatos dos empregadores da indústria, o diretor do Departamento Regional do SENAI, o delegado federal de educação do Ministério da Educação e Saúde ou, não havendo, alguém designado pelo Ministro, e um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. (FONSECA, 1986:30)

Faziam parte da organização administrativa dos Departamentos Regionais, as Divisões de Seleção de Ensino, Secção Técnica, Secções de Contabilidade, Controle de Materiais, Cadastro de Contribuintes, Serviço de levantamento de operariado dos principais cidades dos Estados e as respectivas concentrações industriais brasileiras. A parte considerada de suma importância, a cargo das Divisões mencionadas, foram relacionadas com os estudos de concentração industrial onde se construíram escolas dos tipos de indústrias das cidades, bem como a organização de programas e séries metódicas, isto, porém, havia sido suprida pelo Departamento Nacional. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:1)

Diante disso, a direção de cada Departamento Regional seria entregue a um diretor, de comprovada competência e de nomeação do Presidente do Conselho Regional, sujeito, porém, o ato à homologação do Presidente do Conselho Nacional. Havia ainda, além dos cuidados a respeito da nomeação de servidores e dos cuidados com os recursos da instituição, as disposições gerais e transitórias. Entre estas últimas, estava incluída uma referência à nomeação dos diretores regionais que fossem julgados necessários no momento. Sendo assim, em cumprimento àquele dispositivo eram nomeados, a 11 de agosto de 1942, João Lüderitz para dirigir o Departamento Nacional e Joaquim farias Góes Filho para diretor do

departamento regional do Distrito Federal e, também, foi assinada a nomeação de Roberto Mange para cargo de Diretor do Departamento Regional de São Paulo. (FONSECA, 1986:31)

A ação do SENAI, porém, estava adstrita às empresas industriais, encaradas pelo aspecto que lhe dava o enquadramento sindical existente na época, ou seja, como estava previsto pelo Decreto-lei nº 4.481 de julho de 1942, que dispunha sobre a aprendizagem dos industriários, estabelecendo deveres dos empregadores e dos aprendizes relativamente a essa aprendizagem industrial e das outras providências. (MEMÓRIA SENAI 1346, 1943:6) Portanto, não abrangia a preparação dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. A Lei Orgânica do Ensino Industrial, entretanto, era extensiva, também a eles e se tornava necessário achar uma solução que viesse atender aos aprendizes das empresas daqueles tipos. Deixar que cada uma instituísse a sua escola ou o seu curso poderia dar lugar a divergências de orientação com evidente falta de unidade de pensamento. Tendo em vista de que o momento era para todos os setores se reformularem qualitativamente seus encargos, conseqüentemente, tornou-se necessário modificar o Regimento, de modo a permitir que os órgãos representativos das empresas de transportes, comércio e pesca, tivessem representação no Conselho Nacional de e Regionais de Ensino Profissional. Para esse fim, apareceu o Decreto-lei nº 10.887, de 21 de novembro de 1942, para melhor ampliar o âmbito de ação do SENAI, de forma a fazer com que atendesse também às empresas que, antes, não lhe estavam afetas. Surgiu também, anteriormente a este, o Decreto-lei nº 4.936, de 7 de novembro de 1942, pelo qual era aumentado a tarefa daquela instituição, que passaria a chamar-se não mais Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mas Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, nome a ser mantido dali pra frente. (MEMÓRIA SENAI 1346, 1943:9)

Em conseqüência daquele momento de encargos, tornou-se necessário modificar o Regimento, de modo a permitir que os órgãos representativos das empresas de transportes, de comunicações e pesca, tivessem representação no Conselho Nacional e nos regionais. Para esse fim, apareceu o Decreto-lei 10.887, de 21 de novembro de 1942 que, junto ao Decreto-lei 4.984 de 21 de novembro de 1942 faziam disposição sobre a aprendizagem nos estabelecimentos industriais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que dispusessem de organização permanente e tivessem mais de cem empregados, pois as autoridades

governamentais ainda não haviam percebido que o artigo 69, da Lei Orgânica do Ensino Industrial, atribuía aos estabelecimentos oficiais os mesmo deveres, quanto à aprendizagem, que tinham as empresas particulares. (MEMÓRIA SENAI 1346, 1943:11) O quadro apresentava-se, pois, contaminado de certa incoerência, e aqui se pode fazer uma crítica ao governo, que legislava para a indústria particular, sendo que não fazia suas próprias dependências cumprirem aquilo a que se deveriam sujeitar os estabelecimentos fabris. (FONSECA, 1986:32)

Contudo, se analisarmos melhor a legislação em que se apóia o ulterior desenvolvimento do SENAI, que a esta altura encontra-se quase lançada, notaremos a falta da definição legal do que se deveria entender por aprendiz. Faltava, contudo, dar a definição legal do que se deveria entender por aprendiz. Então, a 15 de dezembro de 1942, o Decreto-lei 5.901 esclarecia a dúvida. Aprendiz, para os efeitos da legislação do ensino, seria o trabalhador menor de 18 anos, (MEMÓRIA SENAI 1346, 1943:13) esta definição foi, aliás, mantida mais tarde pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Convém, uma vez que seja citado, que se considere, em nível de legislação, analisar a presença do SENAI na CLT, já que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio tem sua parcela na tomada de medidas, fiscalização da instituição de ensino fabril, podendo ainda escolher um representante sem a necessidade de especificar cargo. (LOPES, 1982:146) Na legislação trabalhista, o SENAI parece que recebeu um certo apoio que lhe faltava. A referência ao ensino profissionalizante surge na CLT, com efeito, sobre as obrigações dos empregadores e, quando o Governo Federal baixou, através do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o documento conhecido como Consolidação das Leis do Trabalho, transpôs para o mesmo os dispositivos fundamentais da legislação do SENAI.²⁵

Entretanto, houve dificuldades para ser implantada e cumprida, a legislação referente à aprendizagem industrial. Mais tarde, em 1946, o Governo teria que

²⁵ O artigo da Consolidação das Leis do Trabalho a respeito dos dispositivos fundamentais da legislação do SENAI está no Título III, Capítulo IV, Seção IV e seria: Art. 429 – Os estabelecimentos industriais de qualquer natureza, inclusive de transportes, comunicações e pesca, são obrigados a empregar e matricular nos cursos mantidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial: a) um número de aprendizes equivalente a cinco por cento no mínimo dos operários existentes em cada estabelecimento e cujos ofícios demandem formação profissional; e ainda um número de trabalhadores menores que será fixado pelo Conselho Nacional do SENAI e que não excederá a três por cento dos empregadores de todas as categorias em serviço em cada estabelecimento. Parágrafo único – As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o primeiro item deste artigo, darão lugar à admissão de um aprendiz.

alterar e completar o Decreto-lei nº 4.481, de 16 de julho de 1942, acrescentando do Decreto-lei 9.576, que suprimia da obrigatoriedade de as empresas empregarem e matricularem no SENAI os trabalhadores menores, até 3% do total de empregados de cada estabelecimento, mantendo a obrigação somente para os aprendizes, isto é, menores entre 14 a 18 anos empregados e sujeitos à formação profissional. O percentual de aprendizes, fixado em 5 % no Decreto-lei nº 4.481, foi elevado para o mínimo de 5 e máximo de 15 por cento dos operários existentes em cada estabelecimento, cujos ofícios demandassem formação profissional. (FONSECA, 1986:32)

Nos casos de dificuldades, por parte de algumas empresas, em conseguir aprendizes para seus estabelecimentos, caberia ao SENAI o dever de procurar e oferecer os aprendizes necessários a serem admitidos pelos empregadores, que não poderiam recusar sob penas da lei, ficando, entretanto, os estabelecimentos isentos de multa na hipótese do SENAI deixar de exercer essa função supletiva. (MEMÓRIA SENAI 1346, 1943:5) Para essa situação, o Departamento Nacional do SENAI havia criado, através da Instrução de Serviço nº 13, de 15 de julho de 1944, que aprovava o Regimento das Escolas de Aprendizagem, a permissão da matrícula de aspirantes à indústria, ou seja, menores não empregados, entre 14 e 16 anos, nos cursos de suas escolas em cidades onde não houvesse estabelecimento de ensino industrial.

Contudo, ao que parece, a situação do SENAI ainda era complicada para dar uma arrancada definitiva, sendo que para alguns industriários brasileiros da época, eram necessárias algumas medidas iniciais em nível de exceção, tal como fora previsto pela Portaria Ministerial nº 36-A assinada pelo Ministro Gustavo Capanema, em 15 de janeiro de 1943, dispondo sobre a dispensa da contribuição prevista como base da organização do SENAI. (MEMÓRIA SENAI 1346, 1943:17) Estava dado o passo para a regularização de uma situação que não devia perdurar, ou seja, o ato serviu, aliás sem querer, para dar rótulo às escolas de aprendizagem financiadas e organizadas diretamente por algumas grandes empresas, pois o próprio SENAI passou a chamá-las “escolas de isenção”, dispensando-as, assim, das que montava sob ação direta, em todo o país. (FONSECA, 1986:33)

Fixados os dispositivos que davam uma estrutura ao SENAI, assim como lhe permitiam uma base econômica, tornava-se necessário passar ao campo das realizações práticas, com o início da aprendizagem. Para isso, entretanto, ainda

certas providências preliminares se impunham. Cumpria fixar um panorama da indústria nacional, com o levantamento de um cadastro do qual contassem a localização e a natureza dos diferentes estabelecimentos industriais, assim como o número de empregados existentes em cada um deles. Desse serviço incubiu-se o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), servindo-se do seu recenseamento correspondente ao ano de 1942.

Para se ter uma idéia da dimensão dos dados necessários para construção de uma escola do SENAI pegou-se como exemplo o Relatório do Departamento Regional do Rio Grande do Sul, contendo uma série de itens levantados a partir de um levantamento realizado por um grupo de auxiliares que estiveram em São Paulo para conhecer a organização das divisões de ensino e seleção. A coleta destes dados gerou um histórico que contou com a ajuda do Departamento de Estudos do Estado de São Paulo, de repartições federais e estaduais, IAPI, Prefeituras, associações industriais e comerciais. De acordo com o Relatório dos trabalhos realizados no ano de 1945 apresentados pela Diretoria do Departamento Regional, o SENAI levou a efeito este estudo estatístico relativo às seguintes questões:

- Grandeza, em número, da população operária do Estado;
- Distribuição dessa população pelas zonas e cidades do Estado;
- Distribuição dos operários nas indústrias, relativamente à idade e sexo;
- Distribuição, quanto à qualificação;
- Distribuição, quanto aos ofícios;
- Distribuição da indústria por seus ramos de atividade;
- Solicitações de mão-de-obra nos diversos ramos de indústria.

(MEMÓRIA SENAI 538, 1945:1-2)

Embora o levantamento dos itens, para a realização do referido histórico, tenha sido feita por auxiliares, a orientação, para efeito de causa, passou pela direção de industriários importantes, membros do Departamento Nacional, tendo como diretor, Caleb Leal Marques, então, presidente do Centro da Indústria Fabril e Federação das Indústrias. Segundo o Relatório dos trabalhos realizados, conseguiram-se, “após alguns meses de trabalho, respostas para esses itens que contou com vários industriais que nos louvaram com o seu apoio e auxílio, tratando

de determinar qual a melhor orientação a seguir nos trabalhos do SENAI". (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:2)

No que diz respeito à localização das escolas nas respectivas cidades relacionadas por região, citadas a acima, foi ela objeto de estudos estatísticos, levando em conta, para esse estudo, não apenas a localização das fábricas, mas, principalmente, a dos bairros residenciais de operariado. Enquanto isso, a cargo desse propósito, ficaram os Departamentos e Delegacias Regionais, que tratavam da aquisição dos terrenos onde pudessem ser constituídas as escolas definitivas, projetadas com a finalidade de estar de acordo com as exigências do ensino industrial. (FONSECA, 1986:35) Para cada cidade mencionada foi realizado um levantamento baseado no cadastro relativo às localizações. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:2) O objetivo disso, era o de escolher terrenos, para a construção de escolas próximas às moradias e às fábricas, tendo para isso, como exemplo da participação governamental na formação do SENAI, as prefeituras facilitado a desapropriação dos locais de preferência, escolhidos de acordo com o levantamento. Cabe ressaltar a evidente participação das prefeituras para este fim, documentado no item 12 do Relatório, como ocorreu em alguns centros urbanos industriais no estado do Rio Grande do Sul:

Tão valioso auxílio facilitou-nos sobremaneira acertada localização. Apenas indicado os melhores terrenos, foram eles desapropriados ou comprados, imediatamente, pelas Prefeituras de Caxias do Sul, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Rio Grande, para serem dosados ao SENAI. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:2)

Mas, em alguns casos, pode-se contar com a cooperação dos próprios industriários, como a iniciativa de A. J. Renner, que, em Porto Alegre, teve um dos locais escolhidos próximo aos terrenos pertencentes aos do industrial, que vieram a ser o local das instalações da Escola Visconde de Mauá, sede do primeiro SENAI com prédio próprio do Brasil. Mesmo assim, quando houve a necessidade de ampliação da escola, o industrial fez nova doação, completando, desta maneira, o terreno, totalizando uma área de 7821,95 m² no bairro Navegantes da capital gaúcha. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:5)

Em alguns casos, por necessidade, o SENAI teve que minimizar as dificuldades iniciais para o começo dos cursos, devido à estrutura de algumas empresas para conter seus alunos ou nos casos de falta de recursos para o começo

das obras dos prédios da instituição de ensino. Segundo Fonseca, “o estudo dos pontos onde deviam ser localizadas as escolas e, em seguida, as providências para sua instalação, não contavam ainda com prédios próprios, que só aos poucos foram surgindo, fazendo funcionar, inicialmente, seu ensino em escolas oficiais existentes mediante acordo com autoridades competentes, ou imóveis alugados para instalação dos cursos”. (FONSECA, 1986:34) Porém, ainda havia, segundo o Relatório de 1944, item 10, ao que parece, certa preocupação com o prazo de construção das escolas e a aquisição dos equipamentos, isto é, do maquinário, móveis e ferramentas de consumo. (MEMÓRIA SENAI 538, 1944:4) Para as aulas práticas, em alguns casos, as instalações de oficinas, tais como fundição, forjas, ajustagem, eletricidade e carpintaria foram executadas pelos próprios mestres quando em período de formação. Mas também, ao que parece, havia um provável fim de iniciar os mestres da instituição, inserindo-os no processo prático de ensino, para adaptá-los à metodologia de ensino do SENAI, mesmo assim, como veremos mais adiante, houve dificuldades quanto à qualificação dos mestres para os cursos de profissionalização. Segundo o Relatório de 1945, durante a construção das máquinas (já que a aquisição destas estava prejudicada devido à guerra) e instalações dos demais equipamentos, foi necessário que os próprios docentes o fizessem, não só para que se tivesse a oportunidade de dar trabalhos de importância aos mestres, mas, também, por questão de economia e eficiência. Contudo, ainda, para exemplificar as dificuldades passadas para a realização das instalações, principalmente no setor da fundição, não poderiam ser obtidas com a perfeição desejada e a baixo preço pelo qual fora conseguido pela administração, como se as tivesse conseguido prontas, por isso também professores foram usados para o começo dos trabalhos. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:15)

Contudo, o SENAI ainda precisava determinar quais os ofícios que seriam cursados, juntamente com suas respectivas propostas pedagógicas, de acordo com o potencial industrial de cada região. Para isso, o SENAI procurou determinar quais os ofícios que deveriam ser considerados como qualificados, pois, para eles, devia voltar sua atenção, uma vez que a legislação previa, aos cursos de aprendizagem, atender justamente a determinada espécie de ofício. Pois a legislação prevista no Decreto-lei 4.481, de 16 de julho de 1942, sobre a aprendizagem dos industriários, que estabelecia deveres dos empregadores e dos aprendizes relativamente à aprendizagem, determinava que as atividades deveriam ser realizadas, para a

conveniência de formar profissionais tendo o estudo das disciplinas essenciais à preparação geral, ou seja, as práticas ministradas deveriam conter, em suas disciplinas técnicas relativas à profissão escolhida, à operação prática do mesmo ofício. (MEMÓRIA SENAI 1346, 1943:6)

Por isso, então, que os cursos para aprendizes e trabalhadores menores só puderam ser instalados mais tarde, tendo, além disso, sido inaugurados em prédios impróprios sem que pudessem incluir o ensino prático, em oficinas especiais, pois as acomodações utilizadas não permitiam que isso se realizasse. Assim, o começo dos cursos de aprendizagem contariam, apenas, com aulas teóricas de cultura geral, bem como de tecnologia e de desenho técnico. Posteriormente foram sendo postos em funcionamento as primeiras oficinas de aprendizagem para atender a um número reduzido de menores. (FONSECA, 1986:34)

Havia ainda, as dificuldades, relativas à freqüência e a renovação dos alunos, que, segundo o Relatório da instituição de ensino profissional, encaminhado à Direção Regional, “seria muito mais difícil solucionar por ainda estarem muito distantes da eficiência desejada a atingir”. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:12) Por exemplo, com a relação aos programas de ensino e séries metódicas o SENAI teve, também, a princípio, grandes dificuldades, pois havia apenas programas provisórios. Somente aos poucos a instituição foi recebendo, do Departamento Nacional e do Departamento Regional de São Paulo, todos os programas que se faziam necessários e, somente ao findar de 1945 pode-se considerar um ponto satisfatório. Segundo o Relatório, “todos os programas e séries se revelaram muito bem adaptados às finalidades, embora, naturalmente fossem ainda suscetíveis de pequenas melhoras, o que, aliás, tinham sido feitas continuamente pelo Departamento Nacional”. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:12)

Diante disso, foram montados programas que, em quase todos os casos, seguiram os programas vindos do Departamento Nacional e do Departamento Regional de São Paulo. Entretanto, teria havido a necessidade de acrescentar alguns pontos aos referidos programas, sem que fosse necessário modificar a sua estrutura básica. O que teria implicado, da mesma forma, que as séries metódicas fossem adotadas com pequenas modificações que deveriam ser introduzidas, por que eram insuficientes em número. (MEMÓRIA SENAI 538, 1944:6) A exemplo disso, na Escola Visconde de Mauá, as atividades iniciadas oficialmente em 5 de abril de 1944, com a instalação de 4 cursos para trabalhadores menores (CTM), sendo dois

de alunos do sexo masculino, com 111 menores e outros dois, do sexo feminino, com 49 alunas, não teriam sido concluídos nenhum dos cursos existentes. Ao que parece, a Direção observou problemas relacionados com o baixo nível cultural do operariado local.

Contudo, o desejo era dos cursos jamais se dissociarem, pois se acreditava que os setores de trabalho ou áreas funcionais abrangiam não apenas uma ocupação, mas, geralmente, as ocupações apareciam associadas com outras e eram do conjunto dessas ocupações que vinham as consecuições dos objetivos finais, isto é, a fabricação de um produto ou das partes que compõem o produto completo. Por isso, os elementos interdependentes, por conterem, por exemplo, os trabalhos práticos deveriam obedecer a uma seriação metódica e toda a relação das instruções teria que girar em torno das necessidades apontadas pela prática profissional. Para tanto, como critério de elaboração dos programas comprometidos com a análise ocupacional que, por conseguinte, permitiriam que as sessões de estudos proporcionassem aos educandos a compreensão cabal das operações realizadas na oficina e, por outro lado, que as oficinas dessem forma concreta aos ensinamentos constantes dos quadros analíticos quando, por exemplo, um torneiro mecânico deveria ler e interpretar o desenho correspondente à peça que iria executar, deveria fazer os cálculos para determinar avanços da ferramenta, ler gráficos ou consultar tabelas de frequência, necessitaria conhecer os ângulos de ferramentas de corte ou selecionar o fluido mais conveniente para o material a ser usinado.

Tanto na área de prática profissional como na de instrução relacionada²⁶, adota-se o método de instrução individual através da técnica do estudo dirigido - para o qual se dispõe material didático adequado e a avaliação de rendimento escolar seja feita mediante conceitos,²⁷ conforme concepção pedagógica atualizada. (FARIA, 1969:51)

²⁶ A Instrução Relacionada compreendia as disciplinas de Português, Matemática, Ciências e Desenho.

²⁷ O estudo dirigido era uma técnica que visava proporcionar ao aprendiz hábitos de trabalho mental, atitudes favoráveis ao ensino, reflexão e senso crítico. O objetivo deste estudo era pôr em evidência o modo como o aprendiz aprendia, ensinando-o a raciocinar antes da execução da tarefa, levando-o a aprender por si mesmo e, deste modo, prepará-lo para atuar nas demais fases do desenvolvimento da aprendizagem. Sua avaliação consistia na observação de todo o trabalho implícito na execução da tarefa, ou seja, sua elaboração, a compreensão do conteúdo das Folhas Individuais de Instrução (material didático com o conteúdo da Instrução Relacionada), a transferência do conteúdo tecnológico para a aplicação prática, o correto uso das ferramentas, o manejo da máquina, a iniciativa do aprendiz, seu comportamento anti-falhas ou dúvidas.

Para isso, a orientação educacional, exigida pelo governo federal, era instituir em cada escola industrial ou escola técnica, a busca pela aplicação de processos pedagógicos adequados, em face da personalidade de cada aluno, e de seus problemas, não só a necessária correção e encaminhamento, mas ainda a elevação das qualidades morais. Junto a isso, a orientação educacional estava incumbida de promover, com o auxílio da direção escolar, a organização e o desenvolvimento, entre os alunos, de instituições escolares, tais como as cooperativas, as revistas e jornais, os clubes ou grêmios, criando, na vida dessas instituições, num regime de autonomia, as condições favoráveis à educação social dos escolares. Cabia ainda, a orientação educacional velar no sentido de que o estudo e o descanso dos alunos decorressem em termos da maior conveniência pedagógica.²⁸ (FARIA, 1969:53)

Entretanto, a situação decorrente do estado de guerra em que se achava o Brasil, obrigou o SENAI a inverter a ordem com que deveria iniciar seu ensino. Ao invés de começar pelos aprendizes – o que constituiria sua finalidade precípua – se via forçado a começá-lo por aquele que cogitasse a melhoria dos conhecimentos especializados dos empregados adultos da indústria, de acordo, aliás, com o plano estabelecido pela Comissão de Ensino Industrial de Emergência. (FONSECA, 1986:34)

A formulação da proposta pedagógica do SENAI teria vindo de alguma experiência anterior no que diz respeito ao ensino industrial? Da onde viria tal inspiração para sua criação? A experiência viria do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional de São Paulo, implantado em 1924, servindo de modelo pedagógico e estrutural para criação do SENAI. A Escola Profissional de Mecânica, sob a orientação do Engenheiro Roberto Mange, anexada ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, era uma escola especializada, aplicando os métodos de ensino profissional surgidos após a Primeira Guerra Mundial, por isso já possuía seu Serviço de Psicotécnica,²⁹ que também já era aplicada na formação do pessoal

²⁸ Artigos 50, 51, 52 da lei Orgânica do Ensino Industrial, de 30 de janeiro, de 1942.

²⁹ No Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, em 1925, utilizou os testes de Giese com a finalidade de selecionar alunos para o Curso de Mecânica Prática, base para seu projeto de "aprendizagem racional", que se caracterizaria pela rapidez, economia e eficiência. Nessa perspectiva, realizou extenso trabalho nas seguintes instituições: Estrada de Ferro Sorocabana; Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, um dos centros de difusão da Psicologia Industrial; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI (participando de sua organização e direção), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e outras. No SENAI, implantou o Serviço de Psicotécnica e seu respectivo laboratório; idealizou e implantou os Cursos Vocacionais, que tinham na Psicotécnica uma de suas bases de sustentação.

ferroviário por acordo estabelecido com as principais estradas de ferro do Estado. As empresas ferroviárias, São Paulo Railway, E. F. Sorocaba, Cia. Paulista e Cia. Mogiana destacavam anualmente, cada uma, por sua conta, dois aprendizes para que viessem à capital paulista freqüentar um curso de duração de quatro anos. A intenção dos criadores era, segundo seus moldes, de formar o profissional ideal, capacitado a partir de características natas, ou seja, profissionais que tivessem as características dos trabalhadores empenhados nos objetivos das empresas. Para Celso Suckow da Fonseca, com “a implantação da psicotécnica seriam matriculados os mais capazes, os que apresentassem melhores índices de eficiência, aqueles que melhores aptidões específicas revelassem para a aprendizagem do ofício e para a sua posterior utilização no trabalho das fábricas”. (FONSECA, 1986:200)

Para isso, o ensino industrial ficaria atento para o detalhe de não encher suas escolas com qualquer tipo de aluno. De agora em diante, eles seriam selecionados, rejeitando, portanto, os que não apresentassem aptidões para os cargos técnicos. Isso talvez por acreditarem os industriários brasileiros que, com esta medida, projetariam o futuro, teriam os benefícios pela formação de uma verdadeira elite de trabalhadores para a indústria. Antes da criação do SENAI já se fazia algo semelhante nas empresas ferroviárias que, interessadas no funcionamento desse curso, designaram um responsável pelo acompanhamento e orientação dos aprendizes, e, ainda, no intuito de estabelecer uma aproximação com a realidade dos trabalhos de reparação de material rodante, foram instituídos estágios de prática nas oficinas da antiga São Paulo Railway, na Lapa. Assim, durante alguns anos, um grupo de aprendizes ferroviários recebeu formação profissional em curso metódico. Para Fonseca, “a influência do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional de São Paulo, alterava a finalidade dos estabelecimentos de ensino de ofícios, que se não destinariam, daí por diante, a dar instrução aos pobres, porém cuidariam de aproveitar os mais aptos”. (FONSECA, 1986:200)

A partir disso, sob a orientação do IDORT, com a finalidade de instituir um órgão coordenador que estivesse de acordo com os fins de organizar a produtividade racionalmente, foi criado em 1934, o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), como entidade central, mantida pelas empresas ferroviárias em colaboração com as Secretarias do Estado de São Paulo. O Ato estadual de 1934 estabelecia a forma de cooperação do governo estadual com as instituições de ensino ferroviário que o CFESP organizasse e determinasse o auxílio

em pessoal para seu funcionamento. O Centro seria administrado por uma Comissão Superior composta de representantes das Secretarias de Viação e da Educação e das Estradas de Ferro, cabendo a chefia dos serviços a um diretor nomeado por essa comissão.

Tratava-se, assim, de uma entidade essencialmente técnica, que, promovia e coordenava os empreendimentos enquadrados em sua finalidade, ou seja, a de permitir a realização de objetivos como a unificação dos métodos racionais de ensino ferroviário e de seleção de pessoal, ao rápido controle estatístico da eficiência desses mesmos métodos, graças ao grande número de dados que determinavam índices relativos às condições psicofísicas e de aptidão profissional, características de cada núcleo de população ferroviária e o equilíbrio quantitativo dos elementos formados pelas estradas, tendo em vista as necessidades específicas de cada uma. Contudo, havia dois princípios a reger os trabalhos CFESP:

1º) formação profissional intimamente ligada à realidade industrial das ocupações ferroviárias e completada pelo aperfeiçoamento das qualidades pessoais, tanto físicas, como intelectuais e morais;

2º) seleção profissional baseada no estudo de todos os elementos capazes de proporcionar o conhecimento das características individuais de ordem psicofísica e de aptidão funcional, integrados, quanto possível, pelos traços característicos e de adaptação ao trabalho. (FONSECA, 1986:451)

A partir disso, o CFESP, sob a forma de cooperação entre as estradas de ferro e o Governo de São Paulo, tornou-se importante para a história do SENAI, fornecendo a inspiração pelas bases metódicas de aprendizagem para cada ofício. Entretanto, havia um pormenor no CFESP, considerando a formação proporcionada nas escolas ferroviárias ligadas a ele, como foi constatado por Fonseca, quanto formação profissional que ensinava aos aprendizes o uso correto de máquinas e ferramentas e a transmissão de conhecimentos teórico-técnicos. O autor faz referência à consciência dos elementos diretores do CFESP, que “julgava ser necessário dar aos alunos educação física, e cívica, assistência médica, assim como exercer uma constante vigilância sobre suas manifestações isoladas ou coletivas, de modo a poder corrigir suas falhas ou desajustamentos e a lhes dar a noção do papel que iriam desempenhar na coletividade, assim como o conhecimento de seus

deveres para com a empresa em que tivessem que trabalhar, a família e a Nação”. (FONSECA, 1986:451-452)

Em síntese, como podemos observar ao longo deste capítulo, trabalhamos atentos para participação da iniciativa particular advinda dos industriários, como principais investidores e interessados na formação de operários especializados. Por outro lado, não poderíamos excluir, de maneira alguma, a participação do Estado legislando a criação do SENAI inserindo como principal órgão regulamentador da organização do ensino industrial em todo o país. Se considerarmos os antecedentes históricos do ensino industrial brasileiros, veremos o quanto a estrutura oferecida a esta instituição de ensino trouxe melhorias circunstanciais, pois foi diante desse fator que tanto o Ministério da Educação e Saúde, do Trabalho, Indústria e Comércio e da Federação das Indústrias não abriram mão de estar em evidência quando a consagração das metas fossem alcançadas. Todavia, apesar de toda a ambição do Ministério da Educação de regular através de medidas visando uma sistematização de ensino voltada para a estruturação da sociedade, foram o Ministério do Trabalho, e junto com a Federação das Indústrias, que tiveram a proposta mais forte, com um sistema profissionalizante de ensino mais pragmático, mais ajustado a seus interesses imediatos e livres de tutela ministerial. No próximo capítulo abordaremos as práticas e relações de trabalho dentro das escolas do SENAI, enfatizando os meios de funcionamento e formação de profissionais das áreas industriais.

3 PRÁTICAS E RELAÇÕES DE TRABALHO NO SENAI

3.1 ADMINISTRAÇÃO E VINCULAÇÃO AOS MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE E DO TRABALHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

As transformações na educação profissional embora tivessem se dado nos seus diversos ramos – industrial, comercial, e agrícola –, focalizamos apenas o ensino industrial, dada a sua importância no contexto do processo de desenvolvimento verificado no Brasil a partir de 1930. Podemos dizer que o ensino industrial passou a assumir um papel importante na formação de mão-de-obra, sendo que a partir das transformações que se operaram, principalmente a partir de 1942, verificamos que ele pode ser dividido em dois ramos: um que compreendia a aprendizagem que ficava sob o controle patronal, ligado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e um outro ramo que estava sob a responsabilidade direta do Ministério da Educação e Saúde, que era constituído pelo ensino industrial básico. O SENAI, criado pelo governo de Getúlio Vargas em 1942, em convênio com o setor industrial e representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), nasceu a partir das exigências da expansão industrial brasileira, que demandava uma formação mínima do operariado, que teria de ser feita de modo mais rápido e mais prático.

Essa rede de ensino de âmbito empresarial paralela ao sistema oficial foi implantada com vistas a organizar e administrar as escolas de aprendizagem industrial em todo o país. Sob a direção da CNI, oferecia cursos de curta duração com o objetivo de promover a preparação dos aprendizes menores para se inserirem nas indústrias e cursos de formação continuada para trabalhadores não sujeitos à aprendizagem. O Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, estabelecia que a manutenção do SENAI seria feita pelos estabelecimentos industriais, que seriam obrigados ao pagamento de uma contribuição mensal destinada às escolas de aprendizagem, sendo que a arrecadação dessa contribuição deveria ser feita pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e repassada ao SENAI. Para o começo das atividades os industriários utilizaram como modelo para a implantação do novo sistema de aprendizagem o Centro Ferroviário de Ensino e

Seleção Profissional (CFESP), de São Paulo. A partir daí, os cursos do ensino industrial ganharam os conteúdos teórico, geral e técnico de formação da mão-de-obra especializada necessária para as atividades dos diferentes ramos industriais.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial teve o começo de suas atividades demarcadas pelo Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e tinha como metas organizar e administrar, em todo o Brasil, centros de formação profissional. Sua criação adveio da própria necessidade da indústria, que se via às voltas com a situação de emergência motivada pelo conflito mundial de 1939-1945 e que, por isso, ansiava por trabalhadores capacitados para renovar a sua mão-de-obra e, principalmente, para o desempenho de funções que exigiam formação específica. Inicialmente, o SENAI ramificou-se por todo o país com a função de determinar a gradual nacionalização da mão-de-obra fabril, devido à interrupção da vinda de operários especializados que imigravam do estrangeiro, imposta pela Segunda Guerra Mundial.

É o SENAI uma entidade de direito privado e como tal, era mantida e administrada pela própria indústria, dispondo de uma administração central de planejamento, coordenação e controle, através dos Conselhos e Departamentos Nacionais, articulados com os Departamentos Regionais, para a realização de suas operações. Os centros de formação profissional eram instalados onde se registravam as maiores concentrações industriais, sendo seus cursos escolhidos conforme as necessidades qualitativas e quantitativas de mão-de-obra empregada pelas empresas das regiões resultantes dos levantamentos ocupacionais.

Com isso, a partir dos levantamentos realizados pelos centros de formação profissional, tinha-se como objetivo determinar e conhecer as necessidades a respeito da qualificação técnica dos centros industriais urbanos. Para isso, verificava-se o grau de preparo dos diferentes tipos de mão-de-obra bem como a identificação das máquinas, ferramentas e materiais empregados na indústria local. A partir daí, os cursos do SENAI recebiam suas finalidades, proporcionando formação, aperfeiçoamento e treinamento de operários voltados para o parque industrial, na busca de orientar e assistir os industriais nos trabalhos de preparação de seus aprendizes tendo, inicialmente, como local de aprendizagem o próprio posto de trabalho ou no centro de formação profissional. (FARIA, 1969:16)

Após o procedimento de classificação do potencial industrial de cada região do país, o SENAI daria seguimento aos objetivos de seu sistema de ensino,

realizando nas escolas instaladas e mantidas pela instituição ou sob forma de cooperação, a aprendizagem industrial a que estão obrigadas as empresas de categorias econômicas sob sua jurisdição. Dentre outros objetivos, a instituição assistia os empregados na elaboração e execução de programas gerais de treinamento do pessoal dos diversos níveis de qualificação e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego que melhorasse o produto final, proporcionando aos trabalhadores industriais maiores de 18 anos a oportunidade complementar, em cursos de curta duração, a formação profissional parcialmente adquirida no local de trabalho. Havia ainda a concessão de bolsas de estudo para trabalhadores ou aprendizes que tivessem o perfil exigido pelos padrões de qualificação industrial do momento, ou seja, aqueles mais talentosos segundo as exigências, podendo com isso vir a estudar e trabalhar nos grandes centros industriais, mais o de aperfeiçoamento pessoal de direção e a empregados de excepcional valor das empresas contribuintes, bem como a professores, instrutores, administradores e servidores do próprio SENAI. Ainda como objetivo, o SENAI deveria cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria e atividades assemelhadas. (BOLOGNA, 1969:43)

Porém, devemos assinalar que, inicialmente, para inaugurar uma escola nova ela deveria passar pela bateria de critérios para a sua instalação, embora como já constatamos para outras determinadas situações além desta, a existência de casos que não bastaram apenas os critérios baseados nos levantamentos dos Departamentos Regionais, como num caso peculiar a respeito de um pedido para a criação de uma escola de ensino técnico na cidade de Pindorama, no Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1943. A resposta do Departamento Regional veio através do destacamento de um serventário para verificar a situação da localidade bem como das indústrias, e opinar a respeito da instalação de cursos no município. Do respectivo relatório elaborado pelo funcionário fora verificado:

Não convém ao SENAI implantar em Pindorama qualquer atividade que possa ser considerada normal, pois, como é natural, outras localidades, mais propensas com mais elevado índice de contribuição não achariam justos tal iniciativa. Assim, conclui-se que não é possível manter cursos ordinários em Pindorama devido ao seguinte: I) – Arrecadação muito baixa; II) – falta de aprendizes menores para um plano de ensino ordinário; III) – despesas que seriam exageradas para as possibilidades da indústria de Pindorama; IV) – que não devemos atender a localidade de fraca concentração industrial antes das demais, cuja importância justificará

qualquer trabalho nosso, mesmo em localidades distantes. (MEMÓRIA SENAI 538, 1944:5)

Posteriormente foi endereçado ao engenheiro Walter Faulhaber, interessado e também responsável pelo pedido de implantação dos cursos técnicos no município, uma extensa correspondência dizendo informar que o pedido de isenção que as indústrias pleiteavam não seria viável, em vista da diminuta arrecadação. Mas o Departamento Regional sugeriu, entretanto, orientar a organização de um curso naquela localidade, sob as seguintes condições:

As expensas da indústria de Pindorama seria instalada uma Escola, correndo todas as despesas, inclusive pagamento do pessoal, por sua conta. O SENAI despenderia, com tal Escola, tudo quanto se relacionasse com programas e orientação, bem como as despesas derivadas de nossos fiscais. Tais despesas seriam, evidentemente maiores que a arrecadação. Os serventuários, inclusive professores e instrutores, sem serem empregados do SENAI, somente seriam admitidos com a nossa aprovação. Solicitamos ao Sr. Faulhaber, para, caso concordasse com a proposta, comunicar-nos imediatamente. Não recebemos o pronunciamento do referido senhor. (MEMÓRIA SENAI 538, 1944:5)

Com isso, deduzimos que não havia a abertura de facilidades para a instalação de cursos profissionais, e que os critérios não atendidos prontamente descartavam as possibilidades de criá-los. Porém, não podemos deixar de frisar, que havia sempre a possibilidade, de uma maneira ou de outra, de encontrar meios de contornar determinadas realidades na busca de fornecer as condições de algumas fábricas ou ramos industriais para terem seus cursos em benefício próprio. Meios que, poderiam, como caso acima tomado como exemplo, de sugerir medidas que fossem pela via da iniciativa privada local de determinados municípios como este de Pindorama. Isso, para o SENAI, talvez fosse, naquele momento a melhor maneira de prestar, segundo as condições possíveis, a garantia de sua participação especializada no atendimento aos cursos profissionalizantes de localidades próximas ou distantes dos principais centros industriais.

Com a instituição do SENAI para melhor administrar e organizar, em todo o país, as escolas de aprendizagem das empresas particulares foram mantidas como escolas de aprendizagem industrial anexas aos estabelecimentos industriais ou nas suas proximidades, destinadas aos aprendizes e demais trabalhadores dos estabelecimentos fabris. Ao SENAI seria subordinado também o Ensino Ferroviário, destinado aos aprendizes e empregados das estradas de ferro particulares do país,

o qual seria orientado por órgão especial, a Divisão de Transportes. (CARVALHO, 1949:86) Além das escolas de aprendizagem que se destinavam a formação de artífices, algumas indústrias necessitavam também de escolas de nível mais elevado para a formação de especialistas de maior preparo técnico. Para isso, servindo de exemplo dessa situação, criaram-se as escolas técnicas para as indústrias têxteis e químicas, que necessitavam desse tipo de técnico mais do que de outros trabalhadores de nível elementar. Por outro lado, com vantagens para a indústria e para os jovens profissionais, há conveniência em assegurar aos graduados em escolas superiores de Química Industrial e de Engenharia, um período de especialização nos setores de produção que utilizam técnicos de nível superior.³⁰

Para isso, a escola Técnica de Indústria Química e Têxtil do SENAI, criada nos termos do Decreto-lei nº 5.222, de 23 de janeiro de 1943, tinha em vista solucionar o problema dentro das contingências do meio industrial destes setores. Nela foram instalados os cursos de formação de técnicos Têxteis, e os de especialização de Engenheiros e Químicos Industriais. É reconhecida pelo Governo Federal, sendo, por conseguinte, seus diplomas válidos oficialmente em todo o território nacional. (CARVALHO, 1949:86)

Para criação do SENAI tomou-se como inspiração o CFESP³¹ das estradas de ferro brasileiras devido à experiência positiva como centro de formação de mão-de-obra especializada tendo como idealizadores Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, então representantes dos industriários. Por outro lado, havia a participação de uma Comissão Interministerial, constituída pelo Governo da União que vinha estudando o problema da formação de mão-de-obra industrial, preconizando a instituição de um sistema nacional de aprendizagem técnica custeado pelas empresas e integrado ao Ministério da Educação e Saúde. Diante disso, dando a entender que se antecipavam diante da situação para criação do serviço, a classe industrial representada pelo líderes acima citados, resolve assumir os encargos para a organização e direção deste que seria um organismo próprio, desde que subordinado à Confederação Nacional da Indústria e às Federações de Indústrias

³⁰ Neste caso era consagrada pela Lei Orgânica do Ensino Industrial a inserção do ensino industrial, por seu turno, cuidava de estabelecer as bases da organização e do regime, do ramos de ensino secundário, a possibilidade de ingresso no ensino superior mediante prestação de exame de seleção.

³¹ Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional de São Paulo criado em 1934 foi a instituição em que se colheu os elementos e subsídios para a implantação do novo sistema de ensino-aprendizagem. O CFESP começou estendendo por quase todo o Brasil a experiência do primeiro Curso de Ferroviários da Estrada de Ferro de Sorocaba, iniciado em 1930. O engenheiro Roberto Mange, fundador do CFESP, foi um dos principais mentores da criação do SENAI.

dos Estados. Sendo assim, pelo Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, estabeleciam-se as formas de arrecadação financeira com o objetivo de manter o serviço de aprendizagem. (BOLOGNA, 1969:23-24)

A relação de escolas e cursos do ensino industrial e técnico de padrão federal, por exemplo, dispôs de um total de 73 estabelecimentos (oficiais e oficializados), sendo 32 Escolas Técnicas, quatro Cursos Isolados e 37 Escolas Industriais, apresentando o total de 274 cursos industriais, 40 cursos de mestría e 46 cursos técnicos das diversas especialidades. Dessas escolas, 24 são oficiais (mantidas pelo Governo Federal) e as restantes são oficializadas, sendo 31 mantidas pelos Estados (equiparadas) e 17 mantidas por entidades particulares (reconhecidas). Havia ainda sete escolas das quais duas eram Artesanais, quatro Industriais e uma Técnica, que estavam em fase de ajustamento às exigências da lei federal para a conveniente oficialização, que funcionavam com horário integral em que os alunos não são trabalhadores da indústria se dedicando apenas aos estudos dos ofícios. (CARVALHO, 1949:191)

Contudo, havia outro fator importantíssimo para o começo e prosseguimento dos cursos técnicos, além da manutenção financeira através da contribuição mensal feita pelos estabelecimentos industriais destinada às escolas de aprendizagem técnica. Cabia ainda, sob a complementação da regulamentação do SENAI por intermédio do Decreto-lei 4.481, de 16 de julho de 1942, a obrigatoriedade das empresas do ramo industrial de custear os cursos e de manter em seus quadros 8% de menores aprendizes do total dos operários. Neste mesmo decreto, ainda, definitivamente, comprometia as empresas a matricular aprendizes em suas escolas, onde deveriam ter freqüência obrigatória, sendo que os cursos deveriam funcionar no horário normal de trabalho para que os menores não precisassem cursá-los à noite. Outro detalhe significativo girava entorno da questão de prioridade dada aos filhos de operários que atuavam nas indústrias que tivessem cursos para aprendizes, sendo que também se dava preferência aos irmãos de operários atuantes do setor e aos órfãos cujos pais estiveram vinculados ao ramo industrial. (MEMÓRIA SENAI 1346, 1943:5)

O sistema de arrecadação valeria para os estabelecimentos industriais das modalidades de indústrias enquadradas na CNI, e estariam obrigadas ao pagamento de uma contribuição mensal para montagem e custeio das escolas de aprendizagem. Inicialmente, estabeleceu-se a quantia de dois mil réis por mês, por

empregado; a arrecadação da contribuição seria feita pelo Instituto de pensões dos Industriários, sendo o produto posto à disposição do SENAI, ou seja, o resultado da arrecadação feita em cada região do país, deduzida a quota necessária às despesas de caráter geral, seria na mesma região aplicada. Com isso não deixariam de existir os estabelecimentos isentos da contribuição que eram os que mantivessem, por sua conta, uma aprendizagem, considerada pelo SENAI, sob o ponto de vista da montagem e da constituição do corpo docente e do regime escolar, adequada aos seus fins. No entanto, havia os estabelecimentos que tivessem mais de 500 empregados que teriam sua contribuição acrescida de 20%. Neste caso, o SENAI aplicaria o produto da contribuição adicional referida em benefício do ensino. Nesses mesmos estabelecimento de ensino, quer criando bolsas de estudos a serem concedidas a operários, diplomados ou habilitados, e de excepcional aptidão, para aperfeiçoamento ou especialização profissional, quer promovendo a montagem de laboratórios que possam melhorar as suas condições técnicas e pedagógicas. Ainda no campo da isenção, teremos os serviços de caráter educativo, desde que dirigidos e organizados pelo SENAI, desobrigados de impostos federais, estaduais e municipais. (MEMÓRIA SENAI 1346, 1943:3-4)

Porém, o Decreto-lei que criou o SENAI estabelecia como dito anteriormente, que o produto da arrecadação realizada em cada região do país, deduzida a quota necessária às despesas de caráter geral, permaneceria na mesma região aplicado, ganharia outro formato com o Regimento do Serviço de Aprendizagem aprovado pelo Decreto-lei 10.009, de 16 de julho de 1942, em sua definição sobre as despesas de caráter geral. Sendo assim, ficou estabelecido que a arrecadação regional seria de duas categorias: de custeio da administração nacional do SENAI; e de auxílio, pela mesma, da escola ou dos cursos em regiões onde a arrecadação fosse insuficiente para a manutenção do mínimo de ensino julgado necessário. Com isso, cada uma dessas duas categorias de despesas ficaria limitada ao máximo de 5% da receita regional arrecada pelo IAPI. (MEMÓRIA SENAI 538, 1944:5) O resultado disso seria a confirmação do princípio regimental de que os Estados industrializados, aqueles com maior arrecadação, teriam a seu dispor 90% do arrecadado para suas instituições, e destinariam 5% da receita para o auxílio aos Estados pouco desenvolvidos, cuja arrecadação não fosse suficiente para manutenção de escola ou cursos considerados necessários pelo Departamento Nacional de Ensino Industrial.

Ainda assim, este dispositivo legal possibilitaria ao Departamento Nacional de Aprendizagem Industrial ajudar na construção e na compra de equipamentos para as escolas da maioria dos Estados do Brasil, sendo inicialmente capazes de atender às necessidades do SENAI, em matéria de escolas e cursos, incluindo as despesas das administrações locais, apenas os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco e o Distrito Federal. Todos os demais Estados brasileiros eram tidos como *deficitários*, isto é, beneficiários da ajuda que o Departamento Nacional lhes concedia, utilizando os 5% da receita geral de contribuições de todo o país. (LOPES, 1982:87)

Mas como o fator de arrecadação recaía sobre o número de alunos matriculados nas escolas de aprendizagem industrial? Inicialmente, levando em consideração os cálculos estatísticos colhidos que constam no Relatório anual de 1944, não foi possível dar uma larga margem para um grande número de matriculados como era pretendido pelo Conselho Nacional, isso revelou, “desde logo, estar o número teórico de alunos, ao qual devíamos atender, – muito acima de nossos recursos financeiros. Além disso, esses alunos estavam distribuídos por todo Estado, o que tenderia, naturalmente, a encarecer o custo unitário de nossos cursos”. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:2) Portanto, temos novamente a questão do oferecimento de todas as condições de início das aulas para o maior número de alunos possível, barrada pela precariedade econômica das indústrias brasileiras que, devido a pouca margem nos lucros, tiveram baixa arrecadação nos seus respectivos sindicatos, portanto, o repasse dos investimentos voltados para o ensino industrial ficaram abaixo do pretendido. Ao tomarmos como exemplo o citado CFESP, constatamos a precariedade para o começo dos trabalhos a ponto de o Departamento Nacional tomar a medida de priorizar inicialmente os grandes centros industriais do país, tomando por base os preços, “aluno-ano, observados no Centro Ferroviário de São Paulo (CFESP), considerando a nossa arrecadação inicial e provável arrecadação nos anos consecutivos, verificamos a conveniência de concentrar nossos recursos nas principais cidades industriais. Foi esta orientação que adotamos e que serviu de base aos nossos trabalhos nos anos que se seguiram”. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:2)

Contudo, não seria demais perguntar o que se passava pela cabeça dos industriários que tiveram o propósito de lutar pela supervisão e autonomia do SENAI, muitas vezes contrariando o então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, tendo

o apoio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que, como visto logo acima, faziam jus às dificuldades de manutenção das escolas do SENAI: qual seria a relação da atitude de promover o pioneirismo de um sistema educacional profissionalizante autônomo com a política do momento de Estado Novo se não havia ainda como dar ao SENAI o padrão estrutural necessário? A princípio, na tentativa de formular uma resposta para o problema, não deixa de ser curiosa a maneira como o presidente Vargas se manifesta sobre o assunto ao optar pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, apesar de todos os protestos de Capanema, pelo controle do ensino profissional abrindo mão de participar do ônus desta categoria de ensino em detrimento de seu controle e supervisão.

O ministro da educação, na tentativa de argumentar sobre a decisão do presidente Vargas de autorizar que o controle do SENAI ficasse sob a supervisão do empresariado nacional, fator que talvez gerasse, pelo caráter prático exigido pelo momento político e até mesmo econômico, o descomprometimento destes para com os princípios morais de formação pretendidos principais idealizadores do Estado Novo. Por isso, o ministro Capanema questionaria o vínculo do aprendiz perante o empregador que, “para servi-lo por tempo determinado, na sua indústria, mas sendo livre de, finda a aprendizagem, tomar o rumo que quiser, é lógico admitir que o ônus de sua educação não seja somente dos empregadores, parcialmente interessados nela, mas também do Estado, que é o interessado maior pela educação popular”. (CAPANEMA In: SCHWARTZMAN, 2000:252) Mas onde queriam chegar os industriários tendo tanto controle nas mãos sobre o ensino técnico voltado para os ramos da indústria? Talvez por que muito estivesse em jogo num momento daqueles de Segunda Guerra Mundial, que gerava uma série de impedimentos que culminaram na escassez de mão-de-obra importada de países industrialmente avançados e de máquinas mais modernas. Segundo Romanelli, “a nova fase de expansão da indústria exigia, portanto, que algumas medidas fossem tomadas no sentido da preparação da mão-de-obra. A indústria, por sua vez, exigia uma formação mínima do operariado, o que teria de ser feito do modo mais rápido e mais prático”. (ROMANELLI, 1998:166) Por isso, levamos em consideração a conjuntura do momento que angariava problemas sobre a importação de máquinas, matérias-primas e, principalmente, mão-de-obra especializada que, provavelmente, incentivavam a tomada de medidas de caráter mais pragmático daqueles que eram os maiores interessados em contar com empregados capazes de apenas cumprir as

tarefas condizentes com as metas de produção. Se fizermos um levantamento das medidas tomadas por Vargas, voltadas ao desenvolvimento do país, veremos que este caráter prático também se encontrava presente na sua política voltada para o objetivo desenvolvimentista do campo econômico, coisa que Capanema também entendia como primordial, desde que não se esquecesse que a educação não era apenas para despertar nos operários um lado técnico, mas também “o seu lado humano, isto é, seu lado espiritual, o seu lado moral, o seu lado cívico e patriótico, o que quer dizer que o principal critério da formação do trabalhador nacional tem que ser precisamente este – o de atingir, a um tempo, a sua preparação técnica e a sua formação humana”. (CAPANEMA In: SCHWARTZMAN, 2000:256)

Apesar da insistência do ministro da educação e saúde, de tentar persuadir a vontade do presidente quanto ao direcionamento deste de deixar para o empresariado nacional o controle e a fiscalização do principal órgão de ensino industrial brasileiro, ele não conseguiu despertar o interesse de uma formação cívica e moral de trabalhadores e aprendizes fosse concretizada diante do argumento das necessidades econômicas do momento. Portanto, não havia como satisfazer a primordial vontade, apesar de nobre, de priorizar a formação do cidadão ideal em detrimento das necessidades de produção industrial do momento. Ainda por cima, concorria com isso, a experiência que, segundo os empresários fundadores e idealizadores obtiveram a partir das atividades que já vinham sendo realizadas no CFESP, possibilitando deduzir através dos trabalhos deste centro de ensino técnico, apesar de limitado por apenas atender a demanda da mão-de-obra de um setor específico da economia brasileira, a partir do estado de São Paulo, mas que viria a fornecer a inspiração necessária, capacitando os empresários a perceberem quais os problemas poderiam surgir e o que era mais necessário para início e o andamento das atividades. Segundo o relatório, por exemplo, referente aos trabalhos realizados até o dia 13 de junho de 1944, não teria sido dado por concluído nenhum dos cursos existentes, pois a Direção Regional do Rio Grande do Sul, por exemplo, tinha em vista os problemas relacionados com o baixo nível cultural do nosso operário. Sendo assim, conclui-se daí que a necessidade não é a de formar turmas com conhecimentos superficiais do que aqui se ensina, mas, sim, a dilatação, no máximo possível, dos cursos para que se formem com base sólida. Convém frisar que para ser conseguido este objetivo foi necessário, algumas vezes, contornar os programas até o ponto das turmas de alunos se adaptarem aos

mesmos. (MEMÓRIA SENAI 538, 1944:12) Portanto, diante do fato de que cada localidade tinha suas peculiaridades, em nível de instrução ou até mesmo cultural, constatava-se, a partir dos levantamentos estatísticos ou mesmo pelo começo das atividades, que nos centros de ensino profissionalizantes as mudanças e adaptações sempre teriam que ser realizadas com vista nos objetivos de formação qualificada dos aprendizes e trabalhadores. Mesmo assim, provavelmente, para o começo das atividades nas escolas técnicas foi necessário a adaptação às determinadas circunstâncias inusitadas ou até mesmo por diferentes métodos de trabalho de cada região do país.

Portanto, como podemos observar, para o início de suas atividades escolares, o SENAI foi submetido a um processo político envolvendo, principalmente, o campo administrativo, a começar pela instalação de uma legislação específica para o ensino profissionalizante. Essa legislação proposta pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e aprovada pelo presidente Vargas, além de criar os dispositivos de fiscalização referentes aos elementos materiais básicos para o andamento das atividades voltados à formação de mão-de-obra, Capanema tentou também, através dela, garantir a proteção da integridade ética e moral dos cidadãos através da formação educacional. Porém, os empresários representados pela CNI e que contavam com o apoio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, passariam a gerenciar as atividades do SENAI, atentos para o detalhe da formação intelectual da mão-de-obra especializada, colocaram em evidência uma proposta mais prática pela busca de um trabalhador com conhecimento especificamente técnico voltado para a indústria. Diante deste detalhe, Vargas se mostrou mais interessado, passando a apoiar a proposta, tanto que deixou o controle administrativo do SENAI sob o comando do empresariado brasileiro, até porque, tendo em vista que as metas do plano nacional de desenvolvimento passavam pelo aspecto mais pragmático. Após os trâmites sobre a proposta de ensino, buscou-se um modelo de inspiração que foi o CFESP, a instituição responsável pela formação de aprendizes para o ramo ferroviário do estado de São Paulo com uma estrutura comprovada, que parecia de opinião comum entre os industriários do país, sendo assim, supôs-se que este modelo serviria na criação e manutenção dos trabalhos na área de ensino profissional. Entretanto, à medida que as atividades ganhavam seus contornos observou-se que algumas adaptações se faziam necessárias para determinadas regiões do país, tanto dentro como fora dos principais centros

industriais, provavelmente, devido às peculiaridades culturais nos campos do trabalho, educação básica e estrutural das diferentes regiões do Brasil detalhes que se diferenciavam em relação ao modelo escolhido já em atividade em São Paulo.

3.2 PROCESSOS DE MATRÍCULA, SELEÇÃO DOS APRENDIZES E PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O começo das atividades de instalação e de regulamentação do Serviço Nacional de Aprendizado Industrial mostrou um momento conturbado, principalmente pelo controle administrativo e outro pelo ajustamento às necessidades das diferentes regiões do Brasil, fatos que contribuem para destacar o tamanho da importância consagrada a este órgão de ensino profissionalizante responsável por uns dos fatores almejados pelos empresários da indústria nacional, a criação da mão-de-obra especializada. Após os trâmites iniciais que marcaram o andamento das atividades, a instituição teria pela frente a tarefa de matricular, selecionar e criar mecanismos de motivação para a manutenção das atividades direcionadas à população de aprendizes dos centros industriais. A meta de gerar uma mão-de-obra eficiente que provesse a eficiência industrial no plano da produção, fez com que os empresários achassem necessário admitir alunos que já aparentassem um perfil em conformidade com a rotina da produção industrial, fator que recairia sobre os processos de matrícula e seleção dos aprendizes. Porém, além do engajamento de aprendizes com as aptidões necessárias, o SENAI passaria a ter uma proposta incentivadora, que além de atrair alunos, deveria mantê-los dentro das escolas até a conclusão dos cursos. A proposta era fazer das escolas técnicas um local que oferecesse todas as condições mínimas necessárias de acolhimento como alimentação, atendimento médico e odontológico, hospedagem para os aprendizes de localidades distantes dos centros industriais, do contrário muitos abandonariam o aprendizado na metade do curso, o que ocasionaria certo prejuízo aos grupos empresariais, já que depois de se ter direcionado os investimentos para início dos trabalhos teriam que ser feito outros para reiniciar todo o processo novamente.

Em relação aos critérios de matrícula (o que não deixa de valer para outros critérios) devemos estar atentos em observar que o SENAI era uma instituição com todos os aparatos legais para início de suas atividades, mas que na prática ainda estava, em alguns casos, em processo de inicialização e adaptação, principalmente se considerarmos que, em muitos casos, não haviam sido feitos todos os levantamentos necessários nos grandes centros industriais brasileiros para classificar e determinar quais regiões e ramos industriais receberiam as medidas necessárias para o andamento dos trabalhos. Isso, logicamente, recaía sobre o processo de seleção e classificação dos candidatos aos Cursos Ordinários e Extraordinários que, para começarem o mais rapidamente possível com a premeditada qualidade de formação ambicionada pelos empresários do ramo industrial, teriam sido feitos por meio de baterias seletivas elaboradas pela própria Seção de Orientação Profissional dos Departamentos Regionais, somente a partir do segundo semestre de 1945, quando foi incorporada. Sendo assim, a falta de elementos para um processo não permitiu ainda a realização de estudos regionais em torno da adaptabilidade das vagas para os candidatos. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:12) Este é mais um fator decorrente de um processo ainda no início, que devemos olhar atentamente para diferenciar daquilo que estava proposto pelos órgãos responsáveis dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde, que organizaram os procedimentos amparados por um conjunto de leis que consagravam ao SENAI as condições de melhor instituição de controle e de ensino profissional do Brasil. Por isso devemos considerar a parte, isto é, a situação legal, com base numa previsão de como deveria ser este órgão perante a sua regulamentação e organização, a outra como as coisas vinham ocorrendo diante das circunstâncias.

Cabe ainda lembrar que alguns itens dos trâmites para efetivação das matrículas seriam condicionados por determinados procedimentos caso a caso. Por isso, após a apresentação de provas de não serem os futuros alunos portadores de doenças contagiosas e de estarem devidamente vacinados, deveriam possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que deveriam ser realizados, além de provarem, por meio de documentação, ter a idade exigida para o curso pretendido. Os pretendentes às vagas ainda deveriam demonstrar possuir os estudos básicos necessários, através dos exames seletivos, sendo bom lembrar, que o direito de ingressar nos cursos industriais era igual para homens e mulheres.

(FARIA, 1969:29) A respeito deste aspecto peculiar referente à matrícula de alunos de ambos os sexos, já que uma das metas desejadas pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema, era de conferir ao ensino profissionalizante a inclusão das mulheres. (SCHWARTZMAN, 2000:126) Este fator parece se confirmar prontamente, apesar de certa precariedade que algumas escolas ainda vinham tendo, sendo assim, pelo que consta em nossa documentação levantada, fato registrado no Relatório Anual de 1944, “revelando que as atividades foram iniciadas a 5 de abril de 1944, com a instalação de alunos cursos para trabalhadores menores (CTM), sendo dois alunos do sexo masculino, com 111 menores e outros dois, do sexo feminino”. (MEMÓRIA SENAI 538, 1944:6) Apesar dos dados fazerem referência a uma condição inicial de matrícula e a criação de poucos cursos, podemos observar que não era nenhum absurdo matricular meninas em cursos técnicos, pelo contrário, o que vem a indicar, de certa maneira pelo ensino técnico profissionalizante, a importância destinada ao papel da mulher em uma sociedade modernizada, fator muito desejado pelo Ministro Capanema.

Porém, ao nos aprofundarmos um pouco mais nos meios de fiscalização, constataremos que alguns empregadores pareciam querer fugir de suas obrigações perante à especificidade da legislação, problema gerado provavelmente pela falta de importância e significação por parte do Ministério do Trabalho. Perante à especificidade da Consolidação das Leis do Trabalho, determinando que os aprendizes das escolas do SENAI fossem empregados das empresas, em cumprimento da legislação específica sobre aprendizagem, fator que, como vimos acima, também era regulamentado por decreto-lei, a maioria das empresas ignorou a compulsoriedade da obrigação de empregar menores aprendizes nos cursos do SENAI. Ao que parece, a falta de cumprimento da lei e do papel dos órgãos responsáveis de fiscalizarem o descumprimento de uma obrigação, somados ao desinteresse dos empresários de obterem a mão-de-obra que parecia ser tão desejada, talvez acabasse por desvirtuar a proposta de desenvolver trabalhadores já ambientados com os procedimentos de determinadas empresas onde atuam, vindo com isso a fazer parte de um processo de ensino que não lhe garantiria o futuro almejado ao dar início nos cursos levando-os a falta de motivação ou a abandonar tudo no meio do aprendizado. Essa preocupação aparece evidenciada nas palavras de Stenio Lopes, “a maioria das administrações regionais do SENAI nos Estados acabou por acomodar-se diante do comportamento do Ministério do Trabalho, e não

poucas Escolas do SENAI se tornaram meras escolas em que se ensinavam ofícios a menores não empregados, que nem sempre estavam interessados em se tornar operários qualificados na indústria”. (LOPES, 1982:85)

Devido à falta de cumprimento das obrigações de matricular e empregar os menores aprendizes nas Escolas do SENAI, por parte dos empregadores do setor industrial, surge um problema institucional proveniente do Ministério do Trabalho, ou seja, se a fiscalização dos estabelecimentos industriais não cumpria com a sua finalidade de verificar a execução, por parte dos empregadores, os dispositivos legais concernentes à aprendizagem industrial, só poderia ser por falta de interesse. Pois foi então, que João Lüderitz criou, em 1943, o Serviço de Fiscalização dos Estabelecimentos Industriais contendo dispositivos legais para a incumbência do SENAI de fiscalizar as empresas. Dentre estes dispositivos, cujo cumprimento seria objeto de fiscalização, estava o de matricular nos cursos e escolas mantidos pelo SENAI, um número de aprendizes equivalentes de no mínimo 5% ao dos operários existentes em cada estabelecimento, desde que os ofícios demandassem formação profissional, ou seja, seriam aqueles que tivessem como processo de desenvolvimento as aptidões profissionais do indivíduo condicionando-o à tendência do mercado de trabalho, visando habilitá-lo para o desempenho de uma ocupação e a aperfeiçoar seus conhecimentos e habilidades. Outro seria o de matricular nos cursos e escolas providos pelo SENAI um número de trabalhadores menores a ser fixado pelo Conselho Nacional, e que não excedesse 3% do total de empregados de todas as categorias em serviço em cada estabelecimento, mais a manutenção de aprendizagem por parte dos estabelecimentos que firmassem acordo de isenção, em obediência rigorosa à legislação vigente e aos dispositivos do acordo celebrado. (LOPES, 1982:85-86)

A formação da mão-de-obra especializada para os estabelecimentos industriais passava pela instituição de um sistema de ensino abrangente a nível populacional que atingisse, através da formação de um operariado qualificado, todos os ramos da indústria brasileira terem como meta melhorar o desempenho produtivo das fábricas. Para alcançar tais metas de aumento da produção com vistas no desenvolvimento industrial, juntamente com a qualificação dos produtos brasileiros, investia-se não necessariamente na criação de cursos profissionalizantes, mas em meios de atrair alunos a se inscreverem nos processos seletivos das escolas técnicas. Para tanto, dentre estes meios estavam o de oferecer assistência social,

internato, semi-internato e bolsas de estudo para os mais aptos e talentosos e podia ser tanto para aprendizes como para funcionários da indústria. Para isso, obviamente, havia o necessário levantamento dos dados estatísticos dos potenciais quantitativos e qualitativos dos centros industriais que determinassem o potencial de produção local, tais como, o número de fábricas e de que tipo, e a quantidade de mão-de-obra disponível bem como o nível de instrução técnica desta.

Diante disso, começaremos com uma análise correspondente a quantidade de alunos matriculados fora do sistema de internato e semi-internato, ou seja, aqueles que estariam sob a administração do SENAI embora morando nas proximidades ou até mesmo dentro do centro regional próximos às fábricas. Para isso, aproveitaremos para contextualizar, junto ao regime de matrículas, a questão da arrecadação dos fundos de investimento e o gerenciamento dos mesmos para a conservação e o andamento do serviço de formação da mão-de-obra especializada, sendo que havia ainda “as dificuldades, relativas à freqüência e renovação dos alunos, mostraram ser de muito mais difícil solução e ainda estamos muito distantes da eficiência que desejamos atingir”. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:12)

Primeiramente, para definir melhor este tema mencionaremos algumas características importantes para criação do sistema de internato e semi-internato do SENAI, sendo para isso considerada as particularidades regionais determinantes para a abertura de vagas aos alunos do sistema com o propósito de tê-los residindo nos alojamentos do SENAI. Sendo assim, alguns casos, resvalavam na política econômica local, ou seja, quando numa determinada região fosse observada ser inviável a manutenção de alunos oriundos das localidades distantes do centro industrial, logo eram descartadas por sua baixa quantidade, fator logo suprimido por uma maior atenção concedida aos que residiam dentro da localidade fabril. Porém, foi possível observar através do levantamento realizado pelo Conselho Regional do Rio Grande do Sul, por exemplo, que, neste caso, a implantação deste sistema de alojamento de alunos não fosse necessária. Então, após o levantamento para a organização das escolas do SENAI em todo o país, calculava-se o potencial industriário de cada região para, a partir daí, conferir quantas bolsas seriam necessárias, porém, segundo o levantamento realizado para o Relatório Anual de 1944 com este objetivo veremos que os dados competem para uma abertura inviável financeiramente, o que acabou por não parecer necessariamente urgente para os industriários. Sendo assim, “conforme pode ser constado no gráfico nº 1, o Rio

Grande do Sul não apresenta dispersão exagerada da população industrial. Estatisticamente, verificamos que 32% dessa população estão localizados nesta capital, 63,7% nas principais cidades, sendo destes 77,6% nas doze principais cidades. É de notar que cada uma das restantes cidades representa menos de 2% da população total". (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:20)

O ensino industrial oficial e equiparado,³² bem como o do SENAI e dos estabelecimentos industriais oficiais, é inteiramente gratuito tendo ainda os alunos, geralmente, assistência médica e alimentar pois a maioria das escolas têm regime de internato ou semi-internato para alunos que retornavam para suas casas nos fins-de-semana. Fazia parte ainda, do sistema de engajamento de alunos para o SENAI, os cursos para bolsistas para, entre os encargos da instituição, a preparação de mão-de-obra para a indústria brasileira, figurando o de aproveitamento de seus mais adiantados profissionais. Para isso, contava com a formação de um contingente humano de nível elevado, por assim dizer técnico, do qual seriam tirados os contramestres³³ do futuro que, na organização industrial moderna, são os principais elementos da produção. Nesse sentido, o SENAI selecionava, em todo o país, entre os melhores operários, um certo número de excepcional valor, transportando-os para os centros industriais da especialidade a que se destinavam, onde estagiavam nos principais estabelecimentos do ramo, enquanto freqüentavam cursos intensivos de aperfeiçoamento e especialização. Assim, procurava a organização, não só atender às necessidades da mão-de-obra qualificada das indústrias isoladas, como preparar os elementos de comando no trabalho de natureza excepcional, já que o bom desempenho de suas funções requeriam personalidade favorável e qualidades de liderança. (BOLOGNA, 1949:105-106)

Estes dados podem revelar duas coisas: a primeira de que realmente havia no Estado os alunos suficientes nas proximidades dos principais centros industriais com interesse voltado para o aprendizado técnico, ou pela baixa procura por cursos fora de suas localidades no interior onde a economia local abrangia praticamente a agropecuária, o que possivelmente impossibilitava o desregramento de propícios

³² O ensino oficial e equiparado de aprendizagem industrial era aquele localizado dentro dos próprios estabelecimentos industriais com o objetivo de qualificar e aperfeiçoar os seus trabalhadores.

³³ Contramestre ou agente de mestria era o responsável pela execução correta da programação traçada pela direção. Ocupava, simultaneamente, a posição de líder dos operários e de interprete, junto a eles, do pensamento e das decisões da direção. O treinamento profissional abrangia desenvolvimento da personalidade, organização de trabalho e técnicas de supervisão. Também podia ser conhecido, de acordo com a função ou região onde trabalhassem como mestre, contramestre, encarregado, supervisor ou líder.

alunos devido ao baixo grau de instrução escolar básica para ingresso nas escolas técnicas. Ademais, um terceiro fator poderia surgir como o de que não houve uma propaganda sistemática eficiente a ponto de motivar que alunos de outros pontos distantes dos centros industriais viessem para as cidades matricular-se, mas este é um dado que não temos para analisarmos sobre este aspecto. Independente disso, os índices levantados vinham para orientar como os gastos com alunos matriculados e ao mesmo tempo revelar o potencial numérico da mão-de-obra próxima oriunda das localidades próximas aos centros fabris.

Alguns dados referentes aos gastos com alunos matriculados nos dão referência ao propósito de evitar gastos desnecessários em um momento delicado da economia industrial. Por isso demos ênfase a constatação que, adiante, nos trazem números que definiram a situação inicial quanto a aplicação de investimentos, ademais, estes dados levantados pela Direção Regional justificaram a confirmação pela inviabilidade na falta de urgência para o problema de internato. Segundo os cálculos da Direção, o internato não passaria a ser simplesmente um fator de projeção regional relacionado à aptidão industrial, diante disso, ficou definido assim:

Além disso, o internato constitui uma solução que envolve despesas vultosas, reduzindo, conseqüentemente, o número de alunos a que poderemos atender. Um aluno interno custaria, por nossos cálculos cerca de Cr\$ 4.500,00. Ora, um aluno-ano, com o regime atual de freqüência alternada nos custa, aproximadamente, Cr\$ 1.500,00. Para tornar possível que a comparação devemos multiplicar por 2 essa quantia, uma vez que o aluno atualmente só freqüenta a escola três dias por semana. Teremos então:

Preço-ano do aluno externo (freqüência alternada)	Cr\$ 1.500,00
Preço-ano do aluno externo (freqüência alternada)	Cr\$ 3.000,00
Preço-ano do aluno interno	Cr\$ 4.500,00

Teríamos, assim, as mesmas despesas para manutenção de:

Alunos no atual regime	6
Alunos externos, com regime de tempo integral	3
Alunos no regime de internato	2

(MEMÓRIA SENAI 538, 1945:20)

A partir do momento que questionamos os motivos que levaram os empresários a evitar o sistema de internato constatamos que certamente e cálculos apresentados demonstram isso, que seria mais interessante para o SENAI ficar apenas com aprendizes das proximidades dos centros industriais, ou seja, se para um aluno externo o valor podia chegar a três vezes o de um interno, seria mais

acessível investir em aprendizes das proximidades, até porque era desejado pelo empresariado uma demanda maior de mão-de-obra fabril. Pois então, os industriários se justificavam com base numa estimativa de cálculo, o que não gera nenhuma surpresa, pois, como tais, era de se prever que a diminuição de custos fizesse parte das questões relevantes do campo administrativo. O fato de reduzir despesas nos leva a crer na existência de uma preocupação por parte dos setores industriais pela manutenção de alguns poucos alunos vindos de fora do centro industrial, o que talvez fosse natural para o início das atividades do SENAI, já que o momento econômico não era ainda o mais propício para maiores gastos, principalmente educacional. Todavia, por outro lado, constatamos haver sob o propósito de uma exceção à regra que estes números acima não se referiam a todos os casos, separando-os na tentativa de demonstrar que não cabia a eliminação imediata das chances de se ter alunos em regime de internato e semi-internato quando observamos os números que faziam referência aos Cursos de Aprendizizes Operários (CAO), sendo assim,

Esses dados referem-se exclusivamente aos CAO. Os outros tipos, de cursos são, evidentemente, muito menos onerosos. A questão fica posta, cremos, nos seguintes termos: se atendermos simplesmente à questão do rendimento em número, devemos considerar o internato fora de cogitação. Se levarmos em conta fatores de outra ordem, como por exemplo, a necessidade de levar o ensino a todo o Estado, é óbvia a justificativa do regime de internato, assumindo-se voluntariamente a consequência decorrente, isto é, a diminuição do número total de alunos. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:20)

Diante destes argumentos, concluímos que a exclusão da prática de internato e semi-internato, para alunos fora da capital, seja devido ao baixo número de alunos, já que os pré-requisitos exigidos já seriam o suficiente para eliminá-los do sistema. Outro motivo talvez fosse, provavelmente, a suposta relação com a situação conjuntural do momento de guerra que ocasionava problemas com para aquisição de matéria-prima, falta de maquinário importado, interrupção da imigração de trabalhadores especializados e baixa produção, o que diretamente estaria ligado às melhorias e incentivo do ramos industriais. Porém, analisando um pouco melhor o trecho acima do documento, ficamos atentos para um dado pormenor, o de revelar um baixo potencial industrial da respectiva região em detrimento da falta de expectativas nas melhorias circunstanciais no campo industrial para outras regiões ou ainda, de maneira subentendida, a de não levar tal desenvolvimento para outros

lugares em que a prática econômica seja predominantemente agrícola por exemplo. Talvez isso seja um indicativo de que ainda não era o momento mais adequado para maiores investimentos dos empresários nas coisas do ensino industrial, já que a aplicação do dinheiro merecesse maiores cuidados devido à conjuntura atual.

O fato de não poder efetuar maiores investimentos para matricular alunos no sistema de internato e semi-internato era sem dúvida aceitável, pois havia outras áreas que mereciam maior atenção, como por exemplo, as do maquinário e das matérias-primas. Estes fatores podiam recair ainda sobre a viabilidade da instituição de bolsas de estudo do SENAI, era destinada através de uma taxa adicional de 20% sobre a contribuição dos empregadores de mais de 500 empregados, para todo território nacional, inclusive no estrangeiro. Outro detalhe que diz respeito às despesas com alunos especiais era com o sistema de internato que, conforme foi constatado na documentação do Relatório Anual de 1945, que tinha como definição para a sua instalação, a dispersão exagerada da população industrial. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:20)

As escolas ainda contavam com um sistema de assistência social que, após a realização de uma série de estudos e levantamentos sobre as condições de vida dos alunos habitantes dos centros industriais, eram determinados as diversas necessidades para aplicação dos investimentos. A partir de um minucioso orçamento, era consagrado às áreas dos serviços médicos, da alimentação, da assistência odontológica, da recreação, apesar do plano variar de uma escola para outra de acordo com as condições locais, como por exemplo, o caso de Caxias do Sul e Novo Hamburgo que ficaram sem as verbas da alimentação devido o pequeno nº de alunos subnutridos, apesar de em todas estas escolas existirem serviços médicos, odontológicos e parte da orientação social. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:33) Esta medida de suspender as verbas alimentícias provavelmente tivesse uma ligação com o orçamento envolvendo despesas desnecessárias, já que no começo das atividades o número de alunos ainda era inferior à capacidade das escolas, como veio a ocorrer, pela semelhança, com o sistema de internato e semi-internato.

Entretanto, consta no Relatório Anual de 1945 que, em todas as escolas de aprendizagem industrial, existiriam serviços médicos, odontológicos e parte da orientação social. Para o orçamento daquele ano estava previsto um número de alunos inferior à capacidade máxima das escolas, inclusive havia tido um

decréscimo, tomando como exemplo a Escola Visconde de Mauá em Porto Alegre, de 160 para 129 alunos no período equivalente ao segundo semestre de 1944, levando em consideração que outros dezoito seriam expulsos por atos de indisciplina. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:6). Apesar da promessa de ter todos os serviços de assistência social a disposição, surge um ponto de contradição que, segundo o presente relatório, toda a parte relativa à assistência diz o seguinte: “toda a parte relativa ao Serviço Social está ainda na fase de estudos e observações, se bem que alguma coisa já tenha sido feita nesse setor. Os serviços dentários, porém, não estão ainda em andamento devido a não termos ainda recebido os respectivos equipamentos”. (MEMÓRIA SENAI 538, 1945:31-33) O auxílio prestado aos alunos carentes, para nosso entendimento, passava ainda por alguma precariedade, ao menos é o que parece, apesar de dar a impressão de ainda estar em andamento. Entretanto, isso deixa uma dúvida sobre sua permanência dentro do programa de auxílio, já que em inúmeras vezes, sempre pela falta de alunos suficientes matriculados nestes casos, como aconteceu nos exemplos, de internato e semi-internato, houve corte do financiamento por medida de custos desnecessários como visto anteriormente.

Os investimentos, ao que tudo indica, não deveriam ultrapassar certa margem em nível de investimento escolar, o que é compreensivo diante do momento de pós- crise econômica e de escassez dos principais itens industriais (matérias-primas e mão-de-obra especializada) devido a Segunda Guerra Mundial, por isso então que o controle dos gastos deveria ser rigoroso, evitando o desperdício de dinheiro. A respeito do rigoroso procedimento de matrícula, parece ter se tornado possível o alcance do objetivo dos empresários pela entrada de alunos com qualidades básicas de um trabalhador do ramo industrial, já a escolha dos aprendizes era permeada pela visão pragmática dos seus administradores e principais investidores do ramo industrial, fator marcante na hora de escolher os mais aptos. Mas ainda era necessário, após a escolha dos aprendizes mais capazes para os cursos, promover uma proposta pedagógica que contribuísse para a almejada formação de mão-de-obra especializada destinada às fábricas brasileiras, pois, para a formação de operários eficientes não bastava apenas um determinado perfil, mas também a lapidação dos mesmos ao longo dos cursos.

3.3 FORMAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA, PROPOSTA PEDAGÓGICA E METODOLOGIA DE ENSINO

A meta dos empresários de conseguir formar e especializar uma mão-de-obra qualificada voltada para o ramo industrial passava pela formação pedagógica deste tipo de pessoal, abrangendo para isso, notoriamente, uma metodologia de ensino que se adequasse às peculiaridades regionais do país. Para isso, a metodologia da aprendizagem do SENAI consistia na realização de trabalhos de oficina de acordo com uma seriação didática que era constituída de tarefas, operações e informações tecnológicas, cuja execução era orientada segundo as normas do estudo dirigido. Dessa forma, os conhecimentos relacionados com tecnologia e o desenho seriam ministrados no decorrer dos trabalhos, sendo que os alunos ainda teriam aulas regulares de Português, Matemática e Ciências, além das “práticas educativas essenciais de oficina, estas chegando a ocupar 50% do tempo de freqüência ao curso”. (BOLOGNA, 1969:67)

Por isso, então, objetivo de formar profissionais aptos aos trabalhos exigidos pela indústria brasileira, a aprendizagem industrial ganhou um caráter supletivo, promovendo a organização de cursos para jovens trabalhadores aprendizes, dentro do seu horário de trabalho, sem prejuízo de seus salários, juntamente aos trabalhadores em geral, em cursos noturnos. Para isso, a Lei Orgânica do ensino industrial definiu três tipos de estabelecimentos de ensino industrial que funcionavam sob regime de horário completo nas Escolas Técnicas, as nas Escolas Industriais e nas Escolas Artesanais, para o primeiro ciclo, destinado aos jovens que não trabalhavam e que levavam, portanto, primordialmente, uma vida de estudante. (MEMÓRIA SENAI 1346, 1943:18) Diante do grande número de jovens que precocemente necessitavam trabalhar, foram articulados cursos de vários ramos de ensino no Brasil imprimidos um cunho mais técnico e compatível com as exigências atuais do país, com certa flexibilidade na articulação do ensino em geral.

Os programas de formação e desenvolvimento da mão-de-obra industrial, executados através do sistema SENAI, eram compreendidos por diferentes modalidades de ação constituindo, ao que parece, um vasto serviço extra-escolar de formação e promoção da mão-de-obra industrial do Brasil. No sistema de aprendizagem de menores de 14 a 18 anos, os cursos eram regulares e mantidos

pelo SENAI nos Centros de Formação Profissional (Escolas de Aprendizagem) ou no próprio emprego. Quanto ao treinamento e especialização de operários adultos, os Centros de treinamento do SENAI ou de Empresas ou mediante ação combinada Empresa-SENAI eram dentro ou fora dos horários normais de serviço. Contudo, havia ainda o sistema de aperfeiçoamento de agentes de mestria e supervisores nas próprias empresas ou nos Centros de Treinamento e Escolas Técnicas do SENAI, mais o de formação de técnicos de grau médio e auxiliares técnicos, realizados dentro das Escolas Técnicas do SENAI e de empresas. (BOLOGNA, 1969:65)

A respeito da aprendizagem do sistema desenvolveu-se, através de cursos de duração e regime de freqüência adequado às peculiaridades regionais. Em algumas regiões a freqüência é contínua, em outras os aprendizes alternam a freqüência à Escola do SENAI com períodos semestrais de trabalho nas empresas a que pertencem. (BOLOGNA, 1969:66)

Para início das atividades, o SENAI utilizou programas, métodos de aprendizagem, treinamentos dos currículos e séries didáticas de oficinas aplicadas pelo Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissionais das Estradas de ferro de São Paulo (CEFESP). Esse material didático, aos poucos, foi sendo adaptado e desenvolvido para atender às necessidades de formação profissional das empresas industriais de tal forma que a indústria nacional dispusesse, no atual momento, de um acervo de programas, manuais, séries metódicas de oficina e material didático de valor indiscutível freqüentemente requisitados por instituições congêneres do país e do exterior. (BOLOGNA, 1969:91) Entretanto, particularmente em relação às séries metódicas de oficina, verificou-se grande evolução em sua orientação metodológica, quando a aprendizagem se realizava das folhas de tarefa, de operação e de informação tecnológica. A execução de cada trabalho de uma série era precedida de uma programação, fase em que os aprendizes eram levados a estudar os detalhes das peças e suas aplicações, as máquinas e ferramentas a utilizarem e as técnicas de operações e de controle, tudo sob orientação do próprio instrutor. Desta forma, acreditavam os industriários, a aprendizagem desenvolvia-se em condições análogas as do trabalho de produção em empresas industriais tecnicamente evoluídas. (BOLOGNA, 1969:92) Tratava-se, enfim, de subordinar o processo de aprendizagem às quatro fases do método racional de trabalho: planejamento, organização, execução e controle.

Porém, cabe ressaltar que, segundo descreve os relatórios anuais analisados, em quase todos os casos teria se seguido os programas vindos do Departamento Nacional e do Departamento Regional de São Paulo. Porém, os pormenores não eram minuciosamente seguidos, pelo contrário eram muitas vezes, ao que parece, readaptados às condições regionais de acordo com cada SENAI, embora tivesse havido a necessidade de acrescentar alguns pontos aos referidos programas, sem modificar as suas estruturas básicas. Isso porque a criação e a manutenção de um SENAI aconteciam, a nosso ver, de duas maneiras, uma pelo que a legislação exigia e que cabia aos órgãos de fiscalização competentes fazer cumprir para que tudo ficasse de acordo com o que se imagina ser o mais adequado, a outra seria quando, diante de determinada precariedade ou cultura do trabalho locais, devesse ocorrer uma adaptação que consagrasse maior harmonia entre as funções do ensino profissional com a prática das técnicas de produção, algo que às vezes a lei não podia prever. Todavia, quando o problema era a falta de dinheiro para investimento devido à baixa produção e consumo locais dos pequenos centros industriais do país, o que levava a uma arrecadação mais baixa pelos sindicatos locais dos industriários, da onde saía a verba a ser empregada na criação, no aprimoramento e no andamento dos trabalhos nas escolas técnicas regionais, provavelmente seria necessário buscar outros meios criativos para as questões financeiras. No que se refere às séries metódicas, da mesma forma, foram adotadas pequenas modificações que deveriam ser introduzidas, porque pareceram realmente insuficientes em número. (MEMÓRIA SENAI 538, 1944:6)

Perante isso, outro exemplo do avanço dado pelo SENAI aos métodos de formação profissional estava no ensino de Ciências, matéria básica para a aquisição dos conhecimentos de tecnologias. Para isso, o ensino realizava-se através de experimentações e obedecia ao método da *redescoberta*, ou seja, pelo procedimento de demonstração das novas operações que implica o desenvolvimento dos hábitos motores do aprendiz, contribuindo para a formação de atitudes de trabalho correto. (FARIA, 1969:53) Para tanto, cada lição de Ciências utilizava quatro folhas de estudo do equipamento, experimentação, aplicações tecnológicas e anotações, além da folha guia do professor, isso por que ao longo do processo poderiam surgir situações novas voltadas para a melhoria das técnicas de execução das tarefas ou até mesmo para quando surgissem dúvidas, ocasionando a

demonstração das técnicas mais adequadas como se fosse um relatório de controle das atividades.

Contudo, outra área também considerada importante pelo sistema de ensino profissional do SENAI dizia respeito ao desenvolvimento pessoal, que era apresentada pela instituição através dos programas de treinamento ou de aperfeiçoamento especializado da mão-de-obra, promovidos diretamente nos locais de aprendizagem ou nas próprias empresas. Nos programas, eram transmitidos os mais variados níveis que abrangiam de especialização com conteúdo resultante da análise ocupacional e sua orientação obedecendo dois objetivos: o primeiro era de melhorar o desempenho pessoal, com vistas ao aumento da produtividade; o segundo, de proporcionar ao trabalhador condições que lhe permitam aspirar à promoção profissional e social, por via de suas qualificações mais elevadas.

A metodologia da aprendizagem nas Escolas do SENAI era realizada com trabalhos de oficina de acordo com uma seriação didática constituída de tarefas, operações e informações tecnológicas, cuja execução é orientada segundo as normas do estudo dirigido. Dessa forma, os conhecimentos relacionados com Tecnologia e o Desenho são ministrados no decorrer dos trabalhos, com oportunidade e interesse. As aulas aplicadas no SENAI tinham como sistema de aprendizagem o Método de Instrução Individual que, ao que parece, era reconhecido, em termos absolutos, como o melhor método de ensino (FARIA, 1969:49) Por essa razão, embora fosse o método mais recomendável, e, no momento, mais eficaz, isso não significa que não se faziam pesquisas e experiências tendentes a melhorar a eficiência do ensino, mediante técnicas atualizadas e ajustadas às situações reais da aprendizagem do ofício. Para tanto, a aplicação das séries metódicas e da instrução diretamente relacionada com as necessidades impostas pelos ofícios, procurava-se um método que conjugasse todos os recursos humanos e materiais de que se dispunha, para atingir os seus objetivos com êxito e segurança. A seleção dos métodos passava pela fundamentação nos princípios psicológicos que regiam a aprendizagem, nos objetivos do ensino proporcionado pelo SENAI, no estudo da personalidade do educando, nas facilidades materiais existentes, no corpo docente e na consideração de outros fatores que condicionavam a escolha de qualquer técnica de ensino. (FARIA, 1969:49-50)

No entanto, o exame, de todos esses aspectos teria levado à adoção de um procedimento em que o ensino jamais se dissociasse dos objetivos da aprendizagem e que outro não foi senão a técnica do estudo dirigido. Esta técnica baseava-se em proporcionar ao aprendiz, hábitos de trabalho mental, atitudes favoráveis ao ensino, reflexão e senso crítico, pondo em evidência o modo como o aprendiz aprende, ou seja, ensinava o aluno a raciocinar antes da execução da tarefa, levando-o a aprender por si mesmo e, deste modo, preparando-o para, decisivamente, atuar nas demais fases do desenvolvimento da aprendizagem. Tal método de ensino tinha como objetivos: desenvolver atitudes favoráveis e bons hábitos de estudo; desenvolver o pensamento reflexivo, conduzindo o aprendiz através de bons métodos de trabalho; atender às diferenças individuais, corrigindo, dirigindo, orientando e fixando a aprendizagem; orientar os aprendizes na maneira específica de encarar os assuntos pertinentes às áreas de outras matérias; e, finalmente, ensinar o aprendiz a aprender. Em se tratando de instrução relacionada, consideravam-se as seguintes vantagens na aplicação deste método: tornava a aprendizagem mais agradável; era altamente motivadora, despertando, em consequência, o interesse do aprendiz; tornava maior a união entre os aprendizes e o docente; despertava o desejo de trabalhar mais e melhor; sugeria, por vezes, debates interessantes entre os aprendizes; permitia ao docente conhecer melhor as deficiências dos aprendizes, a fim de corrigi-las; era altamente educativo, por propiciar atividades em grupo, o que o tornava mais socializante. (FARIA, 1969: 50)

Todavia, a fixação de tal técnica de ensino sugeria a introdução de novos conceitos, dois dos quais estavam implícitos no próprio conceito de estudo dirigido. O primeiro condizia com uma aprendizagem consistente na aquisição de conhecimentos baseados em experiências anteriores, para atender, adequadamente, a situações novas. Já o segundo, o ensino que, por sua vez, consistia em dirigir o processo de aprendizagem, segundo métodos e técnicas apropriadas. Este, pois, devia se desenvolver mediante procedimentos que melhorassem a maneira de aprender e, também, a forma de adquirir os conhecimentos (em que as técnicas seriam mais de aprendizagem do que de ensino), os assuntos previstos pela programação deveriam ser ministrados em pequenos passos ou fases, com verificações imediatas. A própria atuação pedagógica, nesse ponto, intervém com os componentes do ensino, dentre eles o principal, que seria o aprendiz. Este, por necessidade, teria assegurado as

condições compatíveis ao seu nível intelectual, atendendo, assim a sua capacidade de aprender. A outra com o docente, que iria ensinar, estimulando, orientando e guiando, com técnica e habilidade, o processo de aprendizagem, na busca de objetivos bem definidos, para os quais se orienta todo o trabalho de capacitação do aluno. O professor contava com o programa, o qual contemplava os pontos e objetivos de capacitação, de forma ordenada em quantidade específica e bem selecionada. Com isso, somada à maneira organizada, o método poderia alcançar os objetivos visados, da maneira mais adequada e eficaz. (FARIA, 1969:51)

Diante disso, ainda por cima, a motivação podia ser perfeitamente obtida através do estudo dirigido por ser consideradamente variado, desde que o docente, com habilidade, tivesse em mente estímulos para a sua atuação, tais como: objetivos do ensino ministrado, influência social da aprendizagem, aspirações dos aprendizes, incentivos pela auto-competição e associação do novo assunto com os fatos conhecidos e, de preferência, ditados pelo ambiente profissional. (FARIA, 1969:52) Para tanto, o método preconizado, em trabalhos práticos de oficina, previa a aplicação de quatro fases distintas:

- Primeira fase – Estudo da Tarefa: dispondo de Folhas Individuais de Instrução, o aprendiz era informado sobre o que fazer (Folha de Tarefa), como fazer (Folhas de Operações) e com que fazer (Folhas de Informações Tecnológicas), adquirindo, pois, todos os conhecimentos imediatos relacionados com a tarefa a executar.
- Segunda fase – Demonstração das Operações Novas: É o procedimento empregado na oficina para mostrar ao aprendiz a seqüência técnica de uma operação. Consiste na exibição prática de como se deve utilizar corretamente o equipamento, empregando os movimentos necessários à execução de cada uma das operações básicas da ocupação. Tratava-se de uma fase considerada importante, pois influía decisivamente no desenvolvimento dos hábitos motores do aprendiz, contribuindo para a formação de atitudes de trabalho correto. As Folhas de Operação intervinham como fundamento da demonstração, indicando a técnica mais adequada.

- Terceira fase – Execução da tarefa: é na execução da tarefa que o aprendiz utiliza os conhecimentos extraídos das Folhas Individuais de Instrução e da Demonstração da Operação, onde teve participação ativa. É durante a execução da tarefa que o docente terá, através do acompanhamento, a oportunidade de fazer as necessárias correções dos erros que os aprendizes venham a cometer, induzindo-os a refletir sobre os mesmo e, assim, reforçando a aprendizagem.
- Quarta fase – Avaliação: sendo a aprendizagem apreciada pela avaliação – que consistia na observação de todo o trabalho implícito na execução da tarefa, ou seja, sua elaboração, a compreensão do conteúdo das Folhas Individuais de Instrução, a transferência do conteúdo tecnológico para a aplicação prática, o correto uso de ferramentas, o manejo da máquina, a iniciativas do aprendiz, seu comportamento ante falhas ou dúvidas, enfim, a soma de todos os fatos inerentes ao progresso e à boa formação profissional –, docentes e educandos deveriam com ela familiarizar-se, a fim de estarem aptos para ajuizar seus interesses, necessidades, potencialidades e limitações. Os critérios utilizados são conseqüência natural da dinâmica escolar contemporânea, que encarava o processo de avaliação como uma observação total do educando. O docente, ao empregá-los, tem a oportunidade de desenvolver sua própria habilidade para investigar e caracterizar as diferenças individuais, conhecendo as causas das atitudes dos aprendizes e proporcionando meios para que a aprendizagem, mediante os recursos existentes, se processasse satisfatoriamente. (FARIA, 1969:52-54)

A respeito do método de Ensino da Instrução Relacionada observou-se que, a partir da dificuldade na aprendizagem e a conseqüente reação ao estudo das chamadas disciplinas de cultura geral, a forma de sua apresentação quase que exclusivamente expositiva e do seu conteúdo nem sempre adequado aos objetivos apontados pela Prática Profissional, determinavam pesquisas no sentido de reformular a metodologia há vários anos em vigor. Isto por que a própria necessidade de efetuar cálculos típicos de oficina, tais como avaliar limites de tolerância ou converter medidas, ou, ainda, de verificar a natureza de certo material, em face das propriedades por ele apresentadas ou dos esforços a que se sujeitava,

dentre outros aspectos, impunha indagações acerca do que ensinar, do que necessitava o aprendiz para exercer o seu ofício e de quem ou o que daria tais informações. As providências começaram por inventariar os conhecimentos imprescindíveis à execução das séries metódicas, classificá-los por itens e ordená-los segundo a metodologia do ensino para cada matéria, complementando-se a investigação mediante esboço dos programas mínimos sobre os quais futuramente, trabalhariam os docentes, com vistas à elaboração do material didático correspondente.

Para tanto, foi englobado a aplicação simultânea de vários procedimentos metodológicos representados ecleticamente por recursos que dariam oportunidade ao emprego da técnica do estudo dirigido, surgiu o material didático a ser utilizado no ensino de Português, Matemática, Ciências e Desenho, conjunto a que se associam, também, Ciências Sociais e Educação Física. A esse conjunto, deu-se a denominação de matérias relacionadas, pelo fato de os conhecimentos previstos em sua programação se relacionarem com as necessidades impostas pela aprendizagem do ofício. (FARIA, 1969:54)

Ademais, como era de se esperar, alguns problemas foram surgindo no tocante a demanda e qualificação dos aprendizes e trabalhadores nas diferentes áreas industriais. A expansão da aprendizagem, sobretudo para os ofícios qualificados ligados à mecânica e à eletricidade, teve nas empresas, qualquer que seja o ramo industrial, um problema comum quanto a manutenção, reparação e ajustagem operacional de seus equipamentos, máquinas, instalações, veículos e ferramentas. Ao que parece o problema surgiu quanto ao atendimento prioritário aos aprendizes ajustadores, torneiros, fresadores, retificadores, ferramenteiros, mecânicos de manutenção, mecânicos de automóvel, modeladores, moldadores, serralheiros, caldeireiros, soldadores, latoeiros, eletricitas, etc., tratando-se de ser a mão-de-obra mais necessária, praticamente, em todos os setores industriais. A mão-de-obra destinada aos setores da Construção de Mobiliário, seguia em grau de prioridade em que eram enquadrados os instaladores de água e esgoto, instaladores eletricitas, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, lustradores, estofadores, etc. Em seguida, vinha o setor da Indústrias Gráficas, cujas necessidades são especialmente qualitativas, abrangendo os ofícios de compositor, impressor, encadernador, linotipista, fotógrafo gráfico, gravador de clichês, retocador de fotolito etc. (FARIA, 1969:54)

Entretanto, em outros setores das indústrias de transformação, a demanda de mão-de-obra incidia, especialmente, sobre funções semi-qualificadas, para as quais a aprendizagem se faz, normalmente, no próprio emprego. É o que ocorre nas ocupações específicas das indústrias de alimentação, têxtil, vestuário, couro e peles, borracha, química e farmacêutica, cerâmica e outras.

Outra medida para dar início aos trabalhos no SENAI era a de conseguir formar professores e profissionais para se tornarem instrutores dos aprendizes. O treinamento e aperfeiçoamento de instrutores, professores e orientadores de formação profissional tinham como programa de formação os cursos, reuniões de estudo e seminários organizados pelo SENAI ou por empresas, em colaboração com entidades especializadas do país e exterior.

Com vistas à qualificação profissional, o SENAI dava ao processo de seleção e orientação profissional significativa importância desde seus primórdios, procedendo análises profissionais e elaborando testes psicológicos para selecionar e orientar os aprendizes da indústria. No entanto, a realidade do processo seletivo e de formação profissional constituíam um só problema, o de submeter à formação metódica menores desprovidos do domínio de aptidões que, segundo Bologna seria “tão pouco produtivo quanto deixar ao acaso a aprendizagem de menores dotados de aptidões e interesse para o ofício desejado”. (BOLOGNA, 1969:108) A esse respeito, a contribuição do SENAI se fazia sentir, sobretudo através do Departamento Regional de São Paulo, cujos estudos e pesquisas representavam valioso acervo no campo da psicologia aplicada ao trabalho. Para tanto, a formação integral do aprendiz mereceu referência especial dentro dos princípios básicos adotados pelo SENAI, como por exemplo, o conceito de formação ou *educação integral* do menor aprendiz, ou seja, educar visando à formação integral do homem formando-o cultural e profissionalmente em torno de uma personalidade saudável. Pela primeira vez o problema foi suscitado no órgão regional do SENAI de São Paulo, e assim exposto por seu diretor Roberto Mange, no relatório anual de 1945:

O assunto é de grande importância e merece toda a nossa atenção, pois, além de constituir uma diretriz para todos aqueles que trabalham no SENAI, tal conceito de “educação integral”, do ponto de vista de sua aplicação prática, resulta em delicada e complexa questão, já que a ação educativa do SENAI deve exceder-se junto a um corpo discente de menores que são individualidades definidas no campo do trabalho industrial. (ROBERTO MANGE In: BOLOGNA, 1969:109)

A educação integral passou a ganhar maiores atenções dos líderes industriários na tentativa de conjugar o preceito de uma ordem educativa e social, que, fundamentalmente, fosse parte das atividades do SENAI, desde que cumprisse o aspecto técnico-profissional da obra que lhe compete promover, ou seja, teria a instituição que realizar o que poderia ser denominado de educação integral. O assunto ainda ganharia maior importância e merecimento das atenções quando, além de constituir uma diretriz para todos aqueles que trabalham no SENAI do ponto de vista de sua aplicação prática, resultasse numa ação educativa que se excedesse junto a um corpo discente de menores, com individualidades definidas, no campo do trabalho industrial. Portanto, a atenção dos industriários voltava-se, por exemplo, para os casos dos aprendizes das escolas que, mesmo sendo aprendizes menores, não deixariam de ser pequenos operários relativamente independentes, tinham em seus comportamentos, dentro das fábricas, iguais como a dos homens que produziam e ganhavam seus salários. Por isso, então, que Mange vai dizer que “o aluno das Escolas do SENAI é completamente diferente daquele que frequenta as demais escolas industriais ou secundárias. Tanto se saliente a personalidade definida do aprendiz na fábrica como na família à qual presta a sua ajuda”. (MANGE In: BOLOGNA, 1969:110) Entretanto, por outro lado, acreditamos que dentro da escola o aprendiz via um ambiente que lhe proporcionava situações completamente novas com a presença dos colegas, de ambos os sexos, diante dos quais eles se impunham determinadas atitudes, ou até mesmo com os seus professores e instrutores com uma cultura maior que a sua. Enfim, ao que nos parece, era posta diante deles toda uma situação organizacional frente à qual eles talvez achassem um tanto embaraçosa, e sob sua forte influência os levava a sentir certo complexo de inferioridade. Tal aspecto, de um aluno operário e membro de uma sociedade, que, talvez, merecesse maiores cuidados e considerações, para que tivessem uma dimensão maior da realidade, mesmo sendo um tipo de aluno das escolas do SENAI.

Contudo, a formação e desenvolvimento de pessoal docente e de direção merece nossa atenção quanto à prática para a constituição e execução do sistema SENAI, compreendendo para esta modalidade a realização de cursos, reuniões de estudo e seminários organizados pela órgão ou por empresas, em colaboração com entidades especializadas do país e do exterior. Desde sua implantação, em 1942, a instituição cuidou de preparar orientadores, professores e instrutores para as tarefas

de aprendizagem e treinamento. Sendo assim é que se manteve um sistema permanente de preparação do pessoal técnico e docente de seus centros de formação profissional e de empresas, bem como de especialistas em seleção e orientação profissional. Para tal, criou-se um sistema que abrangesse também bolsas de aperfeiçoamento no país e no exterior e, para tal, o SENAI contava com a cooperação de diversos organismos internacionais, como por exemplo, a Inter-American Foundation Inc., corporação subordinada ao Office of Inter-American Affairs, órgão dos Estados Unidos, e também a Federação das Indústrias Mecânicas e Transformadoras de Metais da França, que inspirou com a metodologia de formação de Técnicos em Chefia voltados para a indústria têxtil. (BOLOGNA, 1969:110)

A busca por alternativas de ensino parecia ser um bom caminho para a ampliação dos seus métodos, o contato com outras culturas do trabalho possibilitaria o aumento de conhecimento ainda mais se tratando de um país como os Estados Unidos, muito mais avançado tecnologicamente e que, possivelmente, devido a este fator, ainda contava com a tradição de formar técnicos industriais há mais tempo que o Brasil. Mesmo assim, o SENAI precisava, além de buscar parcerias com outros países de tradição no campo da instrução profissionalizante e de já ter sua metodologia de ensino, que a princípio era essencialmente prático, ministrado no próprio ambiente das oficinas e aplicados às tarefas em execução, o que prezava uma formação voltada exclusivamente para a prática na oficina. Entretanto, as escolas técnicas ainda precisavam ter bons professores qualificados e direcionados para a instrução técnica.

3.4 FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A formação do corpo docente voltado para a instrução técnica mereceu aqui uma análise exclusiva devido ao grau de importância dos mesmos, pois é uma área que compete para a educação dos aprendizes que no futuro seriam a mão-de-obra especializada do ramo industrial. Em se tratando de serem profissionais da educação devemos considerar sua vital importância, pois seria com a presença deles que os alunos teriam o primeiro contato com as novas técnicas industriais. No

papel do professor deveria conter os princípios exemplares para a criação de um corpo de trabalhadores responsáveis pela transformação das matérias-primas em produtos a serem consumidos no mercado interno e externo do Brasil, que os gerariam lucros e divisas contribuindo para o desenvolvimento econômico do país. Para isso, o profissional da educação técnica deveria ter os atributos da erudição que área industrial exigia, e que seriam tão necessários nos campos da teoria e da prática fabris. Mas como veremos, a formação do professorado seria inicialmente conturbada devido à falta de preparo pedagógico destes, pela má formação básica de sua educação ou pela falta de uma estrutura evidentemente essencial para prática de seu trabalho tão fundamental.

Por isso que, inicialmente, ao que parece, a formação do professorado passou por extremas dificuldades quanto à criação de uma estrutura mais adequada para que o SENAI pudesse dispor de um corpo docente apropriado e de acordo com as necessidades requeridas pelo ensino industrial.³⁴ Para isso, a questão condizente à contratação e à formação de professores especializados para o ensino industrial, ao que tudo indica, já vinha se encaminhando antes da fundação do SENAI. O Ministério da Educação e Saúde tratava de levar à frente um projeto considerado a peça mestra de todo o plano de criação de um sistema nacional de ensino industrial junto com a implantação da escola-modelo no Rio de Janeiro, formada com professores europeus, e que pudesse, neste nível, repetir a experiência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e a que seria também tentada para a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Contudo, voltando ao ano de 1935, Capanema encaminhava a Getúlio Vargas o documento em que sugeria a contratação de 30 professores estrangeiros que preparariam professores brasileiros para o ensino industrial. No mesmo ano, Rudolfo Fuchs, da Divisão de Ensino Industrial, apresentava uma série de sugestões específicas relativas ao contrato de mestres estrangeiros para os liceus nacionais, assinalando a preferência por franceses, alemães, italianos e ingleses, especialistas

³⁴ No ano de 1937, o Ministério da Educação e Saúde derrubava o prédio em que funcionava a Escola Venceslau Brás, para no respectivo terreno, construir a Escola Técnica Nacional. Como finalidade, a nova escola teria, além da formação de artífices, mestres e técnicos para a indústria, o preparo de pessoal docente administrativo para o ensino industrial. Entretanto, somente em 1942 era instituído o Ensino Pedagógico, abrangendo dois cursos, o de Didática e o de Administração do Ensino Industrial, Ambos destinados a candidatos que tivessem completado, pelo menos, um curso de mestría ou um curso técnico, previstos na mesma. Para saber mais ver FONSECA, Celso Suco da. História do ensino industrial do Brasil. Rio de Janeiro: Editora da Escola Técnica Nacional, 1986.

em mecânica, marcenaria, decoração, cerâmica, litografia, eletricidade, encadernação, serralheria, pedreiros e instaladores. (SCHWARTZMAN, 2000:261-262) Para isso, a partir de um acordo presidencial, sondagens foram feitas em vários países, porém, já em 1938, Fuchs condena a idéia de Francisco Montojos de publicar editais em vários países europeus solicitando técnicos para o Brasil que, segundo ele, este procedimento, “aplicado no Brasil, só colheria nulidades; na Europa do mesmo modo só se apresentarão aqueles que não tiverem ocupação ou os que estiverem descontentes com as que ocupam. As provas, por mais rigorosas que fossem, só conseguiriam eliminar os incapazes; os medíocres mesmo passariam”. (FUCHS In: SCHWARTZMAN, 2000:262) A partir daí, ao invés disso, Fuchs propôs um recrutamento por contatos pessoais, ao mesmo tempo que insistiu que se analisasse as especificações sobre o número de profissionais a serem contratados, suas especialidades, vencimento, condições do contrato etc., para a realização da tarefa.

Todavia, o projeto só ganharia forma, porém, em 1940, já em plena Segunda Guerra Mundial, quando uma comissão formada por Francisco Montojos, Joaquim de Faria Góes e Rodolfo Fuchs apresenta uma proposta específica de contratação de 27 técnicos para o Liceu Nacional a ser inaugurado no Rio de Janeiro, todos da Suíça, opção esta que se tornara a única devido a sua posição de neutralidade no conflito europeu. Entretanto, Capanema recebeu de Vargas a autorização e os recursos financeiros para, a partir daí, começar os contatos oficiais com as autoridades suíças. Em novembro de 1940, o presidente aprovou a solicitação de Roberto Mangue, catedrático da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e de origem suíça, para fazer a seleção dos técnicos a serem contratados. O resultado do empreendimento rendeu a contratação de 42 técnicos, porém, a finalização dos acordos ainda dependia de uma autorização especial do presidente da República, que a concede por decreto-lei nº 3.297, de 22 de maio de 1941, que segundo a lei previa e expressava a autorização do presidente da República para cada caso. Após isso, as negociações foram finalizadas finalmente com as assinaturas ao final de 1941, e em 1942 os técnicos chegaram ao Brasil para trabalhar principalmente junto à recém-criada Escola Técnica Nacional. (SCHWARTZMAN, 2000:263)

Entretanto, ainda havia problemas a se resolverem na área docente que chegaram ao Ministério da Educação e Saúde através de reclamações feita por

alguns técnicos suíços, o que acabou revelando certa precariedade a que estavam submetidos alguns professores e suas instituições de ensino técnico. Para tanto, as reclamações podiam tanto girar entorno da metodologia de ensino como a aquisição de material, passando pela organização geral das fábricas e a coordenação dos serviços gerada pela falta de cooperação com as direções das empresas, dos chefes e dos mestres de oficina. Na tentativa de amenizar a situação devido à perda de muitos técnicos suíços que acabariam por pedir suas extradições, um novo programa de emergência de ensino industrial organizado por iniciativa dos Estados Unidos teve também, como um dos seus elementos, a vinda de técnicos norte-americanos especializados e, mesmo assim, houve igualmente os indícios de que as coisas não funcionavam como deviam. Havia relatos de técnicos que trabalhavam junto à Escola Técnica Nacional, pedindo rescisão de seus contratos e de seus repatriamentos aos Estados Unidos, devido à falta de estrutura e de materiais necessários requeridos para a realização das tarefas. (SCHWARTZMAN, 2000:265-266)

Para tanto, de acordo com a documentação levantada, constatamos que os Cursos de Instrutores de Ofício vieram a ser criados tardiamente em relação à fundação do SENAI, sendo em alguns casos devido ao atraso nas obras prediais e, em outros devido à falta de instrução básica dos técnicos para início dos trabalhos, sendo assim:

Foi organizado um Curso de Preparação de Instrutores de Ofício, iniciado em 1º de junho, durante até agosto de 1944. O seu resultado, entretanto, não satisfaz, por verificarmos ser necessário que o mesmo tivesse muito maior duração. Em razão disso foi iniciado um outro curso para Instrutores, que vem apresentando razoável aproveitamento, devendo continuar por um prazo que não poderá ser predeterminado, para, assim, colher-se a eficiência desejada. Frequentam tal Curso, atualmente 20 instrutores. (MEMÓRIA SENAI 538, 1944:8)

Provavelmente, o fato de não se ter ainda um corpo docente eficiente o bastante, como era pretendido, para o começo das atividades, talvez, não fosse exclusivamente por culpa ou falta experiência dos responsáveis pela montagem dos cursos de formação de professores, mas pelo baixo grau de instrução destes devido a recente inclusão do quadro teórico do ensino profissionalizante com técnicas de didática, algo que antes da implantação do SENAI, porventura, não fosse desnecessário. No item 4 das “Considerações Gerais” do Relatório Anual de 1945,

ou seja, um ano após a primeira constatação desta necessidade primordial o problema, ao que parece, insistia em permanecer devido o teor dado à preocupação de que o SENAI encontrava-se com “sérias dificuldades no preparo de mestres e professores perfeitamente adaptados às finalidades do SENAI”. (MEMÓRIA SENAI 538:12) O fator de formação do profissional docente voltado para o ensino profissional, de acordo com as evidências, parecia ser realmente de significativa preocupação.

A indicação de dois anos de defasagem em relação à criação do Sistema através do registro tardio de uma medida que nos revela através deste relatório que as coisas não vinham acontecendo como se imaginava, ou seja, a idéia de criação diante de toda a organização estrutural não condizia com a estrutura desejada para o ensino industrial. O SENAI, criado por decreto-lei, ainda estava longe de atingir seus objetivos na formação da sonhada mão-de-obra especializada, ainda que desde a sua criação tenha contado nomes consagrados de seus ilustres idealizadores. Parece que a formação de profissionais docentes qualificados dependia de uma reforma nas instituições de ensino básico, algo que contasse com um programa com maiores investimentos estruturais na área educacional, e que fossem direcionados levando em consideração o devido respeito aos profissionais já qualificados das áreas industriais como no caso dos instrutores estrangeiros.

Todavia, ainda é possível encontrar algo que nos parece contraditório se levarmos em consideração para o bom andamento dos cursos de formação profissional em áreas industriais com papéis tão relevantes, pelo menos da maneira como foram tratadas pelos criadores do SENAI, que consideramos como fundamental a participação dos instrutores de ofício na busca dos objetivos traçados. No presente Relatório, podemos encontrar no item 45 – Apreciação Geral o testemunho do Diretor Regional dizendo: “parecemos que, de um modo geral, a eficiência de nossos cursos – finalidade do SENAI – e atividades no setor administrativo, durante o ano de 1944, foram satisfatórios. Tais dificuldades foram, em parte, diminuídas por vontade da grande maioria dos industriais. As dificuldades surgidas com a falta de pessoal especializado foram sendo progressivamente resolvidas e no terminar o ano de 1944 já dispúnhamos de um quadro de pessoal bastante experimentado e eficiente”. (MEMÓRIA SENAI 1945:8) Convenhamos que, perante os fatos registrados durante o documento, se tivesse consagrado o devido apontamento elogioso ao andamento do campo de ensino na instituição, não teria

por que mais adiante identificar uma falha no sistema condizente àquele que passa o conhecimento ao aluno, peça futura daquela que virá a ser a fundamental engrenagem da mão-de-obra sonhada. Talvez, devemos ressaltar outro fator relevante, o de que os empresários da área industrial que estavam no comando das ações pedagógicas do SENAI não tinham experiência na área educacional, e tudo bem se eles tinham em mente um modelo de profissional para vir a trabalhar nas suas empresas, mas formar um trabalhador, a partir de um aprendiz ou até mesmo com a intenção de aperfeiçoar um funcionário com experiência, não era apenas necessário vontade e empreendedorismo. Por isso, devemos convir que para instruir alguém a trabalhar em uma empresa com máquinas sofisticadas e manuais com uma linguagem exclusivamente técnica, não deveria ser uma tarefa para poucos, principalmente, se considerarmos que em alguns casos a criação familiar, ou mesmo escolar, de boa parte dos alunos era precária ou oriunda das áreas rurais do país.

A partir da análise deste capítulo, passamos a conhecer a organização administrativa do SENAI e, juntamente com o processo de desenvolvimento de suas características pedagógicas voltadas para o ensino industrial, bem como a suas precariedades iniciais. Já assinalamos, anteriormente, as dificuldades constadas pelos Conselhos Nacional e Regional dos Estados explicados nos relatórios anuais da instituição, e, que, com os dados relacionados com a atuação desse órgão de ensino profissional brasileiro possibilitou-nos averiguar a manutenção das escolas técnicas profissionalizantes. Na tentativa ambiciosa de criar um amplo sistema de educação técnica, que não se diferenciasse das outras formas de educação secundária, o SENAI acabou por apenas vir a ser, por suas características o caminho para demonstrar o interesse por vocações dos estudantes, a serem descobertas pelos sistemas de seleção e orientação profissional. Para Schwartzman, “este sistema deveria ser coroado pela regulamentação dos direitos e deveres de cada uma das profissões, dando à sociedade uma estrutura corporativa perfeitamente ajustada e coordenada”. (SCHWARTZMAN, 2000:267) Para isso, na prática o Serviço teria de ser alterado no aspecto da educação profissional que não poderia continuar sendo o de um ensino exclusivamente voltado para as classes baixas, ao mesmo tempo em que deveria ter somado a isso, a regulamentação de todas as profissões técnicas existentes no ramo industrial. Outro desejo, veemente observado, mesmo aqui em meio aos trâmites administrativos, era o de colocar, sob a tutela do Ministério da Educação e Saúde, todo o sistema de ensino profissional.

Porém, uma verdadeira queda de braço consagrou o lado mais forte, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em que residiam os maiores interesses pela formação da mão-de-obra necessária naquele momento de escassez técnica qualitativa.

Enfim, restaram-nos os resultados concretos trazidos para o sistema educacional profissionalizante brasileiro pela reforma levada a efeito pelas Leis orgânicas e pela legislação complementar, que a nosso ver, em questão, nada mais fez do que tratar separadamente cada ramo do ensino de aprendizagem e aprimoramento técnico. Isto é, as leis apenas deram continuidade à tradição de não se visualizar o sistema como um todo, devendo possuir diretrizes gerais comuns a todos os ramos e níveis do ensino técnico. Junto a isso também, talvez tenha sido devido à ausência de tradição de ensino profissional anterior, juntamente com a não consideração dos processos reais de aprendizagem tendo como base um pequeno projeto que tenha dado certo para um determinado ramo, neste caso o do CFESP das estradas de ferro brasileiras. Algo que porventura tenha contribuído para isso foi a falta de comunicação entre os ministérios envolvidos que, diante de um grande projeto, e que acabaram por uma questão de aparências, desgastando-se em nome de suas grandes ambições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a conclusão deste trabalho, constatamos que a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial incluiu-se nos planos do projeto nacional de desenvolvimento, já que, para alcançar a meta de melhoria da produção era necessário aperfeiçoar e gerar a mão-de-obra necessária para este fim, porém, gostaríamos de enfatizar que a contribuição desta instituição de ensino profissional voltada para este objetivo de desenvolvimento não conseguiu atingir, da melhor maneira possível, o que se pretendia nas escolas técnicas inauguradas.

Talvez o SENAI ainda tenha que galgar por anos a espera de melhores condições econômicas que garantam ao ramo industrial uma melhor lucratividade o que trará a esta instituição escolar, maiores investimentos direcionados às melhorias estruturais em suas instalações e acomodações escolares. Parece que, a princípio, o papel destinado ao SENAI, de formar menores aprendizes e aperfeiçoar trabalhadores em operação, ficou apenas nas palavras de seus executores que deixaram muito a desejar pela falta de investimentos. Outra hipótese é de que faltou uma cultura educacional que propusesse a disseminação de propostas pedagógicas mais adequadas ao perfil cultural de cada região do país, já que, muitas vezes, alunos e instrutores foram dispensados por falta de uma educação mínima necessária para o andamento das atividades escolares, isto é, o problema de enquadramento dos aprendizes e os docentes nas atividades educacionais que não se ajustavam devido ao perfil desejado pela indústria de suas localidades.

No primeiro capítulo conseguimos constatar a presença de um elemento comum entre os estudos historiográficos realizados sobre o Estado Novo. Em síntese, este aspecto de ordem sócio-econômica era a representação de uma aliança burocrática civil e militar, juntamente com a burguesia industrial, em torno de um objetivo comum: o de promover a industrialização do país sem que houvesse abalos sociais. Para isso, cada grupo desempenharia seu papel de maneira contundente. Em defesa do programa industrial estava a burocracia civil por considerar que era o caminho mais indicado para a independência do país. Já os militares por acreditarem que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia e melhoraria as forças armadas em nome da defesa pela integridade do território nacional. E, finalmente, os empresários do ramo industrial que aceitaram se

unir ao governo, porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado.

No segundo capítulo, compreendemos que um ponto fundamental para o começo das aulas passava pela formação anterior dos alunos, ou seja, faltava-lhes uma base de formação educacional suficientemente adequada para atender as expectativas geradas pelos cursos, o que neste caso levou a muitos aprendizes a abandonarem os cursos ministrados no SENAI ou a ter que recomeçá-los novamente. Todavia, outro aspecto que nos chamou a atenção, neste capítulo, pelo grau de expectativa gerado pelas lideranças administrativas e pedagógicas do SENAI foi sobre a inspiração, para início dos trabalhos, nos procedimentos e métodos do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional do Estado de São Paulo. Essa inspiração, que inicialmente parecia suficiente para mentores do SENAI, no aspecto principalmente administrativo, levou-nos a deduzir que este modelo não precisava ter sido seguido tão a risca. Quando direcionada para uma proposta tecnicamente educacional, em nível nacional, em outros centros industriais do país, ela não conseguiu gerar nas escolas do SENAI a força necessária para começo de das atividades em alguns estados, já que cada região tinha suas peculiaridades dentro da cultura do trabalho. A tarefa de fazer enquadrar a administração das escolas técnicas, de maneira a manter a expectativa de formação da mão-de-obra, só viria com o levantamento de dados realizados para conhecer o grau de industrialização de cada região do país.

No terceiro capítulo, constatamos a existência, por parte do empresariado do setor industrial, de esforços para levar o projeto do SENAI a todos os principais centros industriais do país. Nesse sentido, de maneira positiva a nosso ver, foi a aprovação do Decreto-lei 10.009, de 16 de julho de 1942. Este decreto estabelecia entre seus artigos uma norma no sentido de ajudar na instalação e no andamento das atividades escolares dos SENAIs em centros industriais economicamente debilitados, que vinham tendo uma baixa arrecadação de suas finanças, o que determinava o pequeno investimento nas escolas técnicas destas regiões. Apesar de não termos dados precisos se houve ou não melhorias materiais nas escolas profissionais destes pequenos centros industriais após este decreto-lei, acreditamos que, talvez a longo prazo, esta ajuda, por assim dizer, viria a trazer algo de positivo em matéria de investimentos para a continuidade na instalação e manutenção de outros escolas técnicas.

Gostaríamos ainda, neste capítulo, de destacar a nossa opinião sobre a criação do corpo docente especificamente voltado para as atividades de ensino técnico do SENAI. A respeito disso, gostaríamos de salientar a nossa aprovação pela proposta de trazer mestres estrangeiros oriundos de países com mais tradição industrial do que o Brasil, com a intenção de formar um corpo de professores especializados e eficientes para trabalhar na formação de aprendizes e na especialização de trabalhadores das fábricas brasileiras. Porém, percebemos que por trás desta boa idéia havia mais a intenção de alcançar um objetivo do que o de realizá-lo. O Ministério da Educação e Saúde trouxe técnicos experientes do exterior para formar professores brasileiros, mas esqueceu de dar atenção às necessidades e às condições de trabalho necessárias, para que os mestres pudessem ministrar suas aulas, isto é, as escolas técnicas dependiam de uma estrutura mais de acordo com a situação que os mestres enfrentavam em seus países de origem.

Por outro lado, gostaríamos de destacar alguns pontos importantes deste estudo sobre a criação do SENAI, que talvez venha contribuir um pouco mais com a historiografia a respeito do Estado Novo. Um destes pontos encontra-se dentro da própria origem do SENAI que, como podemos ver, continha nos motivos para sua instauração elementos essenciais para a aprovação das metas do projeto de desenvolvimento. São exemplos disso, a busca por uma mão-de-obra mais eficiente tecnicamente com condições de ampliar a produção industrial nos sentidos quantitativos e qualitativos. A partir disso, ainda temos a busca pela padronização nacional, idéia muito comum durante o regime, que procurava modelar, nesse sentido, todo o projeto de educação inclusive nas escolas de ensino profissionalizante. Embora estejamos atentos que essa tentativa de padronização viria a sofrer certas rupturas, e que, de certa maneira, foram comuns durante o Estado Novo para determinados casos, como por exemplo, o de adequar as situações financeiras regionais para dar continuidade às atividades escolares.

Por fim, gostaríamos de enfatizar que em alguns pontos deste trabalho talvez merecessem uma disponibilidade de tempo maior para mais reflexões a critério da historiografia, principalmente no que tange a questão da participação dos militares na política do regime. Sendo assim, apesar de ser um período relativamente curto de nossa história, o Estado Novo é repleto de nuances mesmo que estas sejam nos campos da política e da economia. Nesse sentido, gostaríamos de salientar a plena consciência da necessidade de continuar pesquisando sobre a educação

profissional, pois nela ainda encontramos os elementos a serem buscados que contribuam para o preenchimento das lacunas que ainda existem na história da civilização brasileira. Por isso, então, consideramos que este trabalho permaneça aberto para maiores reflexões e sugestões, pois ainda podemos encontrar a mesma na documentação já analisada itens que mereçam maiores observações e que venham a contribuir para maiores esclarecimentos dos elementos deste período da história brasileira que foi o Estado Novo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

BADARÓ, Murilo. *Gustavo Capanema: a revolução na cultura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos*. São Paulo: Pioneira, 1974.

BOLOGNA, Ítalo. *Formação profissional na indústria*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE Serviço Gráfico: 1969.

BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

_____. *A Terceira República (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, Murilo Braga de (dir.). *Oportunidades de preparação no ensino industrial*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1949.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP: FASEP, 2000.

DIEHL, Astor Antonio. *Os círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

DUTRA FONSECA, Pedro Cezar. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FARIA, Joacy de Abreu. *Introdução aos fundamentos do ensino industrial*. Porto Alegre: Publicação do Departamento Regional do SENAI-RS, 1969.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

_____. *O Brasil Republicano: Sociedade e política*. São Paulo: Difel Divisão, 1986.

FONSECA, Celso Suow da. *História do ensino industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1986.

GERTZ, René. E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

HAYES, Robert Ames. *Nação armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? : o Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOPES, Stenio. *Uma saga da criatividade brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – DN, Divisão de Projetos Especiais, 1982.

Memória SENAI 538 – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Rio Grande do Sul – Relatório de 1944.

Memória SENAI 538 – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Rio Grande do Sul – Relatório do Trabalhos Realizados no ano de 1945.

Memória SENAI 1346 – Coletânea de Leis Referentes à Aprendizagem Industrial, 1943.

PIERUCCI, Antonio Flavio de Oliveira. *O Brasil republicano: Economia e cultura (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROSS, Marlene Couto Dal. *Preparação do técnico de nível médio da Indústria Calçadista: um estudo de caso no SENAI*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pós-Graduação da Faculdade de Educação, 1991.

SANTOS, Jailson Alves dos. *A trajetória da educação profissional*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

_____. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na segunda guerra mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SILVA, Hélio. *O pensamento político de Vargas*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

SILVA, José Luiz Werneck. *O Feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945)*. Niterói: Panorama, 1980.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

OBRAS CONSULTADAS

ABREU, Luciano Aronne. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

_____. *Getúlio Vargas: a construção de um mito*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

ALMEIDA, Fernando H. Mendes. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1971.

ARAÚJO, Maria Celina D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996.

BALDWIN, Robert E.; MEIER, Gerald M. *Desenvolvimento econômico: teoria, história e política*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

BASTOS, Maria Helena Câmara. *A revista do ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista*. Pelotas: Seiva, 2005.

BETHELL, Leslie (org.). *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 1990.

BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon (orgs.). *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMPOS, Francisco. *O que história cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina – Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CARONE, Edgar. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Farense Universitária, 2000.

CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPCRS, 2007.

DINIZ, Eli. *Empresário e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania e exclusão: Brasil 1937 – 1945*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: O tempo do nacional-estadismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Angela Maria de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOFFMANN-HARNISCH, Wolfgang. *O Brasil que eu vi: retrato de uma potência*. São Paulo: Melhoramentos, s. d. (1940?).

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LE GOFF, J. e NORA, P. *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LIPPI OLIVEIRA, Lúcia; PIMENTA VELLOSO, Mônica; CASTRO GOMES, Ângela Maria de. *Estado Novo – Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LISSOVSKY, Maurício e SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. *Colunas da educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945)*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LOURENÇO FILHO, M. B. *Introdução ao estudo da nova escola: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978.

MÜLLER, Carlos Alves. *A história da economia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Banrisul, 1998.

OLIVEN, Ruben George. *Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: RIOCELL, 1985.

PILETTI, Nelson. *História da educação no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge (orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

POPPE FIGUEIREDO, Marechal M. *Brasil, um gigante que despertou*. Rio de Janeiro: Símbolo, 1970.

REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX (Vol. II) – O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIBEIRO, José Augusto. *A era Vargas, volume 1 (1882-1950): o primeiro governo Vargas*. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001.

SILVA, Hélio. *Guerra no continente (1942)-O ciclo de Vargas - Vol. XII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *O primeiro século de República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

_____. *O ciclo de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

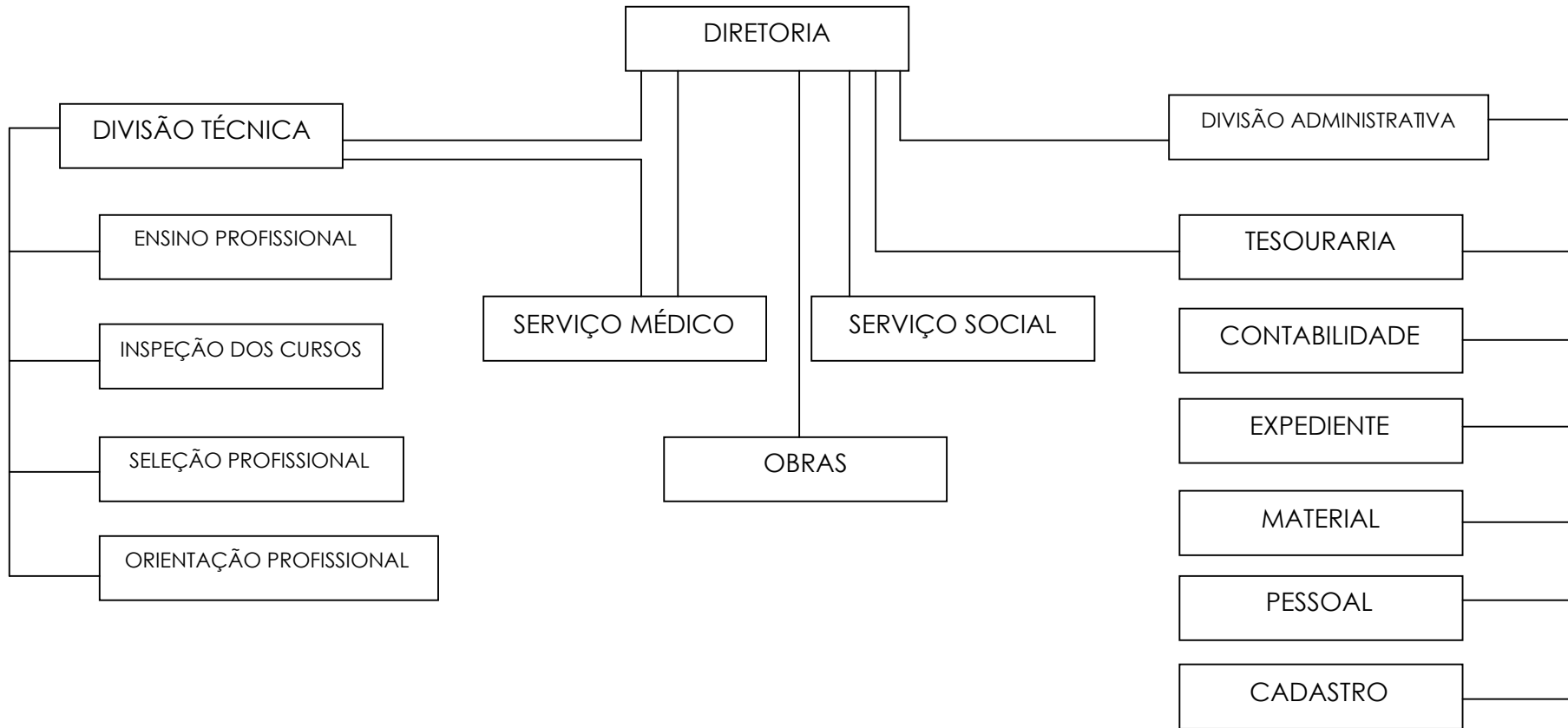
STEPAN, Alfred. *O federalismo descentralizado do Brasil: aproximando o governo dos cidadãos?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário (1937 – 1942) - Vol. II*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

_____. *A nova política do Brasil: O Estado Novo, 10 de novembro a 25 de julho de 1938*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

ANEXOS

Organograma dos Serviços do Diretório Regional



Sistemas do Ensino Industrial no Brasil

Esquema Geral

